

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LUCAS JOSÉ NAIBERT GELINSKI

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO:
O COREDE CENTRO SUL NO RS**

Porto Alegre

2017

LUCAS JOSÉ NAIBERT GELINSKI

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO:
O COREDE CENTRO SUL NO RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Gelinski, Lucas José Naibert
Capital social e desenvolvimento : o Corede
Centro Sul no RS / Lucas José Naibert Gelinski. --
2017.
144 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Corede Centro Sul. 2. Capital social. 3.
Desenvolvimento territorial. 4. Perfil rural. 5.
Sociabilidade. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient.
II. Título.

LUCAS JOSÉ NAIBERT GELINSKI

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO:
O COREDE CENTRO SUL NO RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Aprovada em: Porto Alegre, 9 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos
FEEVALE

Prof^a. Dr^a. Daniela Dias Kuhn
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Larissa Bueno Ambrosini
FEPAGRO

A meus pais, Miguel e Marlene. Aos meus educadores que desde alfabetização até a pós-graduação foram essenciais à construção do conhecimento, a roda da fortuna que girou favorável ao longo dessa caminhada fazendo com que a virtù jamais esmorecesse.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana. (Carl G. Jung)

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Eduardo E. Filippi, pela amizade e paciência para com esse acadêmico que mesmo cheio de limitações e dúvidas nunca deixou de receber apoio e confiança do vasto intelecto de seu mentor.

Aos professores e colaboradores do PGDR que ao longo desses dois anos foram importantes com suas mais vastas e diferentes contribuições. Aos colegas que mesmo apesar do maior número de divergências do que convergência com meu pensamento, sempre foram essenciais e estão ligados pela solidariedade e o respeito. Em memória do Francisco, colega que nos deixou de maneira prematura e banal.

Aos professores Álvaro e Marco do Corede Centro Sul que sempre foram solícitos a todas as demandas e dúvidas geradas na pesquisa de campo. Um agradecimento especial a todos os entrevistados e questionados na pesquisa de campo.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo inquirir a relação entre capital social e desenvolvimento do Conselho Regional de Desenvolvimento Centro Sul (Corede Centro Sul), instituição do estado do Rio Grande do Sul, criada a partir de um novo modelo de administração territorial em 1994. Com a revisão bibliográfica e sites governamentais foi possível apresentar na dissertação o contexto histórico-temporal do Corede Centro Sul, o qual se concebe no corpo da pesquisa como um território físico, social e político. Para compreender a dinâmica do capital social no desenvolvimento deste recorte territorial e institucional surgiram as questões de estudo: a) Os Comudes (Conselhos Municipais de Desenvolvimento) contam com o apoio da população na discussão dos problemas locais para expandir o debate para o Corede Centro Sul?; b) Há sensação de confiança e cooperação na população do território; c) Existe confiança e cooperação nas poucas cooperativas existentes no território? Ou elas existem em função apenas de políticas públicas verticais? O estudo com caráter exploratório teve como material empírico, revisão bibliográfica, 17 questionários cada um com 11 perguntas (fechadas) direcionadas aos Comudes dos municípios do Corede Centro Sul, 7 saídas a campo (observações) nas reuniões do Corede nos Municípios de Tapes, Sertão Santana, Butiá, Camaquã, São Jerônimo e Barra do Ribeiro e 06 entrevistas contendo 13 perguntas (abertas) com lideranças de 06 cooperativas existentes no Corede Centro Sul, também foi entrevistado um técnico da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) da região Centro Sul do estado. Os resultados do material empírico constituíram-se no material de análise da pesquisa, o qual foi analisado com a contribuição teórica de Amartya Sen (2000) aderindo o conceito de *desenvolvimento* do autor, numa perspectiva socioeconômica. Ainda para interpretar a dinâmica do capital social e o desenvolvimento do Corede Centro Sul dialogou-se com os conceitos de *capital social* de Robert Putnam, que encara o desenvolvimento como fruto de elementos endógenos, também o conceito de *confiança* e os indicadores criminais, como possíveis indicadores de queda de capital social sugeridos por Francis Fukuyama (1996, 2000) foram utilizados neste trabalho. Os resultados da pesquisa sugerem que o capital social é um dos vetores do padrão de desenvolvimento do Corede em estudo, representando um elemento importante na análise empreendida. No entanto, não se percebeu uma relação linear entre capital social e desenvolvimento, pois os elementos da sociabilidade tratados como indicadores de capital social na presente pesquisa apresentam comportamentos diferenciados nos dezessete municípios do Corede. Com a investigação pode se perceber que a pesquisa é pioneira ao analisar a qualidade da sociabilidade dos Comudes e cooperativas que compõe o Corede Centro Sul para fins de estudos de uma relação entre capital social e desenvolvimento.

Palavras-chave: Corede Centro Sul. Capital social. Desenvolvimento territorial. Perfil rural. Sociabilidade.

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the relation between social capital and development of the Regional Development Council of the South Center (Corede Centro Sul), an institution in the state of Rio Grande do Sul, created from a new model of territorial administration in 1994. From bibliographic review and governmental sites, it was possible to present in the dissertation the historical-temporal context of Corede Centro Sul, which is conceived in the body of the research as a physical, social and political territory. In order to understand the dynamics of social capital in the development of this territorial and institutional cut, study questions have arisen: a) Comudes (Municipal Development Councils) count on the support of the population in the discussion of local problems to expand the debate for Corede Centro Sul ?; B) Is There a sense of trust and cooperation in the population of the territory? C) Is there trust and cooperation in the few cooperatives in the territory? Or do they exist only because of vertical public policies? The exploratory study had as an empirical material, a bibliographical review, 17 questionnaires each with 11 questions (closed) directed to the Comuds of the municipalities of Corede Centro Sul, 7 exits to the field (observations) at Corede meetings in the Municipalities of Tapes, Sertão Santana, Butiá, Camaquã, São Jerônimo and Barra do Ribeiro and 06 interviews containing 13 questions (open) with leaders of 06 cooperatives in Corede Centro Sul, a technician from Emater (Technical Assistance and Rural Extension Company) was also interviewed. Territorial Plan for Sustainable Rural Development (PTDRS) of the Central South region of the state. The results of the empirical material consisted of the material of analysis of the research, which was analyzed with the theoretical contribution of Amartya Sen (2000) adhering the concept of development of the author, from a socioeconomic perspective. Still to interpret the dynamics of social capital and the development of Corede Centro Sul, the dialogue with the concepts of social capital of Robert Putnam, who views development as a result of endogenous elements, also the concept of trust and criminal indicators, as possible Indicators of social capital decline suggested by Francis Fukuyama (1996, 2000) were used in this paper. The results of the research suggest that social capital is one of the vectors of Corde's development pattern under study, representing an important element in the analysis undertaken. However, a linear relationship between social capital and development was not perceived, since the sociability elements treated as indicators of social capital in the present research show different behaviors in the 17 municipalities of Corede. The research shows that the research is a pioneer in analyzing the quality of sociability of Comudes and most of the cooperatives that make up Corede Centro Sul for the purpose of studying a relationship between social capital and development.

Keywords: Corede Centro Sul. Social capital. Territorial development. Rural profile. Sociability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Municípios que compõe o Corede Centro Sul.....	26
FIGURA 2 Região Funcional de Planejamento 1 (RF1).....	58
FIGURA 3 Perfil da população do Corede Centro Sul (2010).....	62

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Apoio a democracia no Brasil.....	44
GRÁFICO 2 PIB per capita 2013 dos Coredes.....	65
GRÁFICO 3 PIB per capita dos municípios do Corede Centro Sul (2012).....	66
GRÁFICO 4 Idese dos Coredes (2013).....	68
GRÁFICO 5 Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos para o ano de 2012.....	71
GRÁFICO 6 VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de baixa participação da indústria no PIB 2014.....	73
GRÁFICO 7 VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de média participação da indústria no PIB 2014.....	74
GRÁFICO 8 VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de alta participação da indústria no PIB 2014.....	74
GRÁFICO 9 Produção de fumo e arroz em toneladas nos municípios do Corede Centro Sul.....	77
GRÁFICO 10 Lideranças do Comudes e suas ocupações públicas.....	103
GRÁFICO 11 Percepção dos entrevistados sobre a participação dos munícipes nas decisões do Comude.....	104
GRÁFICO 12 Percepção dos entrevistados sobre a confiança interpessoal da população local.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Criação dos municípios do Corede Centro Sul	18
QUADRO 2 Características físicas dos municípios do Corede Centro Sul.....	76
QUADRO 3 Total de ocorrências policiais entre os anos de 2005 e 2009 nos municípios do Corede Centro Sul.....	95
QUADRO 4 Cooperativas cadastradas no sistema OCERGS/SESCOOP 2016.....	107
QUADRO 5 Cooperativa citada pelo PTDRS.....	108
QUADRO 6 Cooperativas entrevistadas na pesquisa de campo.....	108
QUADRO 7 Percepção dos entrevistados sobre o papel dos governos municipais, estaduais e federais na consolidação e funcionamento das cooperativas.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 População nos municípios do Corede Centro Sul em 2010.....	61
TABELA 2 População com mais de 65 anos nos municípios do Corede Centro Sul.....	63
TABELA 3 Total de eleitores em 2016 no Corede Centro Sul.....	64
TABELA 4 Ranking Estadual de oportunidades para atrair investimentos e negócios.....	67
TABELA 5 Média do Idese e seus blocos (educação, renda e saúde) entre os anos 2007 e 2013 nos municípios do Corede Centro Sul.....	70
TABELA 6 Participação da indústria, agropecuária e serviços no VAB dos municípios do Corede Centro Sul (2014).....	75
TABELA 7 Número de custeios agrícolas totais e provenientes de recursos do Pronaf nos municípios do Corede Centro Sul de janeiro a outubro de 2016.....	81
TABELA 8 Número total de ocorrências policiais em 17 modalidades em 2010 (per capita).....	97
TABELA 9 Número de eleitores nas Consultas populares nos municípios do Corede Centro Sul.....	98
TABELA 10 Variação percentual dos eleitores nas consultas populares dos municípios do Corede Centro Sul	99
TABELA 11 Consulta Popular 2015 – Orçamento – 2016 (número de eleitores e comparecimento no OP).....	100
TABELA 12 Percepção das lideranças dos Comudes sobre os principais problemas dos municípios em uma escala de 0 a 10.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CP	Consulta Popular
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RF	Região Funcional
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para crianças
UNIÚJUI	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	O COREDE CENTRO SUL NO RS: DIFERENÇAS REGIONAIS EM UM NOVO RECORTE POLÍTICO ADMINISTRATIVO	15
1.1	O DEBATE POLITICO DA REGIONALIZAÇÃO	16
1.1.1	Atribuições e funcionamento dos Coredes	20
1.2	O COREDE CENTRO SUL E A METADE SUL DO RS.....	22
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA	24
2	ARCABOUÇO TEÓRICO: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	28
2.1	O CAPITAL SOCIAL	28
2.1.1	O paradigma liberal	33
2.1.2	Capital Social e o “caminho da democracia”	35
2.1.3	Capital social e algumas considerações sobre a democracia brasileira	40
2.2	O DEBATE EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO: UMA ÊNFASE NO CAPITAL SOCIAL	46
2.2.1	Do subdesenvolvimento ao Em desenvolvimento	48
2.2.2	O desenvolvimento de capacidades: o desafio do desenvolvimento	50
2.2.3	Desenvolvimento rural e capital social	52
3	O COREDE CENTRO SUL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO.....	56
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O COREDE CENTRO SUL NO CONTEXTO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	56
3.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS	60
3.3	SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL: CENTRO SUL EM PERSPECTIVA.....	72
4	METODOLOGIA E ESTUDO DE CASO	82
4.1	ROTEIRO DE ENTREVISTA	85
4.2	QUESTIONÁRIO.....	86
4.3	OBSERVAÇÕES	87
4.4	INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO NA ENCRUZILHADA?	87
4.4.1	Analisar o desenvolvimento e suas variáveis	90
4.4.2	Possíveis indicadores de capital social	94
4.5	COMUDES E COOPERATIVAS: UM RECORTE DA SOCIEDADE CIVIL.....	101
4.5.1	Os Comudes.....	102
4.5.2	As Cooperativas.....	107

4.5.3	Cooperativismo estatal e (des)confiança	110
5	DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO COREDE CENTRO SUL: UM ENFOQUE NO CAPITAL SOCIAL.....	115
5.1	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	117
5.2	O COREDE CENTRO SUL ENQUANTO INSTITUIÇÃO	127
5.3	O COREDE CENTRO SUL ENQUANTO TERRITÓRIO	130
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS.....	134
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	139
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	140
	ANEXO A – DIGITALIZAÇÃO DA CAPA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO DIA 25 DE ABRIL DE 2017	142
	ANEXO B – DIGITALIZAÇÃO DA MATÉRIA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO DIA 22 DE MARÇO DE 2017	143
	ANEXO C – DIGITALIZAÇÃO DA CAPA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO DIA 03 DE MAIO DE 2017.....	144

1 O COREDE CENTRO SUL NO RS: DIFERENÇAS REGIONAIS EM UM NOVO RECORTE POLÍTICO ADMINISTRATIVO

Esta dissertação tem por objetivo agregar conhecimento ao campo de estudos sobre o capital social através da análise de indicadores primários qualitativos e secundários quantitativos, que são capazes de avaliar o papel do capital social no desenvolvimento do território Corede Centro Sul. Desse modo, se avalia o papel do capital social no desenvolvimento desse território que tem se mostrado subdesenvolvido em comparação com outros Coredes gaúchos. O Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) no período de 2007 a 2013 coloca o Corede Centro Sul em último lugar do ranking entre os 28 Coredes em que está dividido o estado do RS. Do período de 2007 a 2013, apenas nos anos 2011 e 2012 o Corede Centro Sul deixa de ficar em último lugar no ranking do Idese, melhorando apenas uma posição, ficando apenas na frente do Corede Fronteira Oeste. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita do Corede Centro Sul também coloca o Corede em situação de desvantagem frente aos outros conselhos e o estado como um todo. Em 2013, o PIB per capita do Corede foi de apenas R\$18.848,02 que o coloca no penúltimo lugar do ranking entre os 28 Coredes, o PIB per capita nesse mesmo período foi para o estado do Rio Grande do Sul de R\$ 29.657,28. Nenhum município que compõe o Corede Centro Sul conseguiu chegar à média estadual de PIB per capita.

Embora quase 57 % da população do Corede Centro Sul residam na zona urbana, a população rural cresceu quase 8% no período 2000/2010, ao passo que no estado esse período foi marcado por um decréscimo da população rural de quase 5%. A população total do Corede cresceu quase um ponto percentual acima do crescimento da população do Rio Grande do Sul na relação 2000/2010. Em suma, as principais informações sobre a demografia do Corede Centro Sul são a baixa densidade demográfica aliada a um crescimento populacional com ênfase na população rural, e um emaranhado de pequenos centros urbanos ligados ao campo, e próximos ao centro dinâmico do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Informações mais completas sobre o Corede Centro Sul estão dispostas no terceiro capítulo dessa dissertação.¹ (FEE, 2017).

Os Coredes são Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados em 1991 e institucionalizados em 1994, no estado do Rio Grande do Sul. Essa divisão territorial do estado divide o Rio Grande do sul em 28 Coredes, atualmente. A divisão regional dos

¹ Os dados utilizados nessa parte introdutória estão condensados em tabelas e gráficos no capítulo três desta dissertação. Sua fonte é o site da FEE (Fundação de Economia e Estatística) através do programa FEE dados: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>

Coredes permite avaliar as peculiaridades das diversas localidades do estado de maneira mais focada, e estimular a participação cívica no debate em torno do desenvolvimento regional. Antes da criação e institucionalização dos Coredes, grande parte dos municípios gaúchos de menor porte não existia, sendo que eram distritos de municípios maiores. Mas com as mudanças institucionais que aconteciam no Brasil a partir da abertura política e da estabilização econômica entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, novos municípios acabaram surgindo, quase que de maneira concomitante com a discussão da institucionalização dos Coredes.

As diferenças regionais do estado ficaram mais fáceis de serem avaliadas e discutidas a partir da criação e consolidação dos Coredes. Assim os problemas podem ser tratados de maneira regional e local desde que se tenha planejamento e estratégias políticas para tal.

As divisões e articulações do desenvolvimento territorial do estado começam nas nove regiões funcionais de planejamento (RF)² onde estão situados os Coredes, passam por estes e chegam até as microrregiões onde se agrupam os municípios de cada Corede de acordo com sua localização e perfil econômico.

O debate das diferenças regionais gaúchas (econômicas e sociais) ganham outra tonalidade a partir da formulação dos Coredes. Pois o debate sobre as desigualdades territoriais do estado e a concepção da metade sul do RS como a metade pobre do estado remonta os anos 1970-80, como aponta Paiva (2008) em seu estudo da economia dos territórios gaúchos. Assim a consolidação dos Coredes favorece uma análise microrregional que acaba mostrando que existem diferenças internas na região Sul do estado e no território gaúcho como um todo, e que as macrorregiões não podem ser tratadas como se não tivessem diferenças internas.

A presente dissertação não é um estudo da gênese do processo de regionalização do estado do RS através da institucionalização dos Coredes, mas essa contextualização sobre o processo institucional dos territórios gaúchos acaba se fazendo necessária para se melhorar a análise do ponto de vista do capital social estendida para o Corede Centro Sul.

1.1 O DEBATE POLITICO DA REGIONALIZAÇÃO

O início da onda de emancipações municipais no Brasil ocorreu a partir dos anos 1930 e se estendeu com intensificação para os anos 1950 e 1960. O desenvolvimentismo

² A Região Funcional é um tipo de divisão macrorregional em que se agrupam os Coredes. As políticas regionais sempre são pensadas e executadas de acordo com as diretrizes da região funcional, ao todo são nove regiões funcionais no estado do RS.

capitaneado pelo Estado, instaurado por Getúlio Vargas com a revolução de 1930, foi criando gradativamente as bases de uma sociedade urbana e industrial, mas também de uma agricultura moderna e capitalista, nesse contexto cidade e município vão ter papel essencial para um país com face de república e não mais de império. Mas a restrição das emancipações vai ocorrer nos anos 1970 e início dos anos 1980 com os governos militares, sendo que o movimento emancipatório é capaz de despertar ideologias políticas e sentimentos de contestações que podem ser elementos perigosos para a manutenção de um governo centralizador e antidemocrático. Mas a partir da abertura política de 1985 e da vigência da constituição de 1988, a discussão das emancipações passa a ser pauta da arena política novamente.

De 1984 a 2000 foram instalados (a instalação corresponde ao início de funcionamento efetivo do município, o que se dá com a eleição do primeiro prefeito) 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento. Como, em 1984, existiam 4.102 municípios no Brasil, os novos municípios correspondem a um aumento de 34,3% [...] É interessante observar que 94,5% dos 1.405 municípios instalados entre 1984 e 2000 têm menos de 20 mil habitantes. Entre os 1.018 municípios instalados entre 1991 e 2000, apenas 40 possuíam mais de 20 mil habitantes. O movimento de emancipação de municípios alterou significativamente a distribuição dos municípios por tamanhos da população e por regiões. (MAGALHÃES, 2008, p.1)

Os novos municípios criados a partir da metade dos anos 1980 se tornam palco de disputa política local, geradores do equilíbrio entre conflito e consenso, um dos pilares básicos da atividade política. Mas além do caráter da atividade política que acaba tendo um novo lócus do poder no espaço político municipal que está nascendo, toda a canalização de recursos e responsabilidades tem papel renovado com os novos municípios, que acabam assumindo os ônus e bônus da descentralização administrativa. Pode-se perceber através do quadro 1 que grande parte dos municípios que compõe o Corede Centro Sul tem uma emancipação recente, quase concomitante à criação dos Coredes.

QUADRO 1 - Criação dos municípios do Corede Centro Sul e seu local de origem

MUNICÍPIOS	DATA DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO DE ORIGEM
Arambaré	20/03/1992 (Lei nº9603)	Camaquã/ Tapes
Arroio dos Ratos	28/12/1964 (Lei nº 4902)	
Barão do Triunfo	20/03/1992 (Lei nº9571)	São Jeônimo
Barra do Ribeiro	17/02/1959 (Lei nº3719)	
Butiá	09/10/1963 (Lei nº4574)	
Camaquã	19/04/1864 (Lei nº569)	
Cerro Grande do Sul	12/05/1988 (Lei nº8619)	
Charqueadas	28/04/1982 (Lei nº7645)	
Chувиска	28/12/1995 (Lei nº10637)	
Cristal	29/04/1988 (Lei nº8583)	
Dom Feliciano	09/12/1963 (Lei nº4635)	
Mariana Pimentel	20/03/1992 (Lei nº9611)	Guaíba/Barra do Ribeiro
Minas do Leão	20/03/1992 (Lei nº9582)	Butiá
São Jerônimo	03/12/1860 (Lei nº457)	
Sentinela do Sul	20/03/1992 (Lei nº9584)	Tapes/ Cerro Grande do Sul
Sertão Santana	20/03/1992 (Lei nº9595)	Guaíba/ São Jerônimo / Tapes
Tapes	16/12/1857 (Lei nº402)	

Fonte: Planejamento estratégico Regional 2010-2020.

De maneira geral a criação desses novos municípios, a partir de 1984, muda a geografia do espaço social e político desses territórios, sendo que a sede municipal vai crescendo nesse processo e se tornando área urbana em expansão, creches hospitalares e escolas antes existentes só no município de chefia do distrito, agora vão sendo construídas no novo espaço municipal. Também a arrecadação de impostos e a lógica de distribuição desses é mais vantajosa para o espaço enquanto município do que distrito de outra cidade, novos municípios significam mais autonomia e distribuição do poder e recursos econômicos de maneira mais local.

Concomitantemente a tal processo de emancipações municipais que vai acontecendo por todo o Brasil, vão sendo pensadas novas formas de regionalização no Rio Grande do Sul, dado as diferenças econômicas do território gaúcho. Os novos recortes territoriais que estavam sendo pensados vinham ao encontro de uma lógica onde esse novo território devesse ser maior que o municipal e menor que o estadual.

Esse novo movimento de criação de regiões capazes de agregar os municípios era pautado na participação da sociedade civil e no diálogo da região com agentes políticos do poder público estadual. Essa era a estratégia para se vencer as diferenças regionais (econômicas e sociais) do estado e tornar os processos decisórios mais democráticos.

O debate em torno das desigualdades espaciais do Rio Grande do Sul sempre teve como ponto de partida um estado dividido em três macrorregiões: Sul, Norte e Nordeste. Mas essa divisão sempre foi redundante, e fruto de análises não aprofundadas, sendo que diagnósticos contemporâneos mostram desigualdades marcantes internamente nessas macrorregiões. As contradições internas dessas regiões não anulam a tendência a um desenvolvimento maior na região norte e nordeste do estado em comparação com o sul, mesmo contemporaneamente. Mas essa tendência de maior desenvolvimento nas outras regiões do estado em comparação com a metade sul não pode ser um determinante para uma análise redundante e geral que não leve em conta as diferenças existentes no interior desses territórios.

Segundo De Toni e Klarmann (2002) o primeiro esforço de se criar novas bases territoriais para o estado do Rio Grande do Sul, tem origem em um programa de 1974. Esse programa se chamou *Regionalização* (proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana). O trabalho tinha por base quatro objetivos:

- a) centralidade administrativa;
- b) tamanho funcional;
- c) grau de acessibilidade das cidades;
- d) grau de comunicabilidade.

Mas esse trabalho inicial de 1974 acabou gerando mais material teórico do que ações práticas ou organizacionais. Sendo que sua implantação acabou não ocorrendo.

Outro esforço de regionalização foi ocorrer em 1987, intitulado de *Programa Estadual de Descentralização Regional*, que buscava programar mecanismos capazes de ações coordenadas por parte dos órgãos públicos e de ampliação da participação comunitária. Mas os esforços dos órgãos públicos não foram capazes de concentrar sinergia para a aplicação da proposta:

[...] pouca coisa realmente foi concretizada, e a própria divisão regional proposta, da mesma maneira que o Programa de Regionalização da década de 70, não chegou a ser adotada pelos órgãos estaduais. Observa-se com isso que as tentativas, por melhor que estivessem amparadas do ponto de vista técnico, não conseguiram ultrapassar a forte fragmentação setorial existente na administração pública gaúcha, nem implementar uma estratégia tecno-política capaz de neutralizar as resistências corporativas.(DE TONI; KLARMANN, 2002,p.529)

Dado as dificuldades de coordenação dos órgãos burocráticos e de governo nas duas primeiras tentativas nas décadas de 1970 e 1980 de regionalizar o território gaúcho, o processo de regionalização vai se alongar para o início dos anos 1990, com a criação e institucionalização dos Coredes. Esse momento de criação dos Coredes corresponde ao período histórico pelo qual entrava em vigência a “constituição cidadã” de 1988 que assegurava e incentivava a participação da sociedade no processo político e nas políticas públicas, bem como o da criação de novos municípios no Brasil. No Rio Grande do Sul a tentativa de regionalização através dos Coredes vai ser a terceira iniciativa em um período de mais ou menos 20 anos desde a primeira tentativa em 1974. Também a criação da FAMURS (Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul) em 1981 que reuniu na época 19 associações microrregionais, e sua consolidação enquanto instituição ao longo dos anos foi importante para a concretização do projeto de regionalizar através dos Coredes.

Nesse mesmo período de criação dos Coredes “final da década de 1980/90 fervilham no Rio Grande do Sul os debates e as iniciativas sobre regionalização e sobre participação da sociedade na formulação de políticas públicas” (COELHO, 2010, p.22). Órgãos públicos e principalmente as universidades tiveram papel importante na formulação do projeto de regionalização, o candidato ao governado do estado pela frente progressista gaúcha (PDT, PSDB, PC do B) Alceu Collares estava em campanha eleitoral numa visita de contato na UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) quando recebeu desta, e de uma delegação de Santa Maria uma proposta para a implantação de uma regionalização capaz de absorver a participação popular. Esse foi um dos momentos fundamentais para a criação dos conselhos regionais de desenvolvimento.

A implantação dos Coredes começou em 1991 no governo de Alceu Collares (1991-1995) e foi institucionalizada através de lei estadual 10.283 de 1994. A articulação da constituição das regiões foi livre, contando com o debate na comunidade, no início surgiram 20 Coredes, o que contemplava quase a totalidade dos municípios gaúchos.

1.1.1 Atribuições e funcionamento dos Coredes

O decreto de Nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, regulamentou a lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os Coredes. A lei estabelece que os Coredes tenham os seguintes objetivos: A promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo e da região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza

produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região; a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Esses tópicos acima elencados são as linhas gerais a ser seguido por cada Corede, o decreto criou 21, mas o artigo 2 da lei permitia a liberdade de “ fusão de Coredes bem como o desmembramento e a criação de novos, mediante algumas observações. Essa liberdade na gestão territorial da composição dos Coredes, fez com que seu número aumentasse para 28 atualmente. As diretrizes gerais da lei objetivam assegurar a participação da comunidade local e de organizações, estimulando a descentralização política e a participação. Deste modo os Coredes objetivavam ser uma espécie de *àgora* capaz de pensar os problemas a nível regional através de atores locais.

Com base na publicação PRÓ-RS (propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul) que é uma publicação contendo as propostas de desenvolvimento regional dos Coredes, o último PRÓ-RS (V) contempla o período entre 2015 e 2018. As principais competências e atividades desenvolvidas pelos Coredes são as seguintes: Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região; Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional; Manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, por meio da valorização da ação política; Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do estado; Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos governos estadual e federal na região; respaldar as ações do governo do estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Cabe aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento exercer um papel de alta relevância, tanto para as regiões que representam como para o estado como um todo e para o governo estadual, independentemente de sua composição político-partidária.

Outro ponto importante é a produção e discussão de diagnósticos regionais, visando à elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento regional estadual e suas respectivas alterações e atualizações, em colaboração com os órgãos estaduais, especialmente os das áreas do planejamento e das relações institucionais, com as instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas. Dentre os principais papéis do Corede destaca-se:

- a) ajuda na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços de responsabilidade do estado;
- b) fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais;

- c) colaboração na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos;
- d) apoio, perante o governo federal, a reivindicações de interesse regional encaminhada pelo governo do estado;
- e) mobilização da comunidade regional em torno de campanhas de interesse público desencadeadas pelos governos.

O espaço de participação dos conselhos é bastante amplo, como membros participam de maneira nata os representantes políticos formais de cada região tanto do executivo quanto do legislativo e os membros dos conselhos de desenvolvimento municipal (Comude). Na condição de representantes participam do conselho os representantes de partidos políticos, universidades, sindicatos, membros de segmentos da sociedade civil, dentre outros membros dos mais diferentes campos interessados no desenvolvimento regional.

A estruturação organizacional dos Coredes é composta pela assembleia geral regional, conselho dos representantes, diretoria executiva, comissões setoriais, cada uma com atribuições específicas.³

1.2 O COREDE CENTRO SUL E A METADE SUL DO RS

Dado a percepção quanto a diferença no nível de desenvolvimento das regiões gaúchas, no início dos anos 2000 a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul encomendou um estudo técnico sobre desenvolvimento regional e capital social. Um corpo técnico-científico da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) foi responsável para executar essa tarefa, deste modo os coordenadores do projeto foram os professores pesquisadores César e Bandeira (2001). Esse estudo dividiu o RS em quatro grandes regiões: Nordeste 1, Nordeste2, Norte e Sul. O estudo teve por objetivo preencher a lacuna dos possíveis condicionantes do desenvolvimento de natureza política, social e cultural, o que os indicadores clássicos não são capazes de contemplar.

Nesse mesmo período da publicação do estudo sobre o RS e o capital social encomendado pela assembleia gaúcha, os ecos da obra de Putnam (2006) sobre a Itália, e a repercussão da obra *Confiança* de Fukuyama (1996) se fizeram sentir no mundo acadêmico e

³ O Tópico 1.1.1 *Atribuições e Funcionamento dos Coredes* têm como base de suas informações, as publicações PRO-RS IV E PRO-RS V e da legislação estadual do RS, esses textos estão citados nas referências dessa dissertação, não havendo nenhuma citação direta, mas uma síntese dessas publicações em suas partes sobre o funcionamento dos Coredes.

na sociedade: Um novo tipo de explicação sobre os condicionantes do desenvolvimento estariam no *ethos* das sociedades. “Um dos principais aspectos a serem investigados nesta pesquisa diz respeito às características sócio-culturais que contribuem para determinar aquilo que poderia ser denominado de ‘estoque de capital social’ das regiões gaúchas.” (CESAR; BANDEIRA, 2001, p.5).

Na época da realização da pesquisa de Cesar e Bandeira (2001), os Coredes não eram 28 como atualmente, mas 22. A divisão da pesquisa foi macrorregional, sendo que o Corede Centro Sul ficou incluído na macrorregião Sul junto aos Coredes, Fronteira Oeste, Campanha e Central, além de parte dos municípios do Corede Vale do Rio Pardo. Os dados da pesquisa revelam que a região Norte e o Nordeste 2 são as regiões com mais vitalidade associativa, já o Nordeste 1 chega a ter resultados piores que a região Sul neste indicador. De maneira geral a pesquisa serviu de subsídio para mostrar que existem diferenças marcantes entre as macrorregiões do RS quanto ao acúmulo de capital social, mas não em um padrão linear:

Essas diferenças, no entanto, não seguem um padrão norte-sul, nordeste, similar ao definido pela estrutura e pelo dinamismo econômico. A principal divergência deriva do fato de que as diferenças entre as duas parcelas que compõem o Nordeste – Região Metropolitana (Nordeste 1) e Serra-Litoral (Nordeste 2) – são muito acentuadas. A região Nordeste 2, da qual a Serra é a parte com maior expressão em número de habitantes, tem características muito mais semelhantes às da região Norte do que às da Região Metropolitana, apresentando graus elevados de participação em associações voluntárias, que estão associados a altos índices de convivência social e de participação em atividades políticas. Juntos, o Nordeste 2 e o Norte compõem uma grande área cujo perfil sociocultural foi fortemente influenciado pelas raízes comuns, que remontam à imigração e à colonização europeia e ao predomínio da pequena propriedade e da agropecuária familiar. A Região Metropolitana, por sua vez, apresenta resultados parecidos aos da região Sul em algumas variáveis, como a participação mais baixa em associações voluntárias ou os menores percentuais de pessoas com índices elevados de envolvimento em atividades políticas. No entanto, esses valores numéricos semelhantes resultam de causas diferentes. No Sul, podem ser atribuídos ao tipo de sociedade gerado pelo predomínio da grande propriedade e pela longa convivência com a escravidão. (CESAR; BANDEIRA, 2001, p.58)

Os pesquisadores apontaram que o crescimento econômico é viável mesmo sem a presença acentuada do capital social, mas ponderam que este é sem dúvida um importante insumo para o desenvolvimento acontecer.

Quanto à divisão do RS em duas ou três grandes regiões acerca das características de desenvolvimento e civismo como se vinha fazendo, a pesquisa sugere uma modificação nessa concepção. Os pesquisadores sugerem que se divida em quatro regiões devido às disparidades entre os dois Nordeste avaliados. No que diz respeito à região Sul em especial, os pesquisadores afirmam que: “A promoção do desenvolvimento na ‘Metade Sul’ exigirá entre

outras iniciativas, um esforço no sentido de fortalecer a capacidade dos atores locais para atuarem juntos no sentido de alcançarem objetivos comuns.” (CESAR; BANDEIRA, 2001, p.60).

Em publicação de 2007, Bandeira volta analisar as diferenças regionais sob a luz da pesquisa sobre o capital social realizada em 2001. O pesquisador aponta que as diferenças em acumulado de capital social são relevantes para o padrão de desenvolvimento do RS, embora não se tenha encontrado uma relação automática e monocausal entre capital social e desenvolvimento econômico. No entanto fica muito visível a diferença de acúmulo de capital social das regiões com histórico de associativismo como o Nordeste 2, onde se incluem regiões como a Serra em comparação com o Nordeste 1 que abrange a região metropolitana. Essa última região se assemelha bastante com a região Sul, pelo baixo índice de associativismo e pouca confiança.

A metade Sul do RS sempre foi concebida historicamente como subdesenvolvida do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico e a pesquisa realizada em 2001 por Cesar e Bandeira sobre o capital social apontou o baixo estoque de capital social da região Sul. Mas a relação automática entre acumulado de capital social e desenvolvimento não foi consensual no resultado dessa pesquisa, mas apenas a existência de uma tendência do capital social ser um dos condicionantes do processo de desenvolvimento.

A presente dissertação estuda a relação entre capital social e desenvolvimento no Corede Centro Sul que apresenta um dos mais baixos níveis de Idese do território que compreende essa chamada metade Sul do RS, ou como está no trabalho de Cesar e Bandeira (2001) “região sul.”

A totalidade dos dados utilizados ao longo da dissertação não vai aparecer nos esboços analíticos (em especial capítulos 4 e 5) em razão de se apresentarem como dados que objetivam caracterizar o território estudado, deste modo apenas uma parte seleta dos dados vai aparecer nos capítulos de análise da dissertação. Os dados utilizados na pesquisa são um recorte de um espaço em um determinado tempo, por isso não podem ser tratados como curvas de tendência que respondem por períodos ou ciclos.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho compromete-se a mostrar uma parcela da realidade do território em estudo, sendo assim buscou realizar um apanhado sobre as principais características econômicas e sociais e sua relação com alguns elementos da sociabilidade, atentando para os

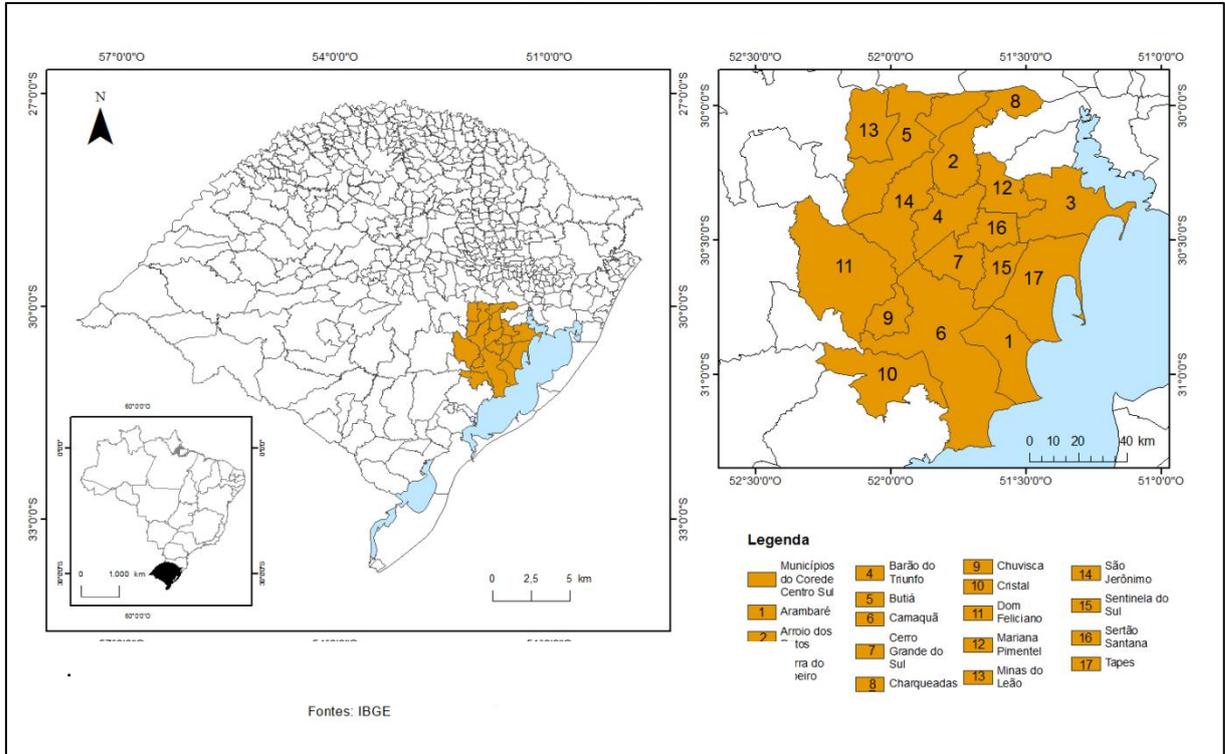
fatores dessa sociabilidade que se entende como possíveis indicadores de capital social. O norte teórico é aplicado em um espaço que não é simplesmente territorial, mas também institucional e político, o Corede Centro Sul.

A temática central do presente trabalho é a relação entre desenvolvimento e capital social, este entendido como cooperação, laços de confiança e participação cívica. Os principais tratados sobre o capital social podem ser considerados as obras de Bourdieu (1980) onde aborda o capital social como uma das formas disponíveis de capital existente no sistema de *habitus* da sociedade, Já Coleman (1990) vai entender o capital social como uma estrutura disponível para os indivíduos realizarem seus objetivos utilitaristas. Mas é com Putnam (2006) e seu estudo das mudanças institucionais italianas e com Fukuyama (1996) e sua análise da confiança a nível organizacional e nacional é que o capital social vai se popularizar enquanto teoria. De maneira introdutória se pode definir o capital social como uma espécie de argamassa, capaz de unir interesses individuais através da confiança e da reciprocidade. Já o conceito de desenvolvimento trabalhado na dissertação tem como norte teórico a concepção de desenvolvimento para além de fatores econômicos como aborda Sen (2000).

A partir da concepção do capital social como um elemento capaz de influenciar no processo de desenvolvimento, é que se elencaram as principais perguntas da presente dissertação:

- a) os Comudes (Conselhos Municipais de Desenvolvimento) contam com o apoio da população na discussão dos problemas locais para expandir o debate para o Corede?;
- b) há sensação de confiança e cooperação na população do território?;
- c) existe confiança e cooperação nas poucas cooperativas existentes no território? Ou elas existem em função apenas de políticas públicas vindas de cima para baixo, de maneira vertical?

FIGURA 1- Municípios que compõe o Corede Centro Sul



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor (2017).

É importante frisar que as discussões sobre a possível relação entre capital social e desenvolvimento para o caso do Corede Centro Sul começa apenas no capítulo quatro, depois de um capítulo de revisão teórica e outro de caracterização territorial. A figura 1 mostra os dezessete municípios que compõe o Corede Centro Sul e a localização do Corede no mapa estadual. Além da divisão macrorregional das regiões funcionais de planejamento onde se alocam os Coredes existem as divisões microrregionais que se estruturam os municípios dos Coredes. Os municípios do Corede Centro Sul tem a seguinte divisão microrregional: (1) Camaquã, Chувиска, Cristal e Dom Feliciano. (2) Arambaré, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul e Tapes. (3) Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel e Sertão Santana. (4) Barão do Triunfo, Charqueadas e São Jerônimo. (5) Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão. O Corede Centro Sul, então totaliza cinco microrregiões. As experiências da pesquisa de campo apontaram uma baixa articulação entre os Comudes das microrregiões para pensar o desenvolvimento a nível microlocal, desse modo não se percebeu nenhuma articulação especial entre os membros das microrregiões, no sentido de diálogo sobre questões importantes da sua respectiva microrregião.

O próximo capítulo trata da literatura especializada no arcabouço teórico usado na dissertação, a impressão que o leitor terá é que o capítulo em questão está dividido em duas

partes. Uma que trata do capital social e sua relação com pontos de vista da cultura política e outra que trata apenas do conceito de desenvolvimento. Essa impressão de dois arcabouços teóricos é em razão da escolha de uma separação conceitual entre as escolas que tratam do desenvolvimento e do capital social de maneira separada.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO: CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

A relação entre estoque de capital social e desenvolvimento socioeconômico tem sido alvo de intensos debates no mundo acadêmico desde os anos 1980. O “núcleo duro” do debate sobre o capital social, ou seja, visão de mundo compartilhada entre as diversas correntes que pensam o conceito de capital social é a capacidade de mudança social e econômica a partir de acontecimentos endógenos, que são os elementos internos da própria sociedade. Assim os fatores endógenos vão assumindo papel de importância nas ilações sobre capital social e sua relação com o processo de desenvolvimento nas mais diversas vertentes teóricas sobre capital social.

O conceito de desenvolvimento sempre esteve (e está) amarrado aos acontecimentos do mundo econômico sejam endógenos ou exógenos. Mas na medida em que as hipóteses sobre o capital social como um possível vetor capaz de influenciar no processo de desenvolvimento vão se colocando na arena de discussão sobre o tema, os elementos da cultura passam a importar nessa discussão em que os elementos puramente econômicos continuam sendo parte do maior peso da balança, mas não mais o único. Deste modo os diversos elementos endógenos não econômicos passam a pesar, e com eles os principais constituintes do capital social: confiança, cooperação e participação política.

2.1 O CAPITAL SOCIAL

Embora existam diferenças conceituais entre as vertentes teóricas do capital social, e isso acaba revelando um uso variado do termo pelas diferentes correntes que o definem, há também consenso de atributos referente ao termo: Deste modo o capital social, apesar de suas aparentes diferenças pode ser definido como “argamassa” capaz de aperfeiçoar as relações sociais, através de redes de relacionamento.

Sobre as diferenças e semelhanças do termo capital social, Woolcock e Narayan (2000) assim resumem: “Definitions and interpretations of the concept of social capital differ widely, but there is a growing consensus that social capital refers to the norms and networks that enable people to act collectively.”⁴ (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000⁵ apud OLATE, 2003, p.10).

⁴ “As definições e interpretações do conceito de capital social diferem amplamente, mas há um crescente consenso de que o capital social se refere às normas e redes que permitem que as pessoas atuem coletivamente” (Tradução nossa).

⁵ WOOLCOCK Michael; NARAYAN Deepa. Social Capital. Implications for development theory, research, and policy. **World Bank Research Observer**, Washington: vol. 15, n. 2, Augt 2000, p. 225-249.

O conceito de capital social está relacionado a uma série de teorias pós-materialistas que foram se solidificando ao longo do século XX, muitas dessas teorias de cunho conservador imprimem certa aparência de conservadorismo à maioria das concepções de capital social. A importância da obra de Tocqueville no conceito de capital social cunhado por Putnam (2006) pode ser um exemplo da raiz conservadora presente no conceito capital social. “Tocqueville é para o neoconservadorismo o que Marx foi para os movimentos revolucionários” (HIGGINS, 2005, p.128).

A proeminência e vitalidade do conceito de capital social teve seu auge entre os anos 1980 e início dos 2000, chegando à contemporaneidade como um tema que marca forte presença no mundo acadêmico e nas políticas públicas. Sem dúvida a vitalidade e pertinência do conceito estão ligadas aos resultados de trabalhos acadêmicos inovadores pautados pela seriedade. Porém o uso generalizado e sem aprofundamento do termo por parte da sociedade, ligada a discussões sobre o desenvolvimento acabou gerando erroneamente certa ideia do capital social como algo milagroso; uma pedra filosofal capaz de responder certamente aos problemas enfrentados pelo desenvolvimento das sociedades:

O conceito de capital social, se mal apreendido superdimensionado ou focado de maneira messiânica, pode também vir a ser desqualificado. Defendo aqui a ideia de que, minimamente bem definido e valorizado, ele pode se constituir em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia. (ARAUJO, 2003, p.7)

Conforme ressaltado por Araujo (2003) na citação anterior, se pode perceber que o conceito de capital social caso utilizado sem ponderação pode se tornar pernicioso para a construção do conhecimento, na medida em que se torna paradigma disposto a resolver milagrosamente problemas práticos através de aparatos conceituais. É compreensível essa mitificação em torno do conceito de capital social dado a importância, popularidade e qualidade das obras que pautaram este termo, e que foram as responsáveis por sua divulgação no mundo exterior à academia.

A primeira vez que o termo capital social aparece da maneira como é compreendido contemporaneamente foi em 1916, com o educador Lyda Judson Hanifan. O educador usou o termo na análise de centros comunitários escolares, estabelecendo a relação entre pobreza e falta de sociabilidade nas relações comunitárias. Então o desenvolvimento escolar é o primeiro paradigma a ser trabalhada a ideia do capital social enquanto recurso capaz de influenciar no desenvolvimento.

Nos anos 1960, a obra da urbanista Jane Jacobs *A morte e a vida das grandes cidades americanas* acabou motivando a aplicação do conceito de capital social no modelo de convivência social do mundo urbano. Jacobs (2000) resgata a importância da presença de diversidade de pessoas, bem como a permanência dos moradores nos bairros como sinônimo de qualidade de convivência no ambiente urbano. A autora usa o termo “proprietários naturais da rua” para indicar as pessoas que estão, por muito tempo fixadas no local, e que tem o papel de agentes de cooperação na comunidade sendo as responsáveis por recados, favores e vigilância, entre tantas funções que acabam nascendo do convívio comunitário. É nessas relações sociais tidas como únicas que o capital social aparece como elemento capaz de gerar cooperação e boa convivência, na análise da autora.

No início dos anos 1980, o sociólogo francês Pierre Bourdieu inaugura importante discussão sociológica sobre o capital social. Para ele o capital social é uma das formas simbólicas existentes, dos vários capitais presentes na sociedade. Para o teórico francês a visão que privilegia apenas o capital econômico é estreita e incapaz de abranger a totalidade de manifestação de poder. O capital social seria nesse sentido um produto da estrutura social a serviço dos indivíduos. “Nesta definição devem distinguir-se, por uma parte, as relações sociais que permitem ao indivíduo obter recursos, por outra, a qualidade e quantidade desses recursos.” (HIGGINS, 2005, p.30). Os recursos do capital social ficariam amarrados ao potencial de os indivíduos obterem esses recursos e seu acesso em quantidade e qualidade aos mesmos. Bourdieu (1980) argumenta que o capital social está completamente imbricado na teia de relações dos indivíduos: “Le volume du capital social que possède un agent particulier depende de l’étendue du réseau des liaisons qu’il peut effectivement mobiliser et du volume du capital (économique, culturel ou symbolique)⁶” (1980,p.2)

No final dos anos 1980 o enfoque utilitarista de James Coleman coloca finalmente o tema do capital social na agenda acadêmica, se revelando um dos autores mais consultados sobre o tema. Para Coleman (1990), o “capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses.” (HIGGINS, 2005, p.33). Nesse sentido Coleman define o capital social pela sua função, deste modo o capital social é compreendido como totalmente produtivo como um recurso da estrutura social a serviço dos indivíduos para satisfazerem suas vontades: “The function identified by the concept ‘social capital’ is the value of those aspects of social structure to

⁶ “O volume de capital social que tem um agente particular depende da extensão da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do capital (econômico, cultural ou simbólico)” (Tradução Nossa)

actors, as resources that can be used by the actors to realize their interests.”⁷ (COLEMAN, 1990, p.305).

Mas é a partir dos anos 1990 com os estudos do cientista político Nipo-Americano Francis Fukuyama e do cientista político Norte-Americano Robert Putnam, que vai se atribuir papel especial ao capital social na agenda política e econômica. Neste mesmo período coincide o fim da bipolarização mundial com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, e a crescente (re)democratização dos países de terceiro mundo que saíam gradativamente de ditaduras, bem como a abertura desses à agenda liberal aliada ao processo de intensificação da globalização.

A partir desse novo contexto histórico, vai adquirindo também importância, além dos trabalhos de Fukuyama (1996, 2000) e Putnam (2006) os trabalhos sobre o capital social coordenado pelo Banco Mundial. Dimensões sociais e humanas começam a fazer parte da pauta dos estudos sobre o desenvolvimento realizados pelo Banco Mundial, assim o caráter da sociabilidade vai ocupar lugar de importância dentro desses estudos, através de pesquisas sobre o capital social a partir dos anos 1990 e com bastante intensidade no início dos anos 2000. “O Caso do Banco Mundial [...] mostra as novas, e ainda tímidas, tendências da ciência econômica por se aproximar dos fatos sociais, numa tentativa de se afastar do paradigma neoclássico comando pelos preços e mercados”. (HIGGINS, 2005, p. 27)

Um dos temas mais importantes trabalhados pelo Banco Mundial em torno do capital social é o desenvolvimento rural. O fato da grande parte dos pobres do mundo viverem no meio rural, talvez seja o fator preponderante para o tema desenvolvimento rural ser tão importante à pesquisa do Banco Mundial. Em um trabalho do Banco Mundial de 2000, Caper Sorensen mostra o impacto do capital social na gestão de propriedades comuns, gestão de riscos e produtividade no campo.

Sorensen (2000) aponta que embora os resultados em torno da otimização dos recursos sociais e do desenvolvimento sejam positivos em relação ao estoque de capital social, também se acumula fatores negativos quando a confiança proveniente do capital social se verticaliza em relações assimétricas e clientelistas de poder. A conclusão do autor é que o capital social mesmo com deméritos ainda se mostra um importante vetor de desenvolvimento.

Também a abordagem institucional trabalhada pela economia tem uma ligação importante com a aplicação do conceito de capital social, principalmente a partir da nova economia institucional de Douglas North. Para a nova economia institucional, as instituições

7 “A função identificada pelo conceito de "capital social" é o valor desses aspectos da estrutura social para os atores, como recursos que podem ser usados pelos atores para realizar seus interesses.” (Tradução Nossa)

constituem as regras do jogo, capazes de influenciar diretamente o desempenho econômico das regiões. Em suma, é na qualidade das instituições que está o custo de transação.

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange (NORTH,1991,p.97).⁸

Essa redução de incerteza nas trocas acima comentada por North (1991) revela a função das instituições em reduzir os custos “tanto do mercado econômico como do mercado político” (TOYOSHIMA, 1999, p.101). O diálogo conceitual entre economia das instituições e capital social passa ocorrer a partir do ponto que ambas as escolas começam apontar outros fatores para além dos elementos econômicos tradicionais, como importantes para o desenvolvimento de territórios e regiões.

Ao endogeneizar o papel do território, estamos querendo dizer que cada grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento - cada arranjo institucional bem sucedido - é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção. (MULS, 2008, p.8)

De acordo com citação anteriormente referida, as instituições que são diferentes de organizações por sobrepô-las são um resultado histórico e em constante construção. É nessa esteira lógica que o capital social acaba aparecendo como uma espécie de capital de território, capaz de interferir na formação institucional. O ponto de vista que a Nova Economia Institucional atribui ao termo ‘instituição’, pode ser encarado de maneira genérica como contrato ou “regra do jogo”. A relação entre capital social e economia institucional pode ser resumida através de Olate:

In brief, formal and informal institutions are in dynamic interaction, being both affected by capabilities and social capital and over time effecting change in yhem. Social relations underlie all social institutions and in turn feed back into and reinforce the organization and functioning’s formal and informal local level institutions.⁹ (OLATE, 2003, p.18)

⁸ “As instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social. Consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Ao longo da história, as instituições foram concebidas por seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza em troca.” (Tradução Nossa)

⁹ “Em resumo, as instituições formais e informais estão em interação dinâmica, sendo ambas afetadas por capacidades e capital social e ao longo do tempo afetando a mudança. As relações sociais subjazem todas as

A partir do apanhado geral sobre o conceito de capital social realizado na parte inicial desse capítulo se pôde perceber o sentido do termo, e apresentar uma breve ideia de sua trajetória epistemológica. Nos próximos tópicos se penetrará de maneira mais focada em algumas correntes teóricas do capital social que acabaram dando subsídio para construção da corrente dissertação, ou que representam análises relevantes para o conceito de capital social.

O próximo tópico trata de maneira especial do capital social em seu paradigma liberal, tendo nas pesquisas de Francis Fukuyama (1996,2000) seu mais proeminente pesquisador. A escolha da “escola de pensamento” de Fukuyama (1996,2000), por parte da presente pesquisa não se deve a nenhuma opção política por parte da mesma, mas sim pela importância da obra do autor e por sua perspicácia em compreender um mundo cada vez mais globalizado e em constante mudança.

2.1.1 O Paradigma Liberal

O conceito de capital social tem como um dos seus principais teóricos o cientista político norte americano Francis Fukuyama (1996,2000) que usa o conceito de capital social para responder questões do paradigma liberal. Fukuyama (1996,2000) ficou famoso mundialmente no meio intelectual após a publicação em 1992 de sua obra o *Fim da história e o último homem*. Para Fukuyama (1992) a história teria chegado ao fim, no sentido em que não haveria melhor combinação do que economia de mercado e democracia. Para o autor a história estava em seu auge com o liberalismo e a queda do regime socialista da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Para Fukuyama (1992) a interpretação da história apenas em seu viés econômico é um erro, o autor alimenta a argumentação da democracia liberal enquanto fim histórico à partir de valores não materialistas que são trazidos de Hegel, principalmente a questão do “reconhecimento”. “A democracia liberal substitui o desejo irracional de ser reconhecido como maior do que os outros pelo desejo racional de ser reconhecido como igual.” (FUKUYAMA, 1992, p. 15). A igualdade civil pautada na democracia e a liberdade de comércio seria o estágio máximo da história.

Mas é em *Confiança - as virtudes sociais e a criação da prosperidade* (1996) que o tema do capital social, moda na época, aparece no rol de produção acadêmica de Fukuyama. A ausência de pesquisa empírica em *Confiança* é substituída por uma reflexão teórica e histórica aguçada.

instituições sociais e, por sua vez, reencaminham e reforçam as instituições formais e informais locais de organização e funcionamento.” (Tradução Nossa)

O ponto de partida da concepção de sociedade em *Confiança* é o que Fukuyama (1996) chama de solução 20%. A partir desse ponto de vista se pode entender melhor o papel do capital social em sua obra:

Podemos considerar a economia neoclássica como, digamos 80 % correta: ela revelou importantes verdades sobre a natureza do dinheiro e dos mercados porque seu modelo fundamental de comportamento humano racional, auto-interessado, é correto, em cerca de 80% das vezes. Mas restam 20% do comportamento humano sobre os quais a economia neoclássica dedica uma atenção muito superficial. Como Adam Smith compreendeu muito bem, a vida econômica é profundamente engastada na vida social e não pode ser compreendida fora do contexto dos costumes, princípios morais e hábitos da sociedade no qual ele se insere. Em suma, ela não pode ser divorciada da cultura. (FUKUYAMA, 1996, p.28)

A “solução 20 %” é para Fukuyama (1996) imposta pelas diferenças culturais e pela natureza e funcionamento das instituições políticas, que nada mais são que resultados da dinâmica histórica. É nesse contexto que a cultura é capaz de colocar limites ao funcionamento auto-interessado inerentes aos agentes econômicos, nesse sentido as políticas macroeconômicas não podem ser consideradas como o único determinante do desenvolvimento econômico. “A variável importante não é política industrial *per se*, mas a cultura.” (FUKUYAMA, 1996, p.37).

Fukuyama (1996) explora o universo do que pode compor o capital social em várias sociedades e em diversos níveis, para ele a mesma sociedade com o tempo pode adquirir capital social ou perdê-lo. As dinâmicas sociais alteram a cultura e conseqüentemente a confiança, o elemento mais importante do capital social. Em 1999, Fukuyama publica *The Great Disruption* (A Grande Ruptura). Nessa obra o autor aborda as mudanças pelas quais a velocidade do capitalismo está provocando nas sociedades, e a incapacidade destas de acompanharem as mudanças, o que acaba comprometendo negativamente o acumulado de capital social.

As pessoas podem se adaptar, com o tempo, a todas essas novas condições, mas a velocidade das mudanças tecnológicas pode, com frequência, exceder a da adaptação social. Quando o suprimento de capital social deixa de atender à demanda, as sociedades devem pagar um alto preço. (FUKUYAMA, 2000, p.290)

Há então para Fukuyama (2000) certa instabilidade no acumulado de capital social, que está à deriva do processo histórico, que tem seu fim máximo na democracia liberal. Essa instabilidade no processo responsável pelo estoque de capital social das sociedades afasta

visões fatalistas relativas a perspectivas de sociedades com baixa sociabilidade, e quebra o mito do alto estoque de capital social perene nas sociedades de alta sociabilidade.

Outro elemento de fundamental importância na obra de Fukuyama (1996, 2000) é sua concepção do papel da família para o capital social, para ele a sociabilidade firmada na família em lugar de redes extrafamiliar pode criar falta de confiança para além do núcleo familiar. “Sociedades que privilegiam o familismo encontram maior dificuldade para criar grandes instituições econômicas, e esse cerceamento do tamanho limita os setores da economia global em que essas empresas podem operar” (FUKUYAMA, 1996, p.76).

Alberto Carlos de Almeida publicou em 2007 a obra *A Cabeça do Brasileiro*, entre os temas abordados nessa obra empírica de corte quantitativo, é o papel da família na sociedade brasileira. Almeida (2007) confirma estatisticamente a tese de *A casa e a rua* do Antropólogo Roberto DaMatta (1986) que admite o Brasil como uma sociedade de pouca confiança para além do núcleo familiar e com éticas distintas para a casa e para a rua, ou seja, uma lógica ética para a família e outra para a sociedade. Tanto Fukuyama (2000) quanto Almeida (2007) concordam que o familismo é deletério para a construção de mecanismos democráticos na sociedade.

Em suma, o capital social é para Fukuyama (1996,2000) um ingrediente decisivo para o bom funcionamento de uma sociedade liberal e de mercado. O capital social seria o agente responsável por diminuir os custos transacionais e hierárquicos. Um exemplo do capital social como tal, são o *keiretsu* japonês, um tipo de acordo informal entre certas empresas japonesas: “As companhias integrantes do *keiretsu* não possuem laços legais formais entre si, embora tenham se juntado por meio de um complexo sistema de controle acionário recíproco.” (FUKUYAMA, 1996, p.212). As empresas integrantes de um *keiretsu* se ajudam mutuamente, cuidando para que nenhuma entre em falência. Ou seja, a informalidade e a obrigação recíproca acabam produzindo estabilidade a longo prazo, vencendo a desconfiança inerente ao mercado.

2.1.2 Capital social e o “caminho da democracia”

O debate acadêmico tem relacionado o estoque de capital social com o desenvolvimento dos mecanismos cívicos, que ajudam na construção de democracias estáveis. O grande responsável pela pauta do tema foi o cientista político Robert Putnam (2006) com *Comunidade e Democracia*, publicado pela primeira vez em 1993. Diferente de Fukuyama (1996,2000) Putman (2006) se arrolou de pesquisas empíricas para defender sua tese. A

pesquisa de Putnam (2006) ocupou vinte anos de sua carreira, o período vai do início dos anos 1970 até final dos anos 1980, nesse seminal estudo o autor mapeia grande parte do território italiano através de baterias de entrevistas. Seu foco é acompanhar as mudanças institucionais italianas e o que diferencia em termos de qualidade democrática essas regiões.

As conclusões de Putnam (2006) apresentam desempenhos institucionais diferenciados para o norte e o sul italiano. O norte teria o melhor desempenho institucional ao passo que o sul estava estagnado do ponto de vista do desenvolvimento político e econômico. A grande explicação estaria nas virtudes cívicas e seu conseqüente capital social mais acumulado no norte se comparado com o sul italiano.

Para fundamentar sua explicação, o autor revisita a história italiana encontrando uma série de fatos que diferenciaram a sociabilidade no norte e no sul italiano. São numerosos os elementos históricos cheio de enredos que forjaram a sociedade nesses territórios. Pode se destacar a construção de uma sociedade mais horizontal no norte italiano com histórico de guildas e associações dos mais diversos ramos, haveria nesse sentido elementos de cooperação e reciprocidade presentes desde o período medieval. Já o sul seria uma sociedade com precedentes de hierarquias e assimetrias sociais, não havendo históricos relevantes de cooperação, mas sim de cooptação, tornando o território mais favorável ao florescimento de relações sociais mais verticais, reguladas no apadrinhamento e no familismo. “Nas cidades do Sul, o poder da nobreza continuava preponderante, havendo pouco daquela mistura de nobres e cidadãos que era tão característica da sociedade do Norte.” (PUTNAM, 2006, p.147).

Para Putnam (2006) o peso histórico que forjou diferentes tipos de sociabilidade é que vai ser o ponto preponderante da argumentação da lacuna de experiência institucional entre norte e sul italianos e sua diferença de desenvolvimento econômico e democrático. A mesma política de descentralização institucional vai ter resultados diferenciados nas duas metades territoriais. Esse peso histórico pode ser considerado de certo modo como uma espécie de fatalismo, ou uma profunda espiral, espécie de viagem em círculos empreendida pelas sociedades verticalizadas em suas relações sociais. Deste modo, o que pesa no processo histórico de Putnam (2006) é o civismo e não os insumos econômicos ou “materiais”. Fica claro na argumentação do autor como o elemento cívico se sobrepõe ao econômico.

Putnam empreende o caminho da explicação sócio-cultural. Adota o conceito de comunidade cívica, inspirado nas ideias de Maquiavel e vários de seus contemporâneos, os quais concluíram que o êxito ou o fracasso das instituições livres dependia do caráter dos cidadãos, isto é de sua “virtude cívica”. (HIGGINS, 2005, p.60)

O estudo sobre o desempenho institucional de Putnam (2006) pode ser considerado uma espécie de análise da qualidade democrática dos territórios italianos na medida em que o autor analisa o processo político dos atores envolvidos como ciclos virtuosos ou ciclos viciosos. Nessa esteira de argumentação, “Putnam considera que os dilemas da ação coletiva são superados pelo aproveitamento de fontes externas de capital social” (HIGGINS, 2005, p.64).

Essas fontes externas de capital social que trata Higgins (2005) são para Putnam (2006) o produto do que é construído coletivamente ao longo da história. “Isso significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais” (PUTNAM, 2006, p.180) Essas outras atividades geram elementos de teor moral que podem criar confiança, fator chave para o estoque de capital social, que se desenvolve através do civismo e da reciprocidade. O sexto capítulo de *Comunidade e Democracia* trata pontualmente da orientação racional dos atores diante de dilemas da ação coletiva, nesse tópico o autor dialoga com a economia institucional de Oliver Williamson e Douglas North. Para esses dois autores são de fundamental importância a redução de custos de transação e a motivação dos atores envolvidos no esquema econômico. Nessa esteira PUTNAM (2006) conclui que a aparente racionalidade dos atores envolvidos na teoria dos jogos por optar pelo egoísmo não é racional em sua totalidade, e que a reciprocidade e a confiança acabam gerando mais ganhos em longo prazo, para os atores envolvidos, do que o egoísmo e uma escolha de curto prazo.

De maneira geral a relação entre democracia e capital social tem sido alvo de um grande número de pesquisas e discussões acadêmicas no interior da ciência política contemporânea. Baquero (2001) destaca a inovação que representa a aplicação do conceito de capital social como elemento mobilizador da sociedade na participação da agenda pública, mas também atenta para a necessidade de reterritorializar o conceito de capital social para o ambiente no qual é aplicado: “O conceito de capital social pode proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade.” (BAQUERO, 2001, p.25). Essa atualização do conceito conforme a realidade demonstra que não há regras gerais para o capital social, pois elementos que são capazes de empoderar coletivamente certa sociedade podem gerar individualismo e apenas ganhos pessoais em outras. Não que os elementos que compõe o capital social possam ser deletérios em certa sociedade, mas sim que eles acabam sendo concebidos de maneira não virtuosa por determinada sociedade, não gerando capital social no sentido de coisa pública, mas apenas força para determinados indivíduos dissociados do interesse coletivo. Um exemplo da

argumentação anterior pode ser considerado a relação entre os mafiosos, onde os elementos de confiança não são estendidos abertamente para além do grupo. Políticas públicas com viés empoderador que são redirecionadas do ponto de vista do patrimonialismo e populismo político por parte dos agentes interessados na cooptação dos beneficiários, também podem se enquadrar nessa concepção deletéria do que poderia ser gerador de capital social e empoderamento.

As regiões gaúchas têm suscitado vários estudos acerca do capital social, Baquero (2008) avalia através de pesquisas quantitativas quatro regiões do estado; Vale dos Sinos, Sananduva, Porto Alegre e Ijuí. O objetivo da pesquisa foi investigar como os gaúchos percebem o funcionamento da democracia, os resultados apontaram que menos de 50% da população total dessas regiões estavam satisfeitas com o funcionamento da democracia. Isso não significa que a democracia não é reconhecida como a melhor forma de governo, mas que há certo pessimismo no que diz respeito aos políticos e o funcionamento das instituições públicas. Não compete aqui se especificar os resultados detalhados dessa pesquisa, mas vale considerar as ponderações que seu resultado pode atribuir para o atual tópico de discussão:

Nesse cenário, a construção de uma cultura política participativa mostra-se inviável. Os dados aqui examinados em diferentes subculturas no contexto gaúcho sugerem que estamos longe de solidificar uma base normativa de apoio aos princípios democráticos que se traduzam em um controle social mais eficiente das instituições políticas e dos gestores públicos. Cabe destacar também que os dados não são totalmente negativos, pois sugerem existir um depósito latente de predisposições políticas que poderiam ser ativadas pelo estabelecimento de uma melhor comunicação e diálogo entre atores sociais e políticos partícipes do contrato social, a saber: Estado, sociedade e mercado. (BAQUERO, 2008, p.37)

As análises regionais do estudo de Baquero (2008) traduzem um cenário de ceticismo com relação ao funcionamento da política ao mesmo tempo em que os dados não se mostram totalmente negativos, por haver indicadores de traços capazes de resgatar uma politização da sociedade. O grande elemento da questão seria a qualidade democrática no contexto local, se levando em conta os elementos institucionais que são as regras formais e informais do “jogo” e a perspectiva de participação capaz de alterar para melhor essas instituições. Pois procedimentos formais não são capazes de legitimar os políticos na medida em que esses são rejeitados pela população, e nesse sentido não há aumento de qualidade democrática mesmo se seguindo os procedimentos formais.

Nesse vácuo democrático há a necessidade de se criar novas formas de revitalizar a sociedade civil, criando novos canais de diálogos com o Estado e até a formação de novas lideranças apartadas do clientelismo e da burocracia, que são meios para se melhorar a

democracia em nível local. O capital social vai ser um dos elementos capazes de constituir essas novas formas de participação, sendo que o elemento cidadania, núcleo do capital social é fator chave nesse contexto.

O texto de Baquero (2008) atenta para as dificuldades de construção de cidadania e civismo em um contexto de desigualdades sociais que acaba diminuindo o potencial de envolvimento e de empoderamento da população. No que diz respeito ao grau de associativismo das regiões gaúchas estudadas pelo autor, pode se constatar que Ijuí e Sananduva mais ou menos 50% das pessoas declararam participar de alguma associação, sendo que em Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos 80% dos entrevistados não participam de nenhuma associação. Esses dados podem levantar a discussão da pré-disposição de sociedades menores serem mais compatíveis com o associativismo, dado a maior homogeneidade social e certa necessidade de relações de comunicação entre os membros. Também o peso das diferenciações sociais e econômicas mais intensas em sociedades mais populosas pode acabar excluindo uma fatia populacional desfavorecida, da agenda cívica da sociedade civil. Pode se considerar que em maior ou menor grau as duas conjunturas podem concorrer para essa diferenciação entre sociedade de conhecidos e sociedade de anônimos, para o caso apresentado por Baquero (2008).

O funcionamento e legitimidade da democracia em nível global são palco de diversos estudos tantos institucionais quanto focados no comportamento social e individual. A obra de Ronald Inglehart e Christian Welzel *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano* tem se mostrado como um dos grandes trabalhos empíricos sobre democracia no século XXI. A obra segue uma esteira teórica pós-materialista inaugurada por Inglehart em sua seminal obra *A Revolução Silenciosa* (The Silent Revolution) publicado em 1977 que tratou das modificações de valores intergeracionais em sociedades industrializadas. No recente trabalho de Inglehart e Welzel (2009) a teoria da modernização é chave fundamental para se entender a argumentação central dos autores, pois esta é o elemento determinante das mudanças sociais das sociedades desenvolvidas que passam a cultivar valores de mudança emancipatórios. Mesmo seguindo uma lógica de mudança os autores não descartam os fatores de persistência cultural que estão amarrados às histórias de cada sociedade. Nesse sentido a modernização não é algo homogêneo e se choca com padrões históricos, muito embora para os autores o desenvolvimento socioeconômico coloque tendência nas sociedades a se dirigir para uma direção comum.

Teóricos da modernização, De Karl Marx a Daniel Bell, têm argumentado que o desenvolvimento socioeconômico produz mudanças culturais universais. Mas

teóricos culturais, de Max Weber a Samuel Huntington, têm sustentado que os valores culturais exercem uma influência duradoura e autônoma na sociedade. Por mais paradoxal que pareça ambas as escolas estão certas. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.75)

O grande legado e papel da modernização é para os autores a mudança de crenças no sentido de melhorar o rol de escolhas humanas e de autonomia, essa visão encara esse caráter de modernização humanística como o cerne da democracia. Nessa “esteira” a pesquisa dos autores não encontra relação positiva entre democracia e confiança institucional, e assim a tendência de queda na confiança nas instituições políticas não representa, na visão analítica dos autores, uma relação direta com baixa qualidade democrática. “Não há relação significativa entre confiança das pessoas nas instituições e o desempenho democrático subsequente.” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.298).

Mas a confiança interpessoal ao contrário da confiança institucional tem na análise de Inglehart e Welzel (2009) relação direta com o bom funcionamento da democracia e representa para os autores o ponto instrumental da “confiança vertical”, entre iguais, o que favorece a democracia. Os autores interpretam a confiança nas instituições como deletéria para a democracia por ser um tipo de confiança “horizontal”. Em suma o trabalho dos autores privilegia uma análise menos conservadora do estado da democracia atual considerando a pluralidade humana e sua emancipação como ponto fundamental do ideário democrático.

Embora o foco do presente trabalho não seja diretamente o civismo nem mesmo a democracia, a avaliação do capital social no Corede Centro Sul usou como categoria de análise a participação em mecanismos democráticos como consulta popular e participação nos conselhos municipais de desenvolvimento. O próximo tópico trata da relação entre capital social e democracia para o caso brasileiro, nele se aponta algumas características marcantes da sociedade brasileira principalmente no que diz respeito à representação política, democracia e confiança institucional.

2.1.3 Capital social: Algumas considerações sobre a democracia brasileira

A construção de uma democracia estável e participativa ainda é ao lado do desenvolvimento socioeconômico, o desafio de grande parte das nações da América Latina, dentre elas inegavelmente o Brasil. Ferraz (2014) argumenta que do ponto de vista dos estudos da política comparada havia há 50 anos cerca de 15 democracias estáveis e um pouco mais de 100 instáveis em todo o mundo. Contemporaneamente, seriam 20 democracias estáveis e quase 150 instáveis. Embora, em mais ou menos 50 anos o número de democracias tenha crescido bastante, a qualidade desses regimes nem tanto, dado o grande número de

democracias frágeis, incapazes de institucionalizar a participação e a representação social. A partir desse ponto de vista, fica difícil o vislumbre de um aumento da qualidade democrática a nível global bem como em nível de Brasil. Como foi comentado no tópico anterior que os estoques de capital social são possíveis promotores de democracia e desenvolvimento como apontou Putnam (1996) e Fukuyama (1996,2000), como se pode enxergar o Brasil a partir desse ponto de vista?

Várias hipóteses já foram formuladas até hoje para traduzir a natureza da democracia brasileira, desde pontos de vista culturalistas como institucionalistas. Mas como não cabe no escopo deste trabalho esboçar todas as teorias das chamadas “interpretações do Brasil,” aqui serão abordados apenas alguns conceitos e autores capazes de elucidar a presente discussão introdutória sobre a cultura política brasileira. Pois para se discutir capital social com democracia é necessário ter em mente os fundamentos de sociedade nos quais está apoiada essa democracia.

Um dos temas mais pertinentes ao se tratar de política no Brasil é a presença do patrimonialismo enquanto realidade histórica. O primeiro autor ao se debruçar neste tema originário da sociologia de Max Weber foi Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936. Essa obra é responsável por pensar o patrimonialismo enquanto uma característica cultural da sociedade brasileira. Holanda (1995) cria um tipo ideal de brasileiro patrimonialista, fruto da herança portuguesa, esse tipo ideal de brasileiro é denominado de “homem cordial,” que mescla ingenuidade com oportunismo, racionalidade com emoção, polos contrários que se ajustam através das situações cotidianas. Nesse sentido, a boa e calorosa “recepção” brasileira além de ser um elemento composto por naturalidade, está imbricada em um tipo de racionalidade para a conquista de seu interlocutor. O brasileiro através de seu comportamento “bonzinho” vai contornando as práticas democráticas e burocráticas, esse é o jeitinho brasileiro calcado no individualismo avesso à hierarquia.

A marca contemporânea do patrimonialismo estaria hoje arraigada no *ethos* da sociedade brasileira, que mesmo se tornando urbana conserva valores de uma civilização de raízes rurais, e assim “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p.82).

Também considerado de fundamental importância para se conhecer a natureza da sociedade brasileira, tem-se a obra de Raymundo Faoro (1979, 2000) *Os donos do poder* como outra fonte de interpretação do patrimonialismo. Diferente de Holanda (1995) Faoro (1979, 2000) não concebe o patrimonialismo como uma característica da sociedade, mas sim do Estado. O ponto de vista de Faoro (1979, 2000) é mais institucional do que cultural, assim

se diferenciando de Holanda (1995). Para Faoro primeiro importa como se deu a transferência das instituições políticas portuguesas para a colônia Brasil, e como o padrão de estamento burocrático se adaptou ao longo dos anos no além mar. A argumentação de Faoro é que o Estado precede a sociedade no Brasil, neste caso um estado patrimonialista que não distingue os negócios da nação com os da classe política.

Ambas as análises sobre a cultura política do patrimonialismo são de suma importância para se considerar as práticas sociais e políticas seja no “micro poder” daquilo que domina as relações pessoais no cotidiano, ou do poder institucionalizado nos sindicatos, ou nos municípios, estados e federação. Deste modo as características patrimoniais da sociedade brasileiras acabam sendo elementos para se pensar a perspectiva do capital social: Como a perspectiva de ampliar confiança e cooperação, valores básicos do capital social, dentro de um ambiente com predicados oportunistas e práticas deletérias a valores democráticos, é um desafio.

Vários dados do Latinobarometro e do Ibope entre outras pesquisas como a de Almeida (2007) tem mostrado o Brasil como um país de fraca confiança nas instituições públicas, e com a presença de uma cultura política clientelista. Segundo a pesquisa Índice de Confiança Social (ICS), realizada no mês de julho de 2015, pelo Ibope, com um índice que vai de 0 a 100 se tem os seguintes dados: As instituições tidas como mais confiáveis pelos entrevistados foi o corpo de bombeiros com 81 pontos, igrejas com 71, forças armadas 63, meios de comunicação 59, escolas públicas 57 e empresas e organizações da sociedade civil ambas com 53. As de confiança média foram a policia com 50 pontos, bancos 49, poder judiciário 46 e sindicatos 41. As instituições com menor índice de confiança são os SUS (sistema único de saúde) com 34 pontos, governos municipais e sistema eleitoral ambos com 33, governo federal 30, congresso nacional 22 e partidos políticos 17. Comparando esses dados com os anos anteriores, até 2009, se percebe uma queda abrupta na confiança em todas as instituições, com principal ênfase nas instituições políticas em todas as suas esferas territoriais e jurídicas.

O mesmo trabalho do Ibope aponta que a confiança em pessoas e grupos sociais se mostrou mais estável que a confiança nas instituições para o período 2009-2015, a confiança na família caiu de 87, em 2014, para 86, em 2015, sendo que em 2009 era de 90. Já a confiança nos amigos caiu de 69 para 67 na relação 2014-15, ficando com o mesmo resultado de 2009 que foi também 67 pontos. A confiança nos vizinhos se manteve na media de 59 para esse período de sete anos, assim como a confiança nos brasileiros em geral, que se manteve estável também, com 57 pontos em 2015.

Esses dados mostram a precariedade do pacto político brasileiro entre Estado e sociedade, como também aponta a fragilidade das relações interpessoais para fora do universo da família (familismo). A crescente crise política alimentada geralmente pela corrupção e por modelos populistas de governo tem agravado os já péssimos níveis de confiança em instituições políticas. Já fenômenos como alta inadimplência dos brasileiros, crescente urbanização dos espaços e com isso aumento de diferenças sociais, sem esquecer o aumento da violência, tem concorrido para a manutenção do baixo padrão de cidadania e falta de confianças das relações interpessoais.

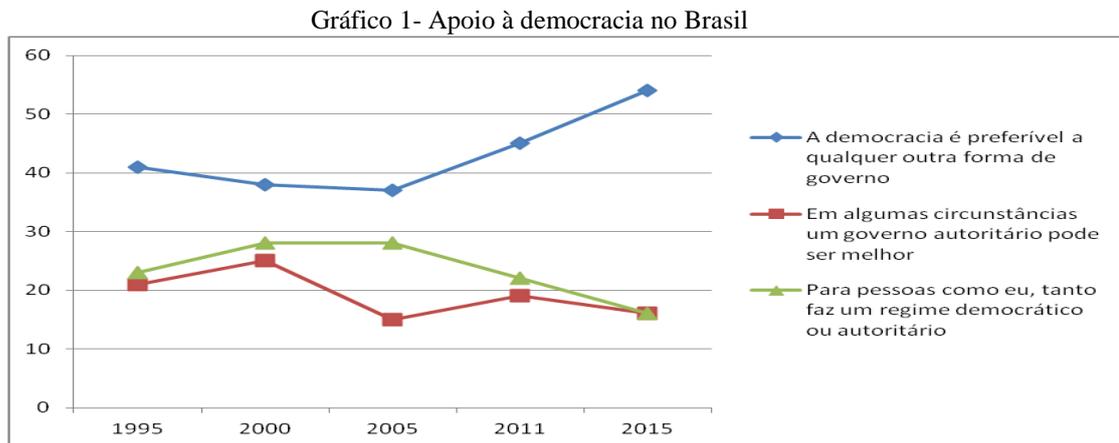
Então antes de se pensar a ampliação do estoque de capital social é necessária se pensar o contexto histórico da cidadania e da participação política na sociedade brasileira, que está marcada pelo patrimonialismo e o familismo, que são fatores relevantes a serem ponderados na análise da verticalidade da democracia brasileira.

O'donnell (2011) apresenta dados do latinobarometro acerca de uma pesquisa realizada em 2003 nos países da América Latina, a pergunta da entrevista era a seguinte: “Mais que partidos políticos e congresso o que nos falta é um líder político decidido que resolva problemas?” O Brasil apresentou o maior indicador de conformidade com essa pergunta, o que significou 58,1% dos entrevistados concordarem muito com a afirmativa, 24,5% concordarem e apenas 17,4% totalizaram os que discordam e discordam muito. Logo atrás do Brasil vem o Paraguai 44,2 % das pessoas que concordam muito, mesmo assim os números do Brasil são realmente elevados sendo mais que o dobro de alguns países latino americanos. A média para América Latina foi de 26,7 % no concorda muito, 48,2% que apenas concordam e 25.1 % que discordam e discordam muito.

Os dados apresentados por O'donnell (2011) indicam que o Brasil lidera o ranking dos países latinos à procura de um líder apto a resolver os problemas da nação. É muito sugestiva essa pesquisa na medida em que se pode avaliar esse resultado como identificador de um personalismo verticalizado, como solução política no lugar do consenso pluralista. A solução autoritária parece prevalecer ao menos nos números. “A ‘crise política’ (ou de ‘representação’) é mencionada com frequência no mundo, mas provavelmente em nenhum outro lugar mais que na América Latina” (O'DONNELL, 2011, p.186). Assim fica nítido uma crise de representação no contexto latino americano, em especial o Brasil.

Embora a confiança nas instituições públicas seja decadente no Brasil como apontou o Ibope, se pode perceber através do próximo gráfico (gráfico 1) que apresenta dados do latinobarômetro uma tendência de preferência da democracia como regime político. Entre 1995 e 2015 ocorreu um aumento que foi da casa de um pouco mais 40 % dos entrevistados

para o primeiro período, subindo gradualmente até 2015 com 54% dos entrevistados preferindo a democracia a qualquer outro tipo de governo. A preferência por governos autoritários em algumas circunstâncias teve oscilações nesse período e representou 16 % dos entrevistados em 2015. Se somarmos esse número com os 16% que não se importam como regime tem-se 32% que acumulam pensamento de autoritarismo e ambivalência.



Fonte: Latinobarômetro./Elaborado pelo autor (2017). Surveys de 1995, 2000, 2005, 2011 e 2015. O Gráfico mostra a direção das respostas em relação ao apoio à democracia, onde os dados da coluna expressam a porcentagem e, as linhas, a série temporal. Neste gráfico foram ignoradas duas possíveis respostas ao questionário “não sabe” e “não responderam” por não acarretarem maiores implicações à análise dos dados.

Também os níveis de associativismo tem se mostrado baixos, assim como a confiança interpessoal. No que diz respeito à cooperação e associativismo o Rio Grande do Sul apresenta os melhores dados do país, a agricultura gaúcha tem revelado arranjos produtivos baseado na cooperação. Mas a distribuição não é homogênea no interior do estado, existindo discrepância entre áreas que concentram muitas associações e cooperativas com relação às que possuem déficit nesse tipo de organização.

Um dos estudos acerca do capital social no Brasil e sua relação com democracia e políticas públicas foram realizados pelo cientista político Jawdah Abu-El-Haj no início dos anos 1990, e que concretizou a publicação do livro *A mobilização do capital social no Brasil: O caso da reforma sanitária do Ceará* em 1999. O autor estudou a reforma sanitária do Ceará no período dos dois mandatos do governador Tasso Jereissati entre 1987 e 1995 que rendeu o prêmio “Maurice Pate” da Unicef em 1993 ao governo cearense. O autor usa o conceito de capital social para balizar sua análise da reforma sanitária do Ceará tendo em vista a relação dos agentes políticos em uma nova forma de articulação entre Estado e sociedade na resolução dos problemas da saúde. Os principais agentes da reforma sanitária no Ceará no contexto do novo governo foram o movimento sanitário Cearense com predominância de visão de mundo

de esquerda e o centro industrial do Ceará (CIC), formado por lideranças de pensamento mais liberal.

Embora houvesse discrepâncias ideológicas entre os principais *agentes políticos* da reforma, ocorreu o nascimento de um consenso embasado na cooperação e na confiança, que permitiu a criação de capital social nessa esfera de ação. O coletivo predominou sobre as visões de mundo particulares.

Este consenso, no entanto, é inacabado. [...] Sem a modificação do processo administrativo e a rotina dos procedimentos intervencionistas cotidianos das instituições públicas, o capital social sofria desinvestimentos [...] qualquer retrocesso eleitoral dismantelaria anos de mobilização e de êxitos conquistados numa das mais ricas experiências de políticas públicas documentadas no Brasil.(ABU-EL-HAJ, 1999, p.193).

Nesse sentido a falta de institucionalização do novo processo administrativo dado às dificuldades de suplantar o velho modelo de clientelismo presente nas burocracias da saúde, torna o capital social um elemento instável e passível de esvaziamento, ou seja, um elemento conjuntural tal como o governo. Houve uma diferença de sincronia entre os novos agentes de mudança e o quadro administrativo, assim a durabilidade da política ficou em cheque. “O sucesso da mobilização do capital social e o elevado compromisso com a mudança social, demonstrado por ambos – sanitaristas e elite empresarial – não gerou transformações significativas na condução administrativa” (ABU-EL-HAJ, 1999, p.217).

Mas a experiência Cearense foi capaz de mostrar a força da sincrônica política para a execução de políticas públicas. O legado da análise de ABU-EL-HAJ (1999) é sem dúvida a reestruturação da relação entre instituições públicas e sociedade, fruto da mobilização de capital social e blocos de poder.

O foco da ciência política é de maneira específica a análise do “poder,” assim grande parte da obra se dedica a mobilização do poder para a implantação da agenda pública da reforma sanitária Cearense. É nesse contexto que o trabalho chama atenção para os grupos fechado de poder, que dado sua tradição e estrutura criam uma forma de capital social que remunera apenas seus membros, sendo deletéria para projetos que visam o coletivo. Assim a mobilização do capital social pode ser forte, mas desigual. O autor acaba tratando o capital social implicitamente como um recurso de poder, e nesse sentido o capital social acaba sendo tratado sem juízo de valor negativo ou positivo, mas como um recurso nascido da confiança e da cooperação com vistas ao poder. Assim se usado por classes desfavorecidas pode ser

agente de mudança ao passo que pode ser uma forma de manutenção de poderes patrimonialistas, quando mobilizado por atores agregados a velha máquina burocrática.

De modo geral se viu neste capítulo uma introdução da gênese do conceito de capital social através de seus principais teóricos (BOURDIEU, 1980, COLEMAN, 1990, FUKUYAMA, 1996,2000 e PUTNAM, 2006) com especial ênfase na obra de Fukuyama (2000) por considera-lo o autor que mais da conta da complexidade do conceito de capital social no contexto de mudanças sociais velozes do atual estágio da humanidade. Logo adiante se realizou um apanhado geral da relação do capital social com a democracia, junto a esse tópico fez-se uma pequena introdução sobre alguns trabalhos de corte culturalista sobre a democracia brasileira. Essa parte sobre a cultura política brasileira foi considerada de suma importância em razão de a presente dissertação trabalhar com um tema de mudança institucional; que foi a criação dos Coredes e o funcionamento de um Corede específico: O Corede Centro Sul. Essa mudança institucional da criação dos Coredes legou um novo tipo de participação territorial através da criação de novas instituições e efetivação de novas formas de engajamento político, diante de tal fato uma sintética leitura da cultura política brasileira sob o viés, culturalista se mostrou coerente e necessária.

Os próximos tópicos deste capítulo tratam do conceito de desenvolvimento com especial ênfase nas abordagens de Amartya Sen (2000) do desenvolvimento para além de recursos econômicos e do desenvolvimento rural. O conceito de desenvolvimento é vasto e pode suscitar uma ampla discussão, mas nesse tópico se preferiu resumir o conceito e dar atenção a literatura que forneceu subsídios para o estabelecimento de grande parte dos indicadores que caracterizaram o desenvolvimento neste trabalho.

2.2 O DEBATE EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO: UMA ÊNFASE NO CAPITAL SOCIAL

Embora o processo de mudança social sempre estivesse presente nos mais diferentes tipos de civilização, é só a partir da teoria darwiniana (na segunda metade do sec. XIX) que o termo desenvolvimento passa a ter uma concepção parecida com evolução, pois se está falando de uma constante seleção das espécies rumo ao aperfeiçoamento, uma linearidade voltada para o futuro. Analogamente, desenvolvimento passa a significar crescimento econômico, aperfeiçoamento de novas técnicas e evolução constante para o domínio do espaço no mundo social.

A narrativa do desenvolvimento enquanto crescimento econômico vai encontrar seu ápice no mundo pós-segunda guerra, onde dois modelos de economia se digladiam em uma

luta velada, onde cada qual tenta promover seu modelo de progresso onde o fator econômico é o elemento chave. A chegada do homem a lua com os norte-americanos e a catástrofe do mar de Aral na União Soviética são dois típicos exemplos da “guerra” mais desenvolvimentista da história: A guerra fria. Deste modo, bem estar social, preocupações ambientais e direitos políticos não pertencem diretamente ao modelo de desenvolvimento ditado pela guerra fria, isto em ambos os lados do muro. Evolução era sinônimo de domínio da natureza e concentração de riquezas. Nesse sentido, é o mundo da chaminé da indústria que vai ditar o que é o desenvolvimento; isto é nada mais do que crescimento econômico.

Mas as mudanças econômicas e de costumes das últimas duas décadas do século XX vão ser essenciais para o debate do modelo de desenvolvimento a ser sustentado no início do novo século. O paradigma ambiental é um desses fatores que acontece tanto no campo das ideias científicas como costumes sociais, a saúde do planeta e da humanidade é colocada em cheque tanto por projetos públicos quanto privados. Também a ideia de qualidade de vida entra em cena de maneira forte, primeiro no mundo acadêmico e depois na formação das prioridades das agendas governamentais. Desse modo o indicador PIB vai perdendo gradativamente seu monopólio de indicador exclusivo do desenvolvimento.

Não são apenas os indicadores de desenvolvimento que mudam ao longo do século XX e XXI, mas também a concepção dos vetores do desenvolvimento, os elementos estritamente econômicos ou materiais (principalmente exógenos) acabam por compartilhar seu lugar com os vetores endógenos ligados à sociabilidade. A bibliografia especializada no papel dos fatores endógenos (PUTNAM, 2006) (BAQUERO, 2008) destaca que o capital social entendido como os elementos de confiança, cooperação, participação e solidariedade são importantes para decidir o caminho do desenvolvimento pelo qual trilham as sociedades. Também Sen (2000) considera que os elementos endógenos são importantes para o desenvolvimento, pois é a partir do indivíduo que o processo de desenvolvimento alcança seu fim máximo, a liberdade.

A avaliação do estoque de capital social frente à perspectiva do desenvolvimento enquanto qualidade de vida, educação e renda é realizada por Santos (2013) através de uma análise de indicadores quantitativos do estoque de capital social e do Idese nos Coredes Vale do Rio dos Sinos, Nordeste e região Sul (envolvendo os Coredes Sul e Campanha). O autor chega à conclusão que:

Quando particularizamos a análise, vemos que no caso do Corede Vale do Rio dos Sinos os municípios da região com maior dotação de ICS (Índice de Capital social) correspondem exatamente àqueles que também possuem os maiores Ideses, ao passo

que aquelas cidades que possuíam ICS mais baixos também ficaram com Ideses menores. No Corede nordeste aplicando-se o mesmo procedimento chegamos às mesmas conclusões, os três primeiros municípios com ICS alto têm igualmente, em média escores melhores de Ideses. Já os três últimos colocados no ICS têm baixos indicadores de Idese. (SANTOS, 2013, p.132)

As conclusões de Santos (2013) sobre o Idese e sua relação com o estoque de capital social é um exemplo típico de trabalho que segue a tradição de Putnam (1996) acerca dos fatores endógenos que são decisivos para o desenvolvimento. A relação entre capital social e desenvolvimento é típica em vários estudos regionais, nesse sentido a presente dissertação segue essa tradição de avaliar o desenvolvimento a partir de elementos da sociabilidade.

Os próximos tópicos (finais) deste capítulo sintetizam a ideia de desenvolvimento frente à necessidade e perspectiva epistemológica da presente dissertação. Assim, a literatura sobre o desenvolvimento tem por objetivo lastrear teoricamente a perspectiva do desenvolvimento trabalhada nos indicadores e na parte analítica dessa dissertação.

2.2.1 Do subdesenvolvimento ao Em desenvolvimento

Na década 1990, com a maioria dos governos autoritários sendo substituídos por governos democráticos, constitucionais, e o processo de industrialização passando por novas fases com o objetivo de agregação de tecnologia e globalização econômica, se acabou por redimensionar o debate sobre o desenvolvimento nos chamados países subdesenvolvidos.

O processo de mudança econômica e social nos países subdesenvolvidos, principalmente da América Latina e Ásia, foi denominado de “desenvolvimentismo”, em suma uma tarefa para gerar crescimento econômico e consumo interno, basicamente. Esse processo foi iniciado no começo do século XX com as bandeiras protecionistas embasadas em um nacionalismo de Estado. Indústria nacional era a palavra de ordem, mas a partir do final da Segunda Guerra Mundial esse processo de mudança social e desencadeamento das forças produtivas vão estar mais aberto ao mercado global e o capital estrangeiro. Dentro desse contexto ocorre que a maior parte da população dos países subdesenvolvidos vai deixar o campo para viver nas cidades, se tornando mão de obra em setores industriais, obras e serviços. É esse o momento mais intenso da revolução industrial dos países de terceiro mundo, a maioria desses países não tinha passado por momento semelhante de mudança social e de costumes, principalmente de tão intenso crescimento econômico, em tão curto espaço de tempo. As cidades desses países começam a se abarrotar de retirantes do campo.

Mas o simples processo de crescimento econômico que a maioria desses países de terceiro mundo estava passando parecia não revelar uma melhoria no padrão de vida da população em geral. A desigualdade na distribuição de renda e acesso a serviços básicos essenciais como saúde, saneamento e educação entre outros fatores que contribuem para qualidade de vida das pessoas, acabava revelando o quanto o crescimento econômico era incapaz de abranger todas as camadas da sociedade. Como destacou um dos teóricos do desenvolvimentismo dependente associado, acerca do processo de crescimento econômico no capitalismo: “Toda economia capitalista e não só a periférica cresce contraditoriamente, criando problemas sociais, políticos e econômicos” (CARDOSO, 1975, p.29).

A concepção do desenvolvimento apenas como crescimento econômico vai cada vez mais perdendo forças na medida em que o próprio paradigma científico de desenvolvimento vai se moldando a realidade global de novos indicadores capazes de auferir o desenvolvimento. O marco fundamental dessa mudança de paradigma científico do desenvolvimento vai ocorrer em 1990 com a publicação do primeiro relatório de desenvolvimento humano pela ONU. O relatório vai avaliar principalmente as oportunidades de viver uma vida melhor. Para Veiga (2005) a mudança fundamental na concepção do termo desenvolvimento vai acontecer a partir das conferências “proferidas entre 1996 e 1997 pelo indiano Amartya Sen, como membro da presidência do Banco Mundial. Em 1998, ele recebeu o Prêmio Nobel de Economia” (VEIGA, 2005, p.33). Essa nova concepção de desenvolvimento acaba se tornando bem importante na última década dos anos 1990 e início do XXI.

A abordagem de Amartya Sen (2000) e do Banco Mundial vai mudar drasticamente a concepção de desenvolvimento e lançar novos indicadores capazes de avaliar os países que outrora eram denominados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos, e que agora são tratados por países em desenvolvimento. As novas concepções de desenvolvimento para além do desenvolvimento econômico vão mudar a aplicação do conceito no mundo inteiro, mas principalmente para os países de terceiro mundo.

Os trabalhos do Banco Mundial e do programa das Nações Unidas pra o desenvolvimento (PNUD), bem como inovadoras publicações no campo acadêmico, sem esquecer-se de governos preocupados com melhorias sociais, acabaram pautando o debate do desenvolvimento para além da esfera econômica, nos países de revolução industrial tardia.

A obra *Desenvolvimento como Liberdade* publicada em 2000 no Brasil do Nobel de economia Amartya Sen representa a fundamentação teórica que muda fundamentalmente o conceito de desenvolvimento. Para Sen (2000) não há desenvolvimento com a persistência de

problemas como, distribuição de renda desigual, falta de acesso a programas de saúde e educação básicos e até mesmo a falta de liberdade política e outras liberdades formais. Para o Nobel indiano a única maneira de se melhorar esse quadro é tornar a liberdade individual um compromisso social, parte da agenda pública. Para Sen (2000), a liberdade é um caminho de mão dupla para o desenvolvimento, sendo um meio e o fim do processo de desenvolvimento.

A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com a melhoria das instituições públicas ao redor do mundo através do compartilhamento de valores burocráticos globais e o próprio aumento da qualidade democrática nos países de primeiro mundo, e o aumento do número de democracias nos países denominados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos, contribuíram para a expansão da esfera pública rumo a setores antes desintegrados do Estado e/ou apenas cooptados por ele. Isso gerou um empoderamento de setores da sociedade que historicamente sempre estavam à margem do processo político e econômico¹⁰. Junto a esse contexto histórico pode-se acrescentar a queda do muro de Berlin, o fim da URSS e o meio ambiente como novo elemento importante da agenda de discussões públicas. Então gradativamente através de um processo não só econômico como também político, um grande número de países vai gradativamente deixando de ser terceiro mundo, ou subdesenvolvidos para tornarem-se países em desenvolvimento, e a emergência de um novo conceito de desenvolvimento não mais dominado apenas pelo PIB.

2.2.2 O desenvolvimento de capacidades: O desafio do desenvolvimento

Como ponderou David Landes (1998), em *A Riqueza e a Pobreza das Nações*: “Se aprendemos alguma coisa através da história do desenvolvimento econômico, é que a cultura é a principal geradora de suas diferenças” (p.584).

Se Landes (1998) está correto, o processo de desenvolvimento econômico está ligado indubitavelmente à cultura e às instituições. Deste modo, elementos não econômicos como costumes democráticos, igualdade de gênero, justiça e liberdade social podem ser os fatores decisivos para o desenvolvimento econômico. Ou seja, a cultura importa, e importa muito.

Sen (2000) encara o desenvolvimento para além da esfera econômica sem desconsiderar a importância e relevância do papel dessa esfera para sua concepção de desenvolvimento. Ao autor deixa claro que o fim e os meios do desenvolvimento estão para

¹⁰ Exemplos dessa política no contexto brasileiro podem ser os seguintes A constituição de 1988 e com ela a criação do SUS, a aposentadoria rural e por idade, e no final dos anos 1990 a criação do programa bolsa escola e do Pronaf na gestão FHC.

além da esfera econômica, pois a cultura e os costumes são uma variável relevante para o desenvolvimento:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.28-29)

A liberdade é o caminho e o fim do desenvolvimento. Nesse sentido, a liberdade política e a democracia são instrumentos de liberdade capazes de gerar capacitações. Quanto mais estável uma democracia, menos chances de cooptação política e corrupção. Na medida em que a cooptação através de pressões de grupos de poder ou abuso econômico, através de compras de votos e acontecimentos do gênero ocorre, menos a democracia vai ter um papel instrumental de liberdade e promotora de capacitações. “Assim como é importante salientar a necessidade da democracia, também é crucial salvaguardar as condições e circunstâncias que garantem a amplitude e o alcance do processo democrático” (SEN, 2000, p. 186).

Impossível imaginar um processo capaz de gerar desenvolvimento sem o bom funcionamento de instituições democráticas, e a presença de uma cultura política horizontal, marcada pela cidadania. Isto é, cultura política é uma variável.

Como já foi dito, crescimento dos indicadores econômicos não revelam, a totalidade do processo de desenvolvimento, mas apenas uma parcela importante do processo. Os fatores econômicos tem o papel de contribuir para o processo de desenvolvimento, mas não é seu fim.

Lopes e Theisohn (2006) trazem quarenta e oito casos nacionais e oito casos regionais de políticas públicas realizadas com o intuito de promover o desenvolvimento de capacitações, em países de desenvolvimento tardio. Esses estudos de caso mostram o quanto existem elementos não econômicos capazes de contribuir para o crescimento econômico, pois na medida em que se criam capacitações não só o desenvolvimento enquanto “liberdade”, mas as esferas econômicas também são afetadas. “O desenvolvimento de capacidades é a habilidade das pessoas, das instituições e das sociedades para desempenhar funções, resolver problemas e estabelecer e alcançar objetivos.” (LOPES; THEISOHN, 2006, p.1). Deste modo, as capacitações não são desenvolvidas exclusivamente em âmbito individual, mas também das instituições e da sociedade. Esse enfoque revela que mais que uma mudança de costumes

individuais, o desenvolvimento de capacitações pode ser uma mudança nas instituições, nas regras do jogo.

O debate em torno do conceito de desenvolvimento é tão amplo e rico que têm municiado amplos debates e numerosas publicações no campo acadêmico e das políticas públicas, isso faz com que o conceito carregue uma pluralidade de concepções, que não tem espaço para serem trabalhadas em sua maioria na presente dissertação de mestrado.

Em suma, a título de síntese se pode entender o desenvolvimento a partir da proposição de Veiga (2005): O autor analisa exaustivamente várias teorias do desenvolvimento e chega à conclusão de que independente de qualquer contexto os aspectos qualitativos são os indicadores por excelência do desenvolvimento em detrimento dos quantitativos. No que diz respeito à realidade global para o desenvolvimento, Veiga (2005) atenta para o crescimento indefinido dos fatores materiais tendo em vista a finitude do planeta. Também aspectos como desigualdades sociais e ondas de desemprego no mundo inteiro são pontos relevantes para se pensar os rumos do desenvolvimento, no século XXI. O capital social é nesse contexto mais que um dos vetores do desenvolvimento, mas também um diferenciador por ser um recurso da estrutura social e não econômica.

2.2.3 Desenvolvimento rural e capital social

Conforme se verá no próximo capítulo, o território estudado pela presente pesquisa é essencialmente rural em sua matriz econômica e social, pequenas cidades ligadas a zonas rurais, e uma economia atrelada diretamente ao mundo rural; desse modo tanto as indústrias quanto os comércios e setores de serviços do território estão amarrados à matriz econômica agrícola.

O mundo rural brasileiro está passando por várias modificações desde os últimos cinquenta anos. O processo de crescimento e globalização da economia acabou mudando o perfil demográfico do país que passou de rural para urbano a partir dos últimos anos da década de 1960. Agregação de tecnologia e aumento de produtividade passam a pautar a agenda das grandes propriedades rurais em um primeiro momento histórico. Em um segundo momento no início da década de 1990, quem começa a se beneficiar com a tecnologia e aumento da produtividade são as pequenas propriedades rurais, agora denominadas de agricultura familiar. Assim, o processo desenvolvimentista pelo qual passou a sociedade brasileira afetou diretamente o campo brasileiro, e os resultados podem ser vistos até hoje com o aumento da importância da agricultura patronal e familiar na economia nacional.

Levando em consideração as mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira, com ênfase no mundo rural, pode se chegar à conclusão que o campo brasileiro não é um espaço homogêneo, e apresenta discrepâncias enormes em termos de produção, economia, clima, instituições e cultura que são típicas de cada região.

Os estudos sobre desenvolvimento rural que tem como premissa básica a análise territorial levam em conta a presença e as condições das instituições e organizações presentes nos territórios como elementos capazes de influenciar no processo desenvolvimento. Como destaca Abramovay (2006) acerca do o desenvolvimento rural: “Los territorios no se definen por límites físicos, sino por la manera cómo se produce, em su interior, la interacción social.”¹¹(p.52). Essa interação social que acontece no interior dos territórios ocorre em grande parte através das instituições e das organizações da sociedade, e são elas que caracterizam e até delimitam os territórios. Embora a avaliação dessas interações sejam mais difícil de medir comparando a fatores mais mensuráveis como renda, por exemplo, o levantamento e análise das interações sociais são de grande contribuição para a análise do desenvolvimento rural:

La pobreza rural, por ejemplo, no puede ya ser interpretada como simple expresión de insuficiencia em la renta agropecuária, sino como un fenómeno multimesional.”[...] El abordaje territorial exige además, el análisis de las instituciones alrededor de las cuales se organiza la interacción social localizada. (ABRAMOVAY, 2006,p.52)¹²

Conforme observado na citação acima, não se podem enxergar as carências do rural apenas no âmbito econômico, mas a partir de uma visão multidimensional, que privilegia principalmente o campo da interação social, e esse tipo de interação é mais difícil de ser mensurada quantitativamente.

Também Maia; Filippi; Riedl (2013) salientam que: “Um ‘território dado’, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários territórios construídos”. (p.21-22). Assim as divisões políticas administrativas dos Coredes dentro desse contexto de divisão política dos territórios não revela a totalidade do território, que é uma construção anterior à divisão administrativa, são importantes. Essa concepção facilita a análise das discrepâncias existentes no interior dos territórios e o tratamento dos casos por suas especificidades e não apenas por um corte político geográfico. Cada local que compõe um território tem uma

¹¹ “Os territórios não são definidos por fronteiras físicas, mas pela maneira como ele é produzido, em seu interior, a interação social” (Tradução Nossa)

¹² “A Pobreza rural, por exemplo, já não pode ser interpretada como uma expressão simples da renda agrícola fraca, mas como um fenômeno multidimensional. [...] A abordagem territorial também requer a análise de instituições em torno do qual organiza a interação social localizada.” (Tradução Nossa).

história singular. Como se verá na parte analítica dessa dissertação o território Corede Centro Sul não é homogêneo existindo diferenças marcantes quanto a economia e principalmente sociedade, nos municípios do Corede.

As concepções de desenvolvimento rural foram muito influenciadas pelas compreensões do fenômeno desenvolvimento não mais embasadas no paradigma modernizador e do crescimento econômico, mas sim pelo novo tipo de desenvolvimento baseado no desenvolvimento de capacitações e liberdade. Mais do que isso, autores como Van Der Ploeg (2008) encaram o processo de desenvolvimento como uma luta contra os monopólios dos mercados e uma recampezinação onde o desenvolvimento rural necessita cada vez menos de insumos exteriores do estabelecimento rural.

A literatura sobre o desenvolvimento rural enfatiza: “Que o rural não é mais monopólio dos agricultores; diferentes formas de cooperação e de contradições emergem entre os atores não agrícolas nas novas arenas de atividades e oportunidades nos territórios rurais.” (KAGEYAMA, 2008, p.59). Nesse sentido, o desenvolvimento rural vai para além dos tradicionais elementos agrários presentes no campo e para além do produtor rural. Deste modo, a complexidade do espaço rural envolve todos os atores territoriais, que não produzam necessariamente na agropecuária.

Tanto os atores rurais e não rurais presentes nos territórios acabam compartilhando das instituições e das organizações presentes no território. Sobre essa interação Van Der Ploeg (2008) vai enfatizar o papel do capital social não apenas como agente de desenvolvimento, mas como contribuidor direto na qualidade de vida presente na agricultura multifuncional: “Uma maior quantidade e qualidade de serviços será correspondente a um maior capital social, assim contribuindo direta e indiretamente para a qualidade de vida.” (VAN DER PLOEG, 2008, p.186).

A relação positiva entre estoques de capital social e desenvolvimento rural é entendida por pelo autor como uma espécie de chave territorial do desenvolvimento, os elementos necessários para promoção do que o autor considera desenvolvimento estão em grande parte associados aos fatores endógenos do território.

O conceito de desenvolvimento rural embora muito mais amplo que o conceito de desenvolvimento agrícola, não está separado deste. A produção agrícola ainda é o ponto crucial dos territórios rurais. No caso de estudo do Corede Centro Sul se dará atenção especial às características da produção agrícola e dos complexos agroindustriais do território, e sua relação com o conceito de capital social, para tal se aplicou pesquisa qualitativa em cooperativas agropecuárias, como se verá no quarto capítulo. Mas a concepção de rural para

além do universo agrícola cabe na análise do Corede Centro Sul, por este ser um território que também contém características rurais não necessariamente e diretamente agrícolas.

Em suma, esta última parte do presente capítulo sintetizou o conceito de desenvolvimento, com especial ênfase nas abordagens do termo utilizadas na dissertação. O próximo capítulo, de certa maneira acaba por completar o presente tópico, pois nele estão apresentados os principais indicadores que podem caracterizar de maneira básica o processo de desenvolvimento da região em estudo.

3 COREDE CENTRO SUL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Elencar dados para caracterizar os elementos socioeconômicos de um território é um trabalho um tanto arbitrário, pois se acaba elegendo alguns indicadores em detrimento de outros, por conseguinte o trabalho de caracterização é uma espécie de retrato que privilegia alguns detalhes e suprime outros, dependendo do ângulo dimensionado. Este capítulo começa apresentando uma visão geral do Corede Centro Sul no contexto da economia gaúcha. Em um segundo momento, se analisa de maneira comparativa os municípios do Corede em seus aspectos demográficos, econômicos e sociais básicos. Em uma parte final, privilegia-se um olhar sobre os aspectos produtivos com especial ênfase na agricultura do Corede Centro Sul.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O COREDE CENTRO SUL NO CONTEXTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Os 28 Coredes do estado estão divididos em 9 regiões funcionais de planejamento (RF) o que acaba compreendendo todo o espaço territorial do Rio Grande do Sul. As regiões funcionais são um tipo de divisão política e administrativa macrorregional onde se alocam os Coredes, a função das RF é tornar mais harmônico e conciso as políticas de desenvolvimento dos Coredes gaúchos. O Corede Centro Sul está localizado na região funcional de planejamento 1 (RFP 1), junto à outros quatro Coredes: Metropolitano, Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí e Paranhana - Encosta da Serra.

O Corede Centro Sul ocupa mais da metade de todo o território da região funcional de planejamento da qual está inserido, são 10.380 km² de um total de 19.161 km² possuindo a menor densidade demográfica entre os 5 Coredes que compõe a região. A proximidade da região metropolitana de Porto Alegre e do porto de Rio Grande, aliada a grande extensão de terra e a presença de agroindústrias torna o Corede Centro Sul um território estratégico para o abastecimento alimentício da região metropolitana e para exportação de alimentos, principalmente o arroz.

Mas a importância em termos econômicos do Corede Centro Sul frente aos outros 4 Coredes da RFP 1 é pequena, sendo que de um PIB de mais de 145.765 bilhões do RFP 1, o Centro Sul foi responsável por apenas 5.003 bilhões desse total no ano de 2013. Para esse mesmo período o Corede Metropolitano Delta do Jacuí foi responsável por 90.177 bilhões do total de 145.765 bilhões, ao todo essa região funcional representou em 2013 mais de 45 % do PIB total do estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a maior parte da riqueza do estado fica concentrada na região metropolitana do estado.

Dos mais de 120 bilhões de reais do valor acrescentado bruto (VAB) da RFP 1, pouco menos de 2 bilhões é proveniente da agropecuária sendo que o montante restante de mais de 118 bilhões é proveniente da indústria e setor de serviços. Já da VAB total do Corede Centro Sul que é de 4.585 bilhões, a fatia do setor agropecuário é responsável por mais de 901 milhões, a indústria por 969 milhões e o setor de serviços por 2.716 bilhões (FEE, 2016). Percebe-se então que o papel da agropecuária é bem importante para a economia do Corede Centro Sul, representando uma fatia significativa da VAB total se comparado a RFP 1.

O setor de indústria e prestação de serviços está intimamente ligado ao papel da agropecuária no Rio Grande do Sul e de maneira especial no Corede Centro Sul que tem uma participação direta considerável do setor agropecuário em sua economia.

Apenas 10 % do total do VAB no estado do Rio Grande do Sul são provenientes da agropecuária, ficando com a indústria e setor de serviços mais de 75% do total (para o ano de 2013). Embora a agropecuária responda com uma fatia bem pequena da VAB total, é comum se ouvir em vários setores da sociedade, que; “se o campo vai bem a economia do RS também vai bem.” Longe de ser um discurso político ou do senso comum, essa frase tem completa conexão com a realidade (FEE, 2016).

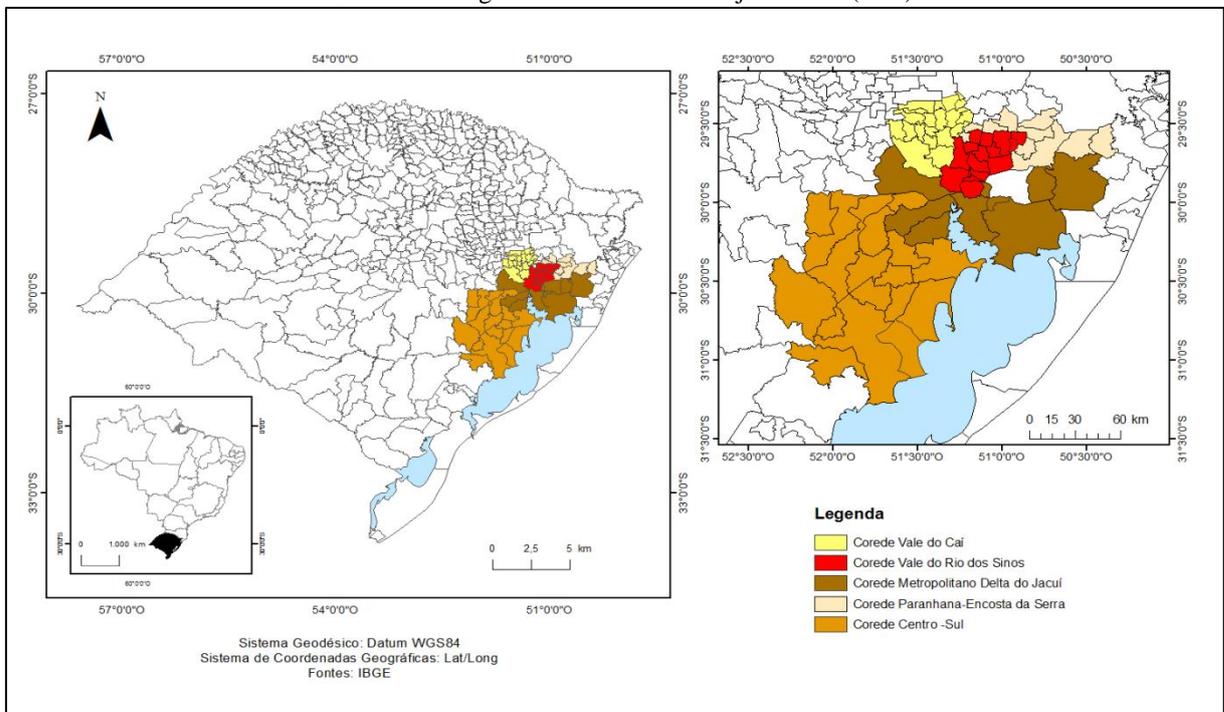
O estado do Rio Grande do Sul teve um decréscimo de 3,4 % do PIB na relação 2015/2014, esse decréscimo do PIB gaúcho só não foi pior devido ao crescimento da agricultura em mais 11% nesse período, sendo que indústria e impostos caíram 11,1 % e 8 % respectivamente.

A agropecuária está ligada a um complexo sistema de cadeia agroindustrial, onde a demanda da agricultura por serviços, insumos e máquinas faz com que a economia do campo afete diretamente espaços não rurais. O caso do RS é um exemplo típico dessa cadeia agroindustrial; a evolução da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas cresceu 178,9 % ao longo do período de 2002 a 2014, sendo que todo o conjunto de indústrias cresceu 107,8 % no mesmo período, no estado. A indústria de alimentos é outro setor intimamente ligado à agropecuária e que responde a 17,7 % da indústria de transformação no RS e emprega mais de 125 mil pessoas, sendo o quarto ramo de indústria que mais emprega no estado. Desse modo se a agricultura vai mal a indústria e os setores de serviços também sofrem negativamente. Um exemplo disso pode ser tomado a partir da baixa produção de grãos no estado na safra 2004/2005 em virtude de eventos climáticos que promoveram quebras na safra, o PIB do estado sofre um decréscimo de 2,8% nesse período. Indiretamente a produção agropecuária influencia quase todos os setores da economia gaúcha, o estado está amarrado ao campo indubitavelmente. O crescimento do PIB agropecuário 2015/2014 é resultado do aumento da

produtividade das lavouras gaúchas, e o decréscimo do PIB gaúcho para o mesmo período só não chegou a números mais elevados devido a esse aumento da produtividade agropecuária. (FEE, 2015).

A concentração populacional no RFP 1 é considerável, 41 % da população do estado se concentram nessa macrorregião, mas conforme se pode ver no próximo mapa (figura 2) o Corede Centro Sul ocupa mais da metade do território da região funcional ao passo que apresenta a menor densidade demográfica dos Coredes que compõe a macrorregião, com 24.8 habitantes por km² sendo que os outros Coredes da região funcional vão de uma densidade demográfica de 93 à 943 habitantes por km², já o estado possui uma densidade demográfica de 38.1 habitantes por km².

FIGURA 2 - Região Funcional de Planejamento 1 (RF1)



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor (2017).

Uma análise da dinâmica econômica e social do Rio Grande do Sul entre os anos 2000 e 2010 foi realizada por Filippi (2014). O estudo ressalta as melhorias em termos de indicadores sociais que o RS como um todo sofre a partir dos anos 2000 em função das políticas públicas que foram implantadas nesse período. Também é destaque o bom indicador de IDH dos municípios do eixo Porto Alegre – Serra, como Carlos Barbosa e Garibaldi, que fulgurando entre os melhores do Brasil.

Também o estudo de Filippi (2014) mostra que o Rio Grande do Sul não é um estado com problemas insolúveis, como é apresentado em algumas análises, apenas o crescimento de

outras unidades da federação é maior, rebaixando o papel do estado no contexto nacional. O grande problema do estado é apresentado em relação à dívida pública, que se tornou quase que um problema grave, como também o alto grau de dependência do estado com relação ao agronegócio, fazendo do PIB do estado dependente dos fatores climáticos que impactam diretamente a agricultura. Segundo dados do IBGE presentes no estudo, em 2006 o setor agropecuário do estado cresceu mais de 50 %.

De maneira conclusiva o autor observa o peso do agronegócio na economia gaúcha em comparação com setores mais estratégicos, e a dependência desse setor com relação ao clima. Também são feitas ponderações sobre a concentração de renda nos municípios com mais de cem mil habitantes. A concentração do PIB na região Porto Alegre/Serra, bem como as contradições da aglomeração urbana geradora de renda, mas também de desigualdades são o problema de análise do autor:

Necessária e inadiável discussão sobre políticas de interiorização do desenvolvimento, pois a RMPA concentra não apenas população e principais municípios, mas, também, a criação de riquezas e geração de postos de trabalho e o seu contrário: pobreza e aglomerações subnormais. (FILIPPI, 2014, p.97)

Mas o ponto de análise que contribui para a caracterização do Corede Centro Sul realizado pelo estudo de Filippi (2014), além das ponderações da importância da agricultura para a economia do estado, são as ponderações feitas sobre a carência de infraestrutura presente no interior do estado. “Combate aos gargalos de infraestrutura. Rodovias, aeroportos e portos/hidroviárias devem receber atenção especial e mais verbas. Atividades de construção civil: criação de empregos e rápida reversão de expectativas” (FILIPPI, 2014, p.97).

O Corede Centro Sul é um exemplo de região gargalo em infraestrutura, carecendo de investimentos nas rodovias, e no setor de geração de energia. O Corede Centro Sul é uma região importante na produção e industrialização de arroz e fumo como também no setor de celulose e derivados de madeira (o que exige boas vias, para o transporte de carga pesada). Além da falta de manutenção das estradas existe uma carência no aproveitamento das águas dos municípios que compõe a chamada Costa Doce, como também o déficit em acessos asfaltados em vários municípios do Corede.

A economia da região carbonífera do Corede com ênfase principalmente no município de Arroio dos Ratos apresenta características importantes de uma riqueza que teve seu auge no século XIX, mas que hoje representa decadência e um gargalo em infraestrutura. Em 1885 a família real visitou uma mina de exploração de carvão no município de Arroio dos Ratos, e

então princesa regente inaugura um poço de exploração de carvão; o “Poço Isabel.” A principal ênfase na visita da família real á região gaúcha era incentivar a produção de carvão em território nacional, pois grande parte do carvão utilizado no país vinha da Inglaterra.

De maneira conclusiva a economia do Corede Centro Sul é um esboço da importância do setor agropecuário na economia gaúcha. O peso das exportações de fumo para à balança comercial gaúcha acabam exemplificando o quanto pesa o complexo agroindustrial do tabaco tanto para o ICMS do fumo em natura para os municípios do Corede Centro Sul, sendo que cerca de 9,7 % do total do valor das exportações gaúchas são devido ao setor do fumo.

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Localizado na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, o Corede Centro Sul é entre os 28 coredes o que menor Idese (índice de desenvolvimento socioeconômico) obteve na publicação da FEE divulgada em 2014 referentes aos dados de 2012. Já na publicação de 2016 os dados da FEE apontam que para o ano de 2013 o Corede Centro Sul melhorou sua posição ficando em vigésimo sétimo lugar, assim se colocando apenas na frente do Corede Sul que teve o pior índice nesta última divulgação do indicador. O Idese, uma forma de avaliar o desenvolvimento para além dos insumos puramente econômicos acaba demonstrando o péssimo desempenho do Corede Centro Sul, que foi o menor do Estado para o ano de 2012 com um índice de 0.674, que significou uma média menor do que a geral do estado do RS, que foi de 0.744. Esse índice de 0.674 obtido pelo Centro Sul coloca o território muito distante de Coredes como Serra que alcançou um índice de 0.812. O Idese é composto por 12 indicadores, dividido em três blocos: Educação, Renda e Saúde. Quanto mais próximo de um (1) melhor o desempenho. (FEE, 2017)

O Corede Centro Sul é composto pelos municípios de Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

A população total do Corede Centro Sul é de 264.091 habitantes (2014) espalhados em uma área de 10.380,3 km² correspondendo a uma densidade demográfica de 24,8 hab/km²(2013).

O Censo Demográfico de 2010 está sintetizado na próxima tabela, (tabela1) e mostra que o município de Arambaré possui a menor população do Corede e mesmo assim tem uma elevada taxa de urbanização, uma característica singular dentre os municípios do Corede que

possuem pequena população. Outra característica importante é Chувиска que possui apenas 273 moradores na zona urbana e 4671 no campo, segundo o Censo de 2010.

TABELA 1 – População nos municípios do Corede Centro Sul em 2010

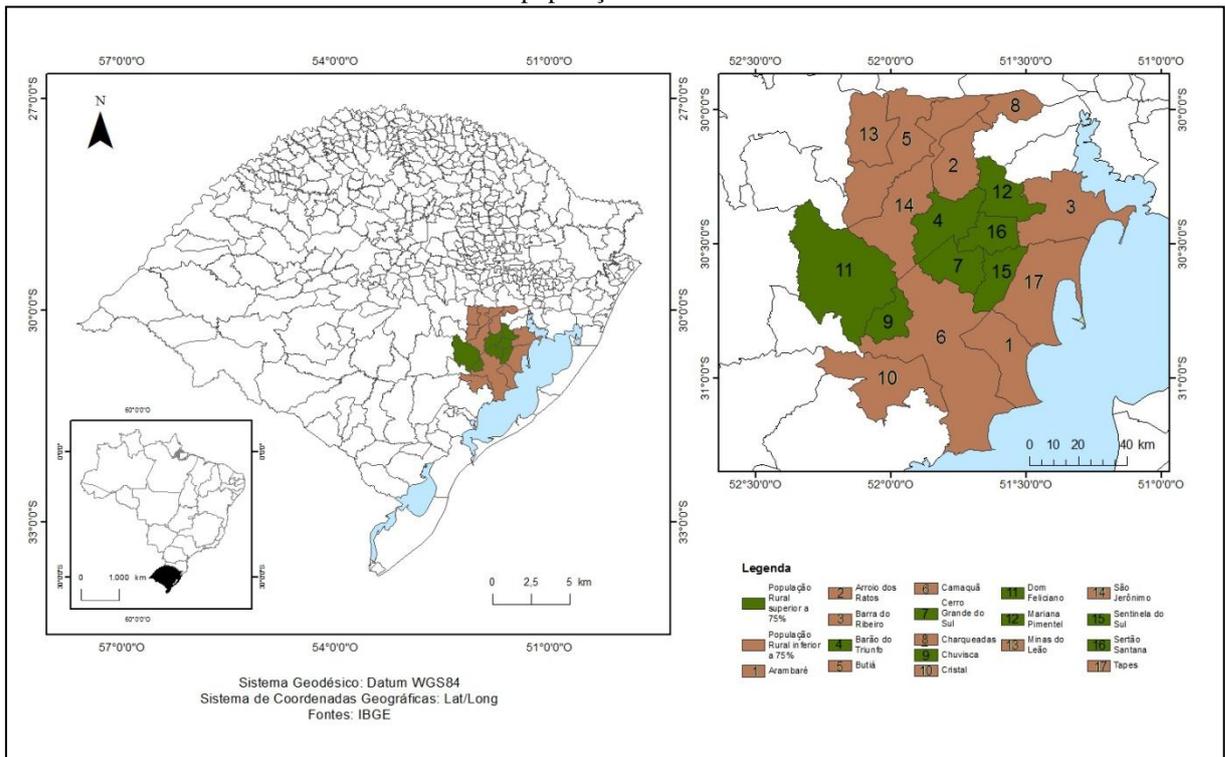
População	Urbana	Percent.(%)	Rural	Percent.(%)	Total
Arambaré	2913	78,9	780	21,1	3693
Arroio dos Ratos	12956	95,2	650	4,8	13606
Barão do Triunfo	697	9,9	6321	9,1	7018
Barra do Ribeiro	9291	73,9	3281	26,1	12572
Butiá	19330	94,7	1076	5,3	20406
Camaquã	49356	78,6	13408	21,4	62764
Cerro Grande do Sul	2484	24,2	7784	75,8	10268
Charqueadas	34490	97,7	830	2,3	35320
Chувиска	273	5,5	4671	94,5	4944
Cristal	4077	56	3203	44	7280
Dom Feliciano	3334	23,2	11046	76,8	14380
Mariana Pimentel	638	16,9	3130	83,1	3768
Minas do Leão	7340	96,2	291	3,8	7631
São Jerônimo	17055	77	5079	23	22134
Sentinela do Sul	1282	24,7	3916	75,3	5198
Sertão Santana	1278	21,8	4572	78,2	5850
Tapes	14478	87	2151	13	16629

Fonte: FEE. Elaborado pelo autor.

Uma dimensão espacial da divisão da população entre rural e urbana fica nítida através da visualização do próximo mapa (figura 3). Pode-se perceber que os municípios coloridos de verde tem população mais predominante no rural, ou seja, população rural superior a 75 % do total de habitantes, ao passo que os municípios do mapa coloridos de marrom têm população predominante no meio urbano, ou seja, menos de 75% da população vivem no campo. Importante ressaltar que a maioria dos municípios com predominância de população rural teve sua emancipação política apenas no começo dos anos 1990.

Mesmo nos municípios onde não há predominância da população rural sobre a urbana, a agricultura também é fator chave para a economia, como por exemplo, para o município de Camaquã o maior e mais populoso município do Corede.

FIGURA 3 - Perfil da população do Corede Centro Sul -2010



Fonte: IBGE.Elaborado pelo autor (2017).

Usando os censos de 2000 e 2010 comparativamente se percebe que a população total do RS salta de 10.187,798 milhões de pessoas em 2000 para 10.693,929 representando um crescimento de 4,9%. No Corede Centro Sul, a população total passa de 230.289, em 2000, para 253.461 subindo mais de 10,5 %. Em ambos os casos a população urbana aumenta. O aumento da população rural em 7,9 % no Corede Centro Sul e o decréscimo da população rural no RS de 14,7% da relação, entre as décadas de 2000 e 2010, é uma importante informação sobre a demográfica do Corede. Através da próxima tabela (tabela 2) se percebe o percentual de idosos (com mais de 65 anos) nos municípios do Corede Centro Sul. Em 2000, a população gaucha de pessoas com mais de 65 anos era 7,2 % em 2010, esse número passa para 9,3 % do total da população.

TABELA 2 - População (%) com mais de 65 anos nos municípios do Corede Centro Sul 2000/2010

MUNICÍPIOS	% TOTAL > 65	% TOTAL > 65
	2000	2010
Charqueadas	5,2	7,0
Cerro Grande do Sul	7,4	7,4
Barão do Triunfo	6,8	7,8
Chuívisca	6,1	7,8
Minas do Leão	5,7	8,5
Butiá	7,8	9,1
São Jerônimo	7,7	9,1
Dom Feliciano	8,0	9,5
Camaquã	7,7	9,6
Arroio dos Ratos	8,3	9,8
Cristal	8,2	10,4
Barra do Ribeiro	8,7	10,6
Tapes	8,2	11,1
Sertão Santana	9,8	11,2
Sentinela do Sul	9,2	11,7
Mariana Pimentel	8,8	12,5
Arambaré	8,6	13,1

Fonte: FEE dados. Elaborado pelo autor (2017).

Pode-se perceber que o número de eleitores analfabetos é maior nos municípios com mais de 75% da população residente no campo, exceção a isso são os municípios de Mariana Pimentel e Sertão Santana que tem mais de 75 % do total da sua população residente no campo, mas não apresentam elevado percentual de eleitores analfabetos. A média de eleitores analfabetos no Corede Centro Sul é de 5,4 % do total de eleitores, e no estado de 2,4%. Os dados sobre eleitores analfabetos nos municípios do Corede Centro Sul estão sintetizados na tabela próxima tabela.

TABELA 3 – Total de eleitores em 2016 no Corede Centro Sul

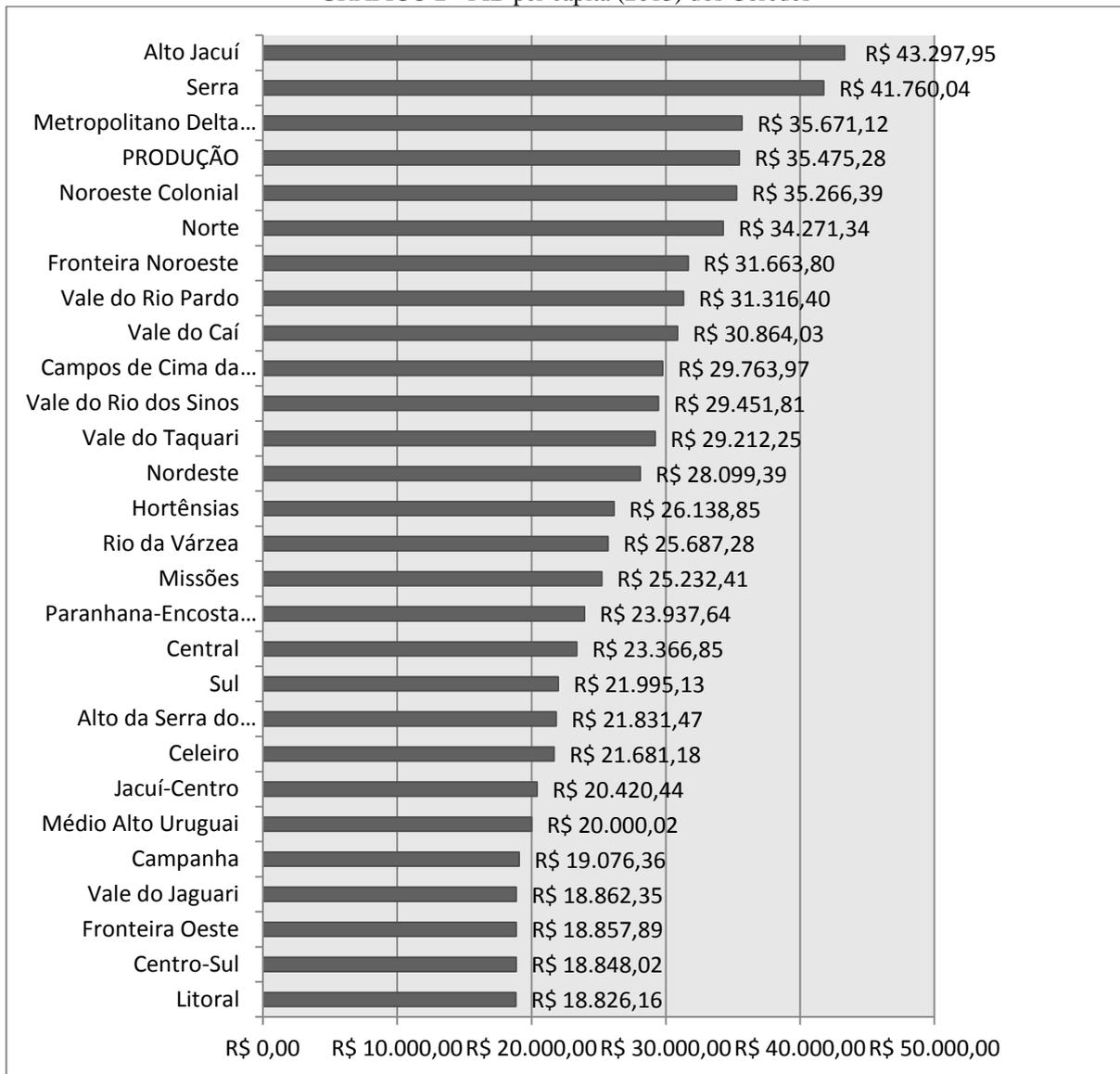
	Número Total de Eleitores	Número de Eleitores Analfabetos	Percentual (%) Eleitores Analfabetos
	2016	2016	2016
Arambaré	3320	215	6,5
Arroio dos Ratos	9506	359	3,8
Barão do Triunfo	5210	433	8,3
Barra do Ribeiro	9196	206	2,2
Butiá	16920	984	5,8
Camaquã	50840	2552	5
Cerro Grande do Sul	6509	542	8,3
Charqueadas	25212	776	3
Chuívisca	3993	268	6,7
Cristal	6100	495	8,1
Dom Feliciano	10173	1188	11,7
Mariana Pimentel	3424	101	2,95
Minas do Leão	5763	427	7,4
São Jerônimo	16618	870	5,2
Sentinela do Sul	3803	225	5,9
Sertão Santana	4942	168	3,4
Tapes	13594	702	5,2

Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

A renda per capita domiciliar mensal, que é o valor total dos rendimentos recebidos divididos pelo número de integrantes da família, foi no ano de 2010 para o Corede Centro Sul uma das mais baixas dos 28 Coredes. Com uma média de R\$ 606.51 reais, ficando na frente apenas do corede Vale do Jaguari que obteve a média mais baixa do estado de R\$ 593.42 reais (DESAFIOS DAS CIDADES, 2016).

Já o seguinte gráfico (gráfico 2), apresenta o PIB per capita dos 28 Coredes para o ano de 2013, se percebe que o Corede Centro Sul tem um PIB per capita menor do que a maioria dos Coredes. O Centro Sul ficou em penúltimo lugar com uma renda de R\$ 18.848,02 reais ficando na frente apenas do Corede Litoral que atingiu apenas R\$ 18.826,16 de renda per capita para o ano de 2013. A média de renda per capita de todos os Corede foi de 27.174,14. As melhores colocações ficaram com os Coredes Alto do Jacuí e Serra, respectivamente.

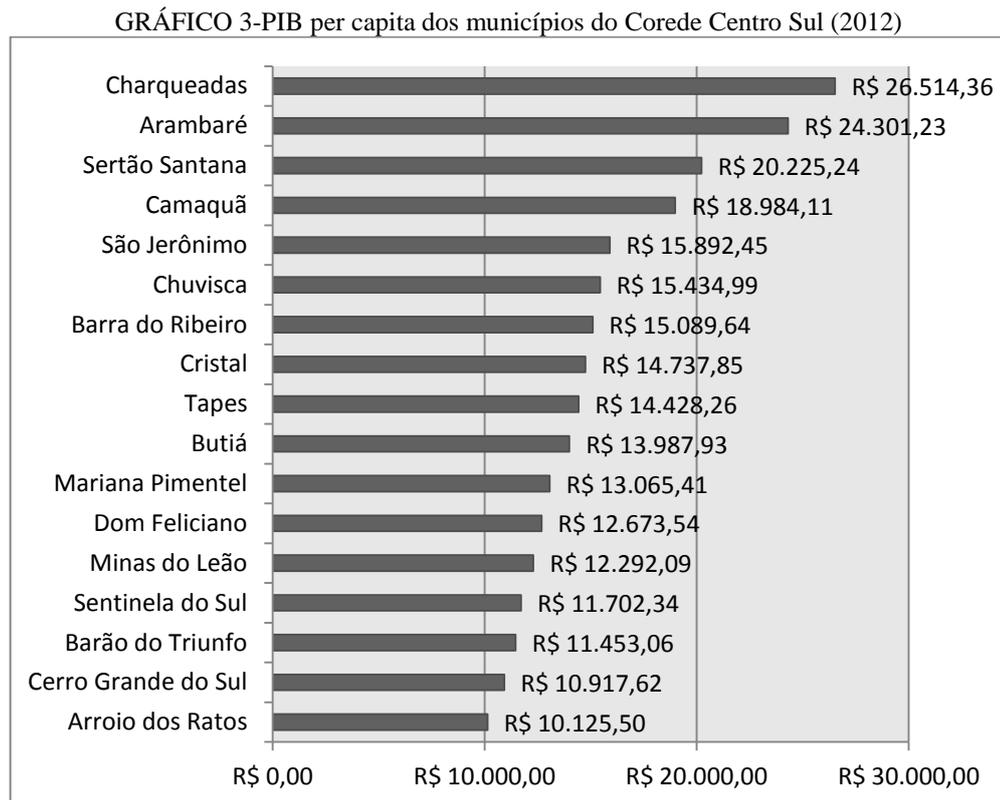
GRÁFICO 2 - PIB per capita (2013) dos Coredes



Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

O município do Corede que apresenta o maior PIB por habitante é Charqueadas com 26.614 reais, seguido por Arambaré com R\$ 24.301,00 reais, importante ressaltar que uma das principais fontes de renda de Arambaré tem origem no turismo, o município tem uma das praias de água doce mais visitada do RS. Depois vem Sertão Santana com R\$ 20.225,00 reais, embora seja um município de pequeno porte, a presença de empresas de beneficiamento de arroz que estão entre as 20 maiores do estado ajuda a compor a renda per capita, mesmo que a agricultura do município produza pouco arroz devido ao padrão territorial, a indústria do arroz é de suma importância para o município, beneficiando arroz produzido no estado inteiro. Consecutivamente vem Camaquã com uma renda per capita anual de R\$ 18.984,00 reais.

O município com menor PIB per capita do Corede é Arroio dos Ratos com uma renda anual per capita de R\$10.125,00 reais, seguido por Cerro Grande do Sul com R\$10.917,00 reais. Mais adiante vem Barão do Triunfo com R\$ 11.453,00 reais e Sentinela do Sul com R\$ 11.702,00 Já a taxa de analfabetismo indica que em 2010 os municípios com maiores taxas de analfabetismo são Dom Feliciano com R\$ 12.213,00 e Minas do Leão com R\$ 10.251,00 Já os com menores taxa de analfabetismo são Charqueadas com 4,761 e Tapes com 6,982.



Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

Divulgado em novembro de 2009 através de pesquisa realizada pelo SEBRAE o artigo “Grandes Cidades: Pequenos Negócios” oferece índice e uma posição dos municípios do Rio Grande do Sul, referente as condições que apresentam para atrair negócios para sua cidade, ou seja, o seu grau de competitividade (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL 2010/2020, 2017)

Assim se percebe que poucos municípios estão mais aptos a procurar e atrair investimentos, citando os três primeiros que são respectivamente Charqueadas, Camaquã e São Jerônimo.

Cabe aos dirigentes dos municípios a confecção de páginas com vantagens competitivas e “sites” em diversos idiomas como tentativa de internacionalizar a imagem do município e atrair potenciais interessados a colocar propostas e posteriormente aportarem

recursos ampliando os negócios locais e regionais e em muitos casos fortalecendo redes de negócio ou cadeias produtivas.

TABELA 4 - Ranking estadual de oportunidades para atrair investimentos e negócios

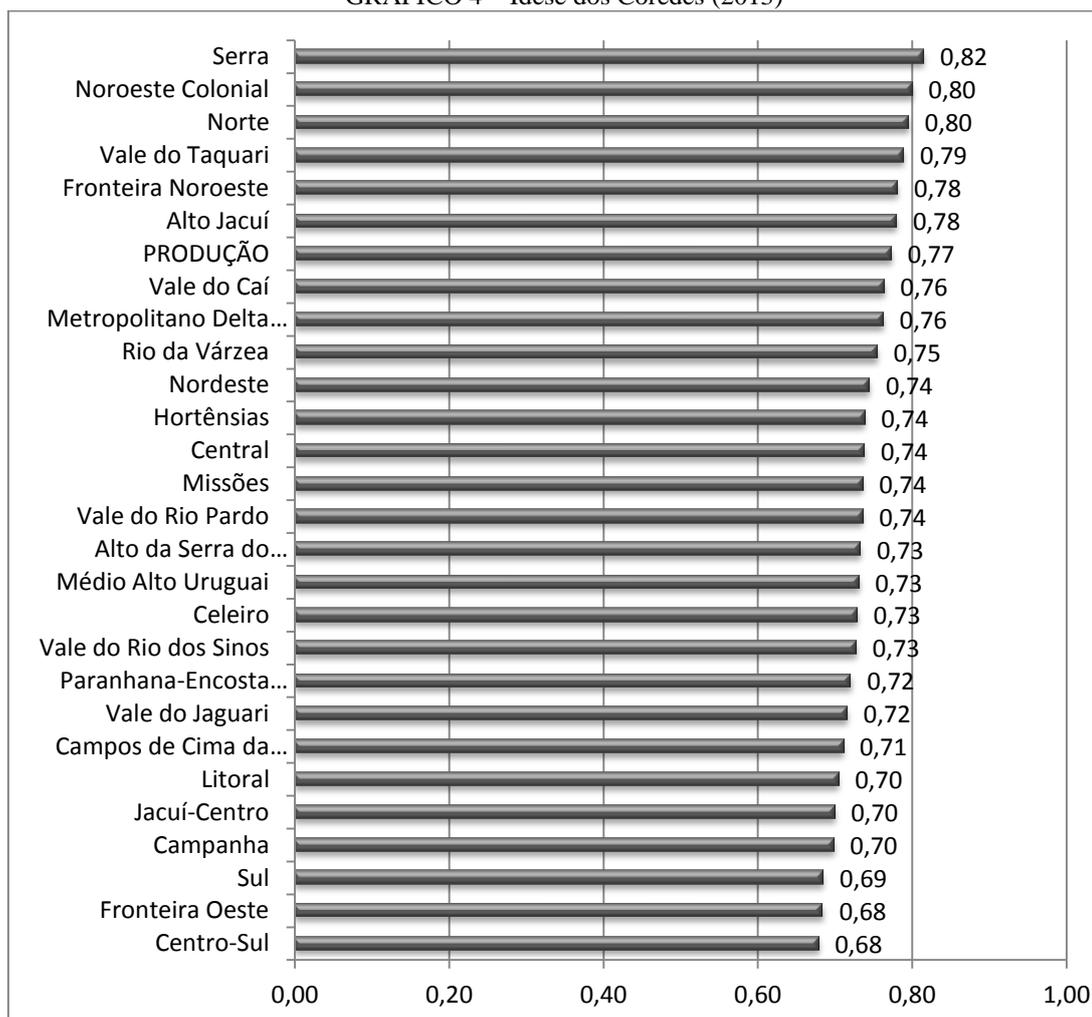
Grandes Cidades, Pequenos Negócios		
POSIÇÃO	CIDADE	ÍNDICE
61°	Charqueadas	0,53931
70°	Camaquã	0,53372
143°	São Jerônimo	0,49788
148°	Butiá	0,49538
151°	Tapes	0,49482
163°	Barra do Ribeiro	0,49087
164°	Minas do Leão	0,49087
174°	Arroio dos Ratos	0,48678
271°	Cristal	0,46295
305°	Sertão Santana	0,45526
320°	Dom Feliciano	0,45102
336°	Arambaré	0,44677
344°	Mariana Pimentel	0,44426
356°	Cerro Grande do Sul	0,44058
392°	Sentinela do Sul	0,42926
397°	Chувиска	0,4281
407°	Barão do Triunfo	0,42604

Fonte: Planejamento Estratégico Regional 2010/2020. Elaborado pelo autor (2017).

Desde 2007 até a última medição de 2013 o Corede Centro Sul lidera o último lugar de indicador de Idese educação dentre os 28 Coredes. Também para o mesmo período o Idese renda no Corede Centro Sul se mostrou muito baixo, o território sempre ficou nos três últimos colocados do ranking chegando ao último lugar no ano 2013. Já no Idese saúde o Corede Centro Sul apresenta melhor desempenho ao longo desse período se comparado com os outros dois blocos, ocupando o décimo sétimo lugar em saúde no ano de 2013.

Como já foi citado na introdução o Idese do Corede Centro Sul é um dos mais baixos do estado em comparação com outros Coredes, e já foi inclusive o mais baixo. Através do próximo gráfico se pode visualizar o Idese de cada Corede do estado para o ano de 2013.

GRÁFICO 4 – Idese dos Coredes (2013)



Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

Ao se analisar individualmente a evolução do Idese nos municípios que compõe o Corede Centro Sul percebe-se que o município de Charqueadas tem o melhor indicador de crescimento, e com o Idese mais alto para os anos de 2007 a 2013 e uma média de 0,736 para o mesmo período. Já o município de Dom Feliciano possui uma pequena taxa de crescimento no seu Idese, chegando até a apresentar decréscimo no índice, como no ano de 2008 em relação a 2009. Esse município tem a menor taxa de Idese de todos os municípios do Centro Sul entre os anos de 2007 e 2013, ficando com uma média de 0,555 para esse período. Os municípios de Charqueadas e Sertão Santana possuem o melhor Idese do Corede, o que assegurou o lugar 152 para Charqueadas e 186 para Sertão Santana no ranking do Idese dos municípios gaúchos em 2013.

A tabela 5 mostra a média do Idese geral, e nos três blocos: saúde, renda e educação para os 17 municípios do Corede, entre os anos de 2007 e 2013. Percebe-se que os municípios

que possuem população rural superior a 75% acabam aparecendo dentre os que tem menor média de Idese para renda e educação. Mas Sertão Santana está entre os municípios com população predominantemente rural e apresenta um bom indicador de Idese, se posicionando sempre nos primeiros lugares do ranking nos três blocos; saúde, renda e educação. Já Barão do Triunfo outro município com população rural superior a 75% apresenta um baixo indicador em renda e educação e um excelente desempenho em saúde, liderando o ranking na saúde. Dom Feliciano apresenta o pior Idese dos 17 municípios melhorando apenas no indicador saúde. Dos municípios mais urbanizados os que apresentam melhores indicadores de Idese na média para o período de 2007-2013 são Charqueadas e Camaquã.

TABELA 5- Média do IDESE e do Idese em bloco (educação, renda e saúde) entre os anos 2007 e 2013 nos municípios do Corede Centro Sul

Municípios	Média do IDESE (geral) entre 2007 e 2013	Municípios	Média Idese EDUCAÇÃO 2007-2013
Charqueadas	0,736287598	Charqueadas	0,703768122
Sertão Santana	0,689246597	Sertão Santana	0,633567325
Camaquã	0,66447833	Butiá	0,604451811
São Jerônimo	0,661248819	Arroio dos Ratos	0,601531203
Mariana Pimentel	0,648988587	Camaquã	0,601427468
Arambaré	0,64843754	Tapes	0,597521237
Tapes	0,638852824	São Jerônimo	0,596714735
Minas do Leão	0,632342551	Mariana Pimentel	0,590056256
Butiá	0,625981814	Arambaré	0,58586993
Sentinela do Sul	0,625581004	Sentinela do Sul	0,572509961
Barra do Ribeiro	0,621292508	Minas do Leão	0,569072304
Arroio dos Ratos	0,620726971	Barra do Ribeiro	0,531975572
Chuívisca	0,612034499	Chuívisca	0,492138349
Barão do Triunfo	0,590849814	Cerro Grande do Sul	0,461288987
Cristal	0,58841558	Barão do Triunfo	0,454128405
Cerro Grande do Sul	0,585686209	Cristal	0,443811023
Dom Feliciano	0,55551426	Dom Feliciano	0,424198971

Municípios	Média do Idese SAÚDE entre 2007 e 2013	Municípios	Média Idese RENDA 2007-2013
Barão do Triunfo	0,853476669	Charqueadas	0,703768122
Charqueadas	0,82788769	Sertão Santana	0,633567325
Sertão Santana	0,826727969	Butiá	0,604451811
Dom Feliciano	0,821439608	Arroio dos Ratos	0,601531203
Cerro Grande do sul	0,819672695	Camaquã	0,601427468
Chuívisca	0,819008918	Tapes	0,597521237
Mariana Pimentel	0,807796262	São Jerônimo	0,596714735
Barra do Ribeiro	0,807194498	Mariana Pimentel	0,590056256
Sentinela do sul	0,807045939	Arambaré	0,58586993
Camaquã	0,794561064	Sentinela do Sul	0,572509961
Cristal	0,786548532	Minas do Leão	0,569072304
São Jerônimo	0,785776547	Barra do Ribeiro	0,531975572
Arambaré	0,782616071	Chuívisca	0,492138349
Tapes	0,76990005	Cerro Grande do Sul	0,461288987
Arroio dos Ratos	0,769518219	Barão do Triunfo	0,454128405
Minas do Leão	0,759394852	Cristal	0,443811023
Butiá	0,758055232	Dom Feliciano	0,424198971

Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) uma importante ferramenta para medir o desenvolvimento local, conserva os mesmos indicadores do IDH global: longevidade, educação e renda. Nessa avaliação o Corede Centro Sul aparece em penúltimo lugar em 2010, com 0.677, tendo apenas um desempenho melhor que o Corede Sul com 0.673. Novamente o Corede Serra sai na frente com 0.746. (DESAFIOS DAS CIDADES, 2017).

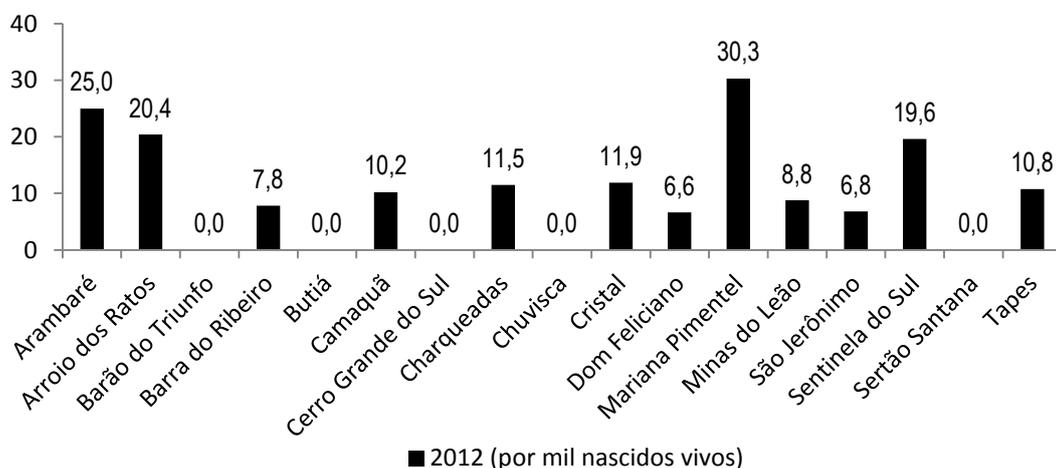
As principais diferenças entre o Idese e o IDH-M são que além dos blocos analisados, é acrescentado na variável saúde os seguintes quesitos: saúde materno-infantil, condições gerais de saúde e longevidade.

Através dessa comparação simples e sucinta em termos socioeconômicos do Corede Centro Sul em relação aos outros 27 Coredes, se percebe que o Corede Centro Sul apresenta um baixo desenvolvimento em termos de Idese (principalmente no indicador educação), IDH-M e renda per capita. O Idese têm se mostrado um indicador capaz de auferir o desenvolvimento para além dos insumos extremamente econômicos e dimensiona certas características dos indicadores de saúde e da educação que vão ao encontro no que Sen (2000) considera como capazes de gerar liberdades substantivas.

Sobre a taxa de mortalidade infantil, para o ano de 2012, o pior índice teve Mariana Pimentel com 30,303 mortes por mil nascidos vivos, depois vinha Arambaré com 25 mortes por mil, e adiante Arroio dos Ratos com 20,408. O município de Sentinela do Sul também possuía um índice bem elevado, eram 19,607 mortes por mil nascidos vivos, em 2012. Os municípios que aparecem com mortalidade infantil zero é Sertão Santana, Butiá, Barão do Triunfo e Chuvisca.

É interessante salientar que, em 1994, o município com maior mortalidade infantil era Sertão Santana com mais de 46 mortes por mil nascidos vivos, mas consegue baixar gradualmente seus índices até chegar à zero, a partir de 2006. Já municípios como Dom Feliciano aumentam de 24,221 em 1994 gradualmente até a chegar à picos de mais de 67 mortes em 1998, conseguindo baixar esses índices apenas à partir de 2002.

GRÁFICO 5 - Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos para o ano de 2012



Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017)

Em dissertação de mestrado defendida, em 2004, por Leão, é realizado um estudo sobre a caracterização da pobreza no Corede Centro Sul através da abordagem das capacitações, para o período de 1991 a 2000. O autor conclui que a pobreza nos municípios do Corede Centro Sul é um fenômeno multidimensional não apenas de incidência, mas de intensidade principalmente. Na época da pesquisa o Corede contava com 16 municípios sendo que o município de Cristal não pertencia ao Corede Centro Sul.

A falta de habilidades para gerar renda e as privações de liberdade das pessoas para modificarem suas próprias vidas é o principal foco da Abordagem das Capacitações utilizada por Leão (2004). O autor analisa o percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50. para o ano de 1991 e 2000, e conclui que entre os municípios do Corede com uma taxa de pobreza maior que a média estadual para o ano de 1991 estava os seguintes municípios: Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Arambaré, Barão do Triunfo, Chuvisca, Cerro Grande do Sul, Arroio dos Ratos, e também Mariana Pimentel. E os municípios com menor incidência de pobreza em 1991 estariam; Charqueadas, Barra do Ribeiro, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Sertão Santana, Butiá e Minas do Leão. Dos diversos cruzamentos de dados feitos pelo autor foi concluído que os municípios da região que possuem maior intensidade de pobreza têm menor incidência e os de maior incidência menores intensidades. Como a renda era substancialmente baixa nos municípios de maneira geral, o fator que sempre melhorou os índices foram educação e longevidade. O autor também encontrou uma tendência dos municípios de maior renda ter menor intensidade de pobreza.

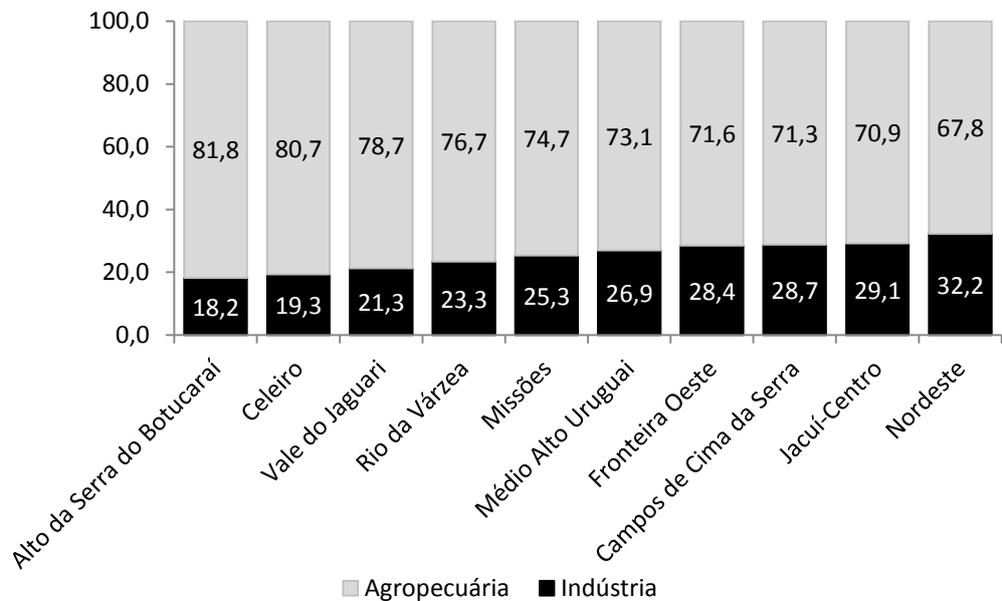
Alguns dos dados apresentados até aqui (taxa de mortalidade infantil, Idese e IDH-M, PIB per capita) se inserem na perspectiva do desenvolvimento como liberdade postulado por Sen (2000), pois para o autor o que importa não é apenas a renda, mas a qualidade de vida, que é capaz de gerar liberdades substantivas que fazem com que o indivíduo viva uma vida que vale a pena ser vivida. O Idese será o fator mais relevante na análise do desenvolvimento do Corede em virtude desse indicador ser condensar várias dimensões do desenvolvimento.

3.3 SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL: CENTRO SUL EM PERSPECTIVA

As economias dos Coredes gaúchos estão intimamente ligadas ao setor agropecuário, variando a intensidade dessa influência de acordo com o Corede, mesmo assim como se viu no início deste capítulo os setores de serviços e industrial da economia gaúcha são dependentes do setor agropecuário. Sendo que a agropecuária é o setor responsável pelo

estado não ter perdas ainda maiores no seu PIB, dado a conjuntura econômica que o país enfrenta.

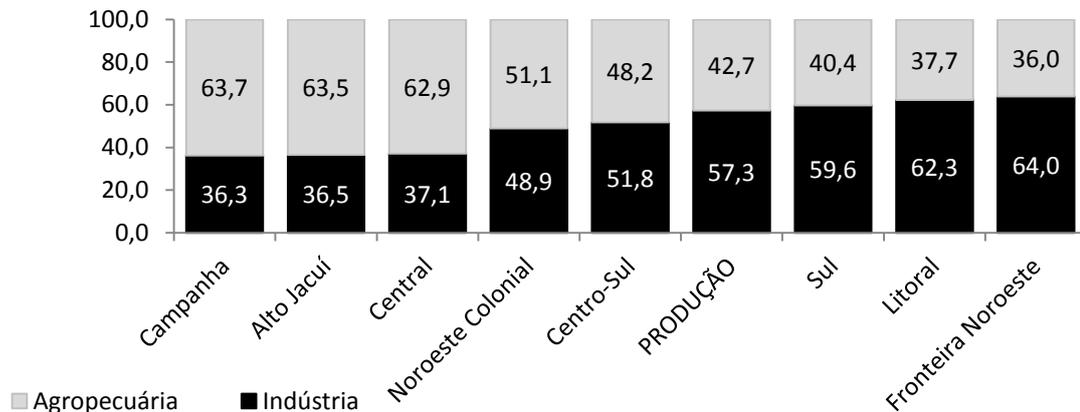
GRÁFICO 6 – VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de BAIXA participação da indústria no PIB 2014



Fonte: FEE. Elabora pelo autor (2017)

O gráfico anterior mostra os Coredes que comparado o setor industrial com o agropecuário, se tem predominância do agropecuário sobre o industrial, esses Coredes de predominância do setor agropecuário sobre o industrial são em sua maioria os que se dedicam ao cultivo de grãos em propriedades de médio e grande porte, ou com a produção de leite e seus derivados como Campos de Cima da Terra.

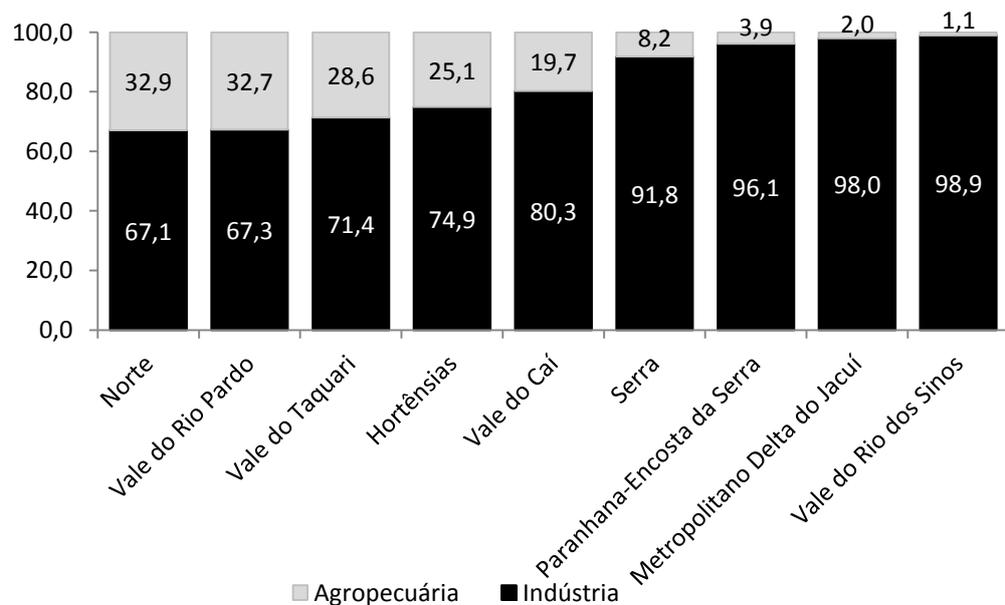
GRÁFICO 7 - VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de MÉDIA participação da indústria no PIB 2014



Fonte: FEE. Elabora pelo autor (2017).

Os Coredes que tem uma participação industrial entre 33% e 66% são os Coredes que têm uma proximidade de eixos de escoamento produtivo para a região metropolitana. O Corede Centro Sul se enquadra nesse grupo, pois a indústria comparada com agropecuária participa mais de 50 % do total da VAB dos dois setores, como se vê no gráfico anterior (gráfico 7).

GRÁFICO 8 - VAB agropecuária e indústria (%) nos Coredes de ALTA participação da indústria no PIB 2014



Fonte: FEE. Elabora pelo autor (2017)

O gráfico anterior mostra os Coredes em que predomina a indústria sobre a agropecuária na VAB dos dois setores. Se percebe através desse gráfico que da RFP 1 o

Corede Centro Sul é o que menor participação da indústria têm na sua VAB, se comparado com os outros quatro Coredes que fazem parte dessa região funcional: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Paranha-Encosta da Serra.

Os municípios do Corede Centro Sul tem uma predominância do setor agropecuário e de serviços em seu VAB. Percebe-se o município que mesmo com população rural superior a 75 % do total de habitantes a ter a indústria como setor mais expressivo entre os municípios com a mesma característica demográfica é Sertão Santana que tem 15.3 % da sua VAB composto pela indústria, como se percebe na próxima tabela.

TABELA 6 – Participação da indústria, agropecuária e serviços na VAB dos municípios do Corede Centro Sul (2014)

Municípios	Indústria (%)	Agropecuária (%)	Serviços (%)
Arambaré	5.6	53.6	40.8
Arroio dos Ratos	13.8	11.9	74.4
Barão do Triunfo	9.0	42.7	48.3
Barra do Ribeiro	9.5	33.7	56.9
Butiá	20.8	20.6	58.7
Camaquã	18.3	17.0	64.7
Cerro Grande do Sul	6.9	31.8	61.3
Charqueadas	47.5	2.1	50.4
Chувиска	3.1	43.4	53.5
Cristal	6.8	40.2	53.0
Dom Feliciano	3.8	34.4	61.7
Mariana Pimentel	4.0	37.9	58.1
Minas do Leão	9.7	34.4	58.0
São Jerônimo	16.7	13.7	69.6
Sentinela do Sul	7.8	34.3	57.9
Sertão Santana	15.3	26.7	58.0
Tapes	8.5	27.0	64.5

Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

Já as características físicas são bem heterogêneas nesse território conforme se pode perceber através do próximo quadro (quadro 2). Essas características físicas acabaram por influenciar bastante o perfil econômico e de sociedade desses municípios. O município de Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré e Camaquã são os municípios do Corede que compõe a chamada costa doce, área costeira a lagoa dos Patos, a maior lagoa em extensão territorial do mundo. Esses municípios estão marcados por uma maior concentração de terra com relação aos outros municípios do território, e pela presença de grandes lavouras de arroz e forte

turismo com as praias de água doce. Mas Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Barão do Triunfo, Chuvisca e Dom Feliciano se caracteriza por áreas de banhado em conjunto com grandes áreas de cerrania com vegetação alta, o que faz com que se tenha a presença de lavouras arrozeiras associadas à agricultura em áreas íngremes, marcadas principalmente pelo cultivo do fumo.

QUADRO 2 - Características físicas dos municípios do Corede Centro Sul

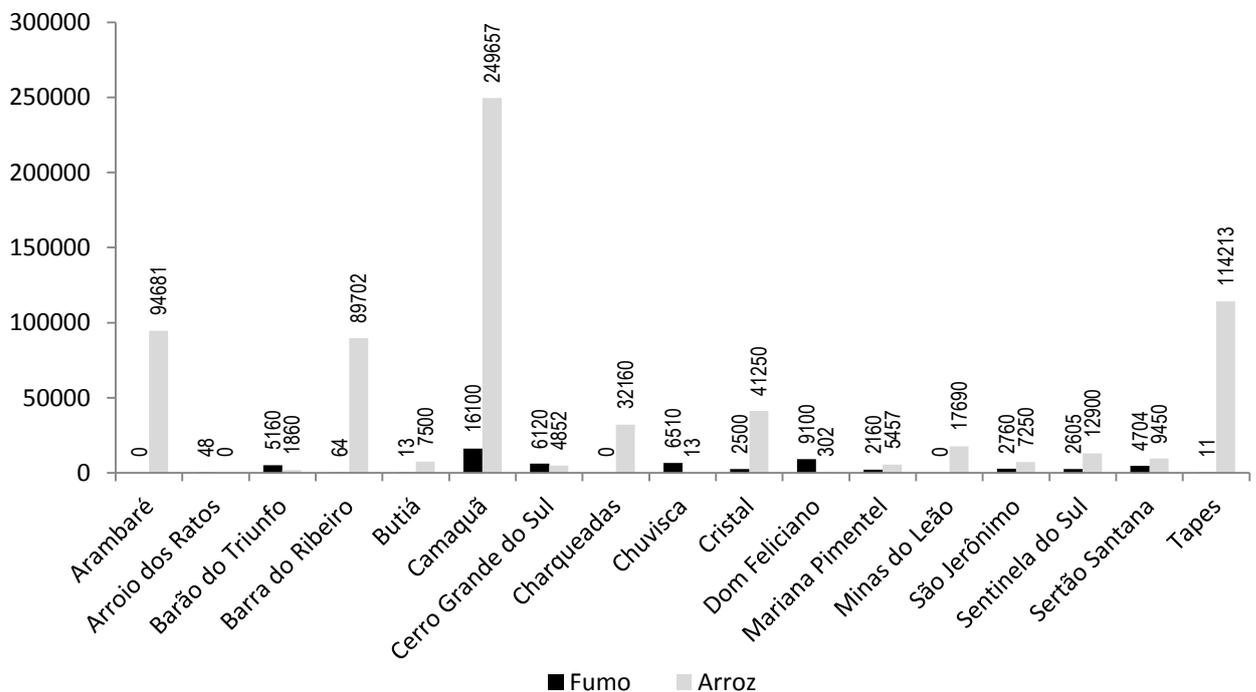
MUNICÍPIOS	RELEVO REGIONAL
Arambaré	Áreas baixas com lavouras de arroz.
Arroio dos Ratos	Áreas com florestamento, campos, lavouras e matas nativas com terreno ondulado.
Barão do Triunfo	É formada tipicamente por campos entremeados de matas e campos. Todo o município é rebordado de matas ainda nativas. Os colonizadores, inicialmente trabalharam as áreas de melhor relevo e razoável profundidade do solo, promovendo o desmatamento para dar lugar à agricultura cíclica do minifúndio; mais tarde tal uso foi ampliado para as áreas de maior dificuldade de manejo e solos piores.
Barra do Ribeiro	Áreas baixas com lavouras de arroz.
Butiá	Áreas com florestamento lavouras e campos, matas nativas e terrenos ondulados.
Camaquã	Áreas baixas com orizicultura e ao oeste áreas onduladas com matas, campos e lavouras.
Cerro Grande do Sul	Grande extensão de mata nativa, pequenas lavouras.
Charqueadas	Se caracteriza por apresentar amplas planícies aluviais e coxilhas sedimentares (terreno ondulado com pendentes de dezenas de metros).
Chuvisca	Grande área de mata nativa, entremeado por pequenas lavouras e campos.
Cristal	Plano, ondulado, acidentado e litorâneo
Dom Feliciano	Apresenta grande extensão de mata nativa, campos e lavouras.
Mariana Pimentel	Apresenta grande extensão de mata nativa, campos e lavouras.
Minas do Leão	Campo com pequena área de mata nativa.
São Jerônimo	Terrenos com fortes ondulações no sul e matas entremeadas com campos e pequenas lavouras.
Sentinela do Sul	Terrenos com fortes ondulações ao norte e matas entremeadas com campos e pequenas lavouras
Sertão Santana	Matas entremeadas por campos e pequenas lavouras.
Tapes	o relevo é suave, facilitando o assentamento humano. O município de Tapes é constituído quase na sua totalidade por planícies formada por terrenos arenosos, baixos e planos com pequenas elevações em algumas regiões. Tapes divide-se em duas regiões distintas: planície costeira da Lagoa dos Patos e zona elevada.

Fonte: Planejamento Estratégico Regional 2010-2020. Elaborado pelo autor (2017).

Grande parte da economia dos municípios do Corede Centro Sul está associada à agricultura seja na produção direta de produtos agrícolas, ou gêneros alimentícios processados, na produção de máquinas e implementos e também prestação de serviços para a agropecuária. O município de Camaquã, cidade com maior população e extensão territorial do Corede é responsável pelo beneficiamento de 9,8 % de todo arroz beneficiado no estado e pela maior produção de fumo do Corede. A produção de fumo é muito importante para o

Corede Centro Sul, que entre os 28 coredes é o terceiro maior produtor de fumo, com uma produção de 57.855 toneladas ficando atrás apenas do Corede Vale do Rio Pardo com 161.710 toneladas e Corede Sul com 65.132 toneladas. Segundo o website portal do tabaco acerca da safra de tabaco 2014/2015 o Corede Centro Sul tem dois municípios entre os 20 maiores municípios produtores de tabaco do Brasil: Camaquã ocupando o nono lugar com 12.952 toneladas de fumo produzidas por 2.588 famílias e Dom Feliciano o décimo terceiro lugar 11.147 com toneladas distribuídas em 1.989 famílias.

GRÁFICO 9 – Produção de fumo e arroz em toneladas nos municípios do Corede Centro Sul



Fonte: FEE, Elaborado pelo autor (2017).

O município com maior produção de fumo do Corede Centro Sul é Camaquã conforme mostra o gráfico 10, seguido por Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul e Barão do Triunfo. Mas a importância da produção de tabaco é grande para a maioria dos municípios dessa região com exceção de Arambaré, Charqueadas e Minas do Leão. Além da produção do tabaco, há toda uma estrutura de empresas especializadas em fornecer insumos e matérias para a produção do fumo *in natura* em vários municípios do Corede, o que alimenta um vasto campo de produção industrial e prestação de serviços. Uma das características mais marcantes do cultivo do tabaco em comparação com outros cultivos é seu alto valor comercial, e agregação de valor bruto em pequenas áreas. Um hectare de fumo produz em média 2000

quilos do produto seco, o que equivale a um valor bruto de 17.000 reais. Mas também a utilização de mão de obra na época mais quente do ano, bem como a utilização de defensivos agrícolas de maneira manual torna o trabalho penoso e árduo e alvo de campanhas públicas e privadas contra o cultivo da planta.

A produção de arroz também de suma importância para o Corede Centro Sul, e têm no beneficiamento outro importante setor, pois municípios como Camaquã e Sertão Santana beneficiam muito mais do que sua produção anual de arroz. O corede Centro Sul é entre os Coredes o terceiro maior produtor de arroz com 688.397 toneladas produzidas em 2014, ficando atrás apenas do Corede Fronteira Oeste com 3.043.576 toneladas e o Sul com 1.475.210 para o mesmo.

O instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA) divulga anualmente o ranking das 50 maiores indústrias de beneficiamento de arroz do estado. Para o ano de 2015 o primeiro e o décimo segundo lugar foram ocupados por duas indústrias de Camaquã. Já Sertão Santana teve duas indústrias no ranking, uma ocupando o décimo sétimo lugar e outra, vigésimo lugar (IRGA, 2017). Sendo que esse município possui mais quatro indústrias de beneficiamento de arroz e o município não possui nem mesmo acesso asfáltico.

Já a produção de soja é nova para região, o cultivo desse grão é sem dúvida resultado do alto preço desse produto no mercado internacional nos últimos anos, impulsionado pela demanda chinesa e pela crescente mecanização das propriedades familiares. Em 1991 apenas os municípios do Corede com terras mais planas produziam soja: Butiá, Camaquã, Cristal, São Jerônimo e Tapes. Em 2014 apenas Chuvisca e Dom Feliciano não produziram soja, no restante todos os municípios produziram alguma quantidade do cereal. De 1991 até 2003 os municípios do Corede produziram um total de 89.438 toneladas de soja, já para o período de 2004 à 2014 esse número salta para 661.416 toneladas do grão. (FEE,2017). Sendo que a soja é uma nova alternativa para a agricultura familiar no estado, já que 35,7 % da soja produzida no estado em 2006 veio da agricultura familiar.

A produção de uva também teve um aumento significativo nos últimos dez anos na região. Programas institucionalizados para a diversificação agrícola em razão da monocultura do fumo em muitos estabelecimentos agrícolas do Corede concorreram para aumento da produtividade de uva na região. A produção desse fruto passou de 472 toneladas em 2005 para 1.167 toneladas em 2014 no Corede. O município que mais teve crescimento na produção de uva foi Sertão Santana, o maior produtor de uva do corede com 240 toneladas produzidas em 2014, isso se deve quase totalmente a formação de uma agroindústria cooperada, que processa suco de uva, e as iniciativas locais na produção de vinho artesanal.

O segundo maior produtor de uva do Corede é Barão do Triunfo, com uma produção de 190 toneladas em 2014, esse município já possui um histórico na produção da fruta. Sendo que acontece anualmente a Festa da Uva que teve sua oitava primeira edição anual em 2016. Depois vem Barra do Ribeiro com 144 toneladas de uva produzida em 2014, isso devido em grande parte aos vinhedos da vinícola Laurentia, criada em 1996, e que começou a comercialização de vinhos em 2005 no município de Barra do Ribeiro.

O cultivo de batata doce foi de 31.855 toneladas em 2014 no Centro Sul o maior entre os 28 coredes, representando uma média de 20 % da produção total do estado. Das 31.855 toneladas produzidas em 2014, um montante de 12.000 foi colhido em Mariana Pimentel, seguido por Barra do Ribeiro com 6.440 toneladas.

Já o eixo São Jerônimo, Arroio dos Ratos e Butiá foram responsáveis por 49.280 toneladas das 59.412 de melancia produzidas no Corede. Esse total representou mais de 14% da produção total do estado em 2014, e comparando ainda por Coredes, o Centro Sul ficou apenas atrás do Vale do Rio Pardo que foi responsável por mais de 34 % da produção total de melancia para o mesmo período.

Os demais produtos provenientes da agricultura excetuando-se o fumo, arroz, soja, uva e milho, são de importância secundária para os municípios do Corede devido sua baixa produção. Mas em uma economia rural nem sempre as produções agrícolas entram para os dados oficiais devido à produção para autoconsumo e comércio informal. Como no caso do milho que acaba indo dos produtores rurais para as agropecuárias, ou fazendas de confinamento de gado sem a emissão de notas fiscais.

Demais alimentos produzidos no Corede Centro Sul em toneladas para o ano de 2014: Tangerina 1.810, Pêssego 186, pera 150, noz 25, limão 263, laranja 4.994, goiaba 222, figo 26, Caqui 110, banana 109, abacate 10, trigo 4.440, tomate 333, milho 91.045, melão 1.728, mandioca 36.256, feijão 2.027, cevada 240, cebola 589, cana de açúcar 6.926, batata inglesa 2.745, aveia 280, amendoim 29, alho 36. (conteúdo elencado partir do programa FEE dados).

Embora estes itens acima discriminados tenham pouca representatividade no percentual total produzido pelos Coredes, eles têm certa importância para os municípios que o produzem e dizem muito sobre o tipo de agricultura de cada região. No caso das frutas cítricas: tangerinas das 1.810 toneladas produzidas no Corede, 576 são produzidas no município de Butiá, já a laranja das 4.994 toneladas, 1.744 provem do mesmo município. Todas 4.440 toneladas de trigo produzidas em 2014 vieram dos municípios de São Jerônimo, Minas do Leão, Arroio dos Ratos e Butiá. Também Butiá e Minas do Leão, sozinhos

produziram as 280 toneladas de aveia do Corede, isso revela a vocação produtiva da região para o cultivo de grãos leves em comparação com outras regiões do Corede.

Já a cana de açúcar com os fins de produção de água ardente, rapadura e melado tiveram nos municípios de Sertão Santana e Sentinela do Sul 5.250 toneladas das 6.926 produzidas no Corede. Pequenos alambiques e agroindústrias voltadas para o mercado local são os responsáveis pela absorção da cana de açúcar.

A produção de leite também não é de relevante importância para a região, embora todos os municípios do Corede produzam leite. O maior produtor de leite em 2013 foi Camaquã com 2.350 litros seguido por Dom Feliciano com 1.464 e Cristal com 1.113 litros, o total do Corede para esse período foi de 14.170 litros, os três maiores produtores estão localizados perto de Pelotas local que abriga indústrias de processamento de leite. Camaquã também possui o maior rebanho de bovinos do Corede com 6.5000 cabeças em 2014 de um total de 341.279 cabeças. Os municípios com maiores propriedades e terras mais planas possuem maior população de bovinos.

O plantel de suínos também é maior nos municípios do Corede mais ao sul do estado como Dom Feliciano e Camaquã, o primeiro tem uma população de 13.500 suínos e o segundo 7.200, depois vem Chuvisca com 4.670 cabeças (2014). O total para o Corede é de 53.636 nos 17 municípios. Já a população de ovinos é de 77.294 cabeças, sendo que São Jerônimo com a maior população com 16.500 animais seguida por Dom Feliciano com 13.194 e Camaquã com 8.500 cabeças (FEE, 2017).

Pode se perceber através da próxima tabela os custeios agrícolas em quantidade e valor efetuados de janeiro a agosto de 2016 nos municípios do Corede Centro Sul. O único município a não realizar nenhuma operação de custeio através do Pronaf foi Minas do Leão. Mas Minas do Leão teve 41 operações de crédito agrícola que não se enquadram no Pronaf (programa de fortalecimento da agricultura familiar) totalizando mais dez milhões de reais.

TABELA 7 - Número de custeios agrícolas totais e provenientes de recursos do Pronaf no Corede Centro Sul de janeiro a outubro de 2016

Municípios	Custeiio /Pronaf(quant.)	Custeiio/Pronaf(VALOR)	Custeiio/ total (quant.)	Custeiio/total (valor)
Arambaré	3	42.774.12	74	21.977.304.15
A. dos Ratos	15	427.283.30	55	5.121.408.62
Barão do Triunfo	228	2.113.101.05	558	4.697.606.83
Barra do Ribeiro	26	840.857.23	72	14.689.255.04
Butiá	17	972.670.24	65	11.159.752.50
Camaquã	418	.788.393.90	1.989	76.020.888.56
C. G do sul	167	1.211.261.88	439	3.033.235.00
Charqueadas	1	47.144.64	20	5.278.637.41
Chuívisca	179	1.257.945.74	750	5.190.241.04
Cristal	156	2.488.866.08	339	28.515.511.10
Dom Feliciano	726	5.587.016.54	1.383	11.537.657.11
Mariana pimentel	99	853.536.52	196	1.575.720.72
Minas do leão	0	0	41	10.348.063.75
São Jerônimo	132	1.872.886.49	439	9.964.061.87
Sentinela do Sul	81	1.351.202.41	175	2.751.849.94
S.Santana	192	1.557.605.74	476	3.671.638.51
Tapes	31	1.241.492.29	176	37.532.902.49

Elaborado pelo autor à partir de dados do Banco Central (2017).

O grande número de serrarias associado a presença da empresa de celulose CMPC-Riograndense em Guaíba, município próximo território do Corede Centro Sul contribui para o setor de madeiras ser bastante estratégico para a região.

Concluindo, a agricultura tem uma importância estratégica muito grande no Corede Centro Sul representando menos da metade da VAB total do Corede. Além disso, grande parte dos setores indústrias e de serviços está intimamente ligada á dinâmica da agropecuária nesse território.

O próximo capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia presente na pesquisa e concomitante á isso, se inicia uma análise do estudo de caso em questão tendo em vista os dados primários e secundários arrolados na dissertação.

4 METODOLOGIA E ESTUDO DE CASO

Os primeiros passos da presente pesquisa foram firmados no esforço de caracterizar a dimensão histórica do território gaúcho, chegando ao modelo do Corede bem como o conceito de capital social e de desenvolvimento de acordo com a bibliografia especializada, e sua contextualização com o presente estudo. Também optou-se por construir um capítulo capaz de apresentar sucintamente o Corede em termos de caracterização social e econômica para melhor situar o leitor, e responder aos objetivos do trabalho. Conseqüentemente no decorrer do trabalho se apresenta os indicadores estatísticos para mensurar a ideia de desenvolvimento e indicadores quantitativos secundários e qualitativos primários para se analisar a perspectiva do capital social.

A escolha de mais de um método de estudo ao longo da pesquisa teve como intenção principal o não enrijecimento analítico, sendo que as fontes de dados são de natureza tanto estatística quanto analítica. Desse modo o método de apreciação desses dados não foi único. Sendo assim houve uma flexibilidade de método que não significa ausência do mesmo.

De certa forma o método comparativo foi o que mais esteve presente na dissertação, pois o estudo das diferenças e semelhanças, bem como das disparidades entre variadas divisões territoriais foi um ponto chave da argumentação central da pesquisa. Também a utilização de dados secundários numéricos revela a utilização do método estatístico em várias partes da dissertação. Sendo que a análise não se valeu apenas do atual período da história, mas sim analisado os fatos presentes com olhos no passado, se tem no método histórico uma importante presença na metodologia empreendida na presente pesquisa, principalmente quando se tratou da sociabilidade, onde se utilizou as lentes culturalistas do capital social de Putnam (2006).

Com a intenção de fazer um levantamento do nível e da qualidade do capital social no Corede, decidiu-se realizar um questionário com perguntas fechadas para membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) que é o órgão municipal capaz de aproximar a sociedade civil das discussões sobre o desenvolvimento local e regional. Entrevistas com questões abertas também foram realizadas, estas foram aplicadas com as lideranças de algumas cooperativas existentes no Corede, pois estas representam uma organização formal que só funciona com a presença de confiança, um elemento essencial para qualquer definição de capital social.

Limitações temporais e materiais muito comuns em uma pesquisa de mestrado impediram o levantamento de amostragem da população total do território, sendo assim houve

impossibilidade de recolhimento de amostragem em cima do total da população do Corede Centro Sul, o que seria capaz de apresentar um recorte estatístico da situação do capital social no Corede. Na impossibilidade de levantamento estatístico amostral primário, a pesquisa se ateve aos dados estáticos secundários e a dados não probabilísticos primários capazes de demonstrar mesmo que parcialmente o estoque de capital social do território.

Pesquisas não probabilística têm sido realizadas em várias partes do mundo para avaliar o papel do capital social no desenvolvimento regional. O trabalho *Regional Social Capital in Europe* de 2005 publicado pelo *Eurofound* é um exemplo desse tipo de trabalho, e foi uma das bases metodológica para a realização da pesquisa de campo presente nesta dissertação. A publicação do *Eurofound* (2005) analisa qualitativamente oito regiões da Europa no que diz respeito aos problemas do desemprego e da exclusão social e o papel do capital social nessas regiões. O trabalho deixa claro que há uma dificuldade metodológica para definir e avaliar o conceito de capital social em uma pesquisa empírica: “Given the difficulty in defining and measuring social capital for empirical research, some caution is needed in interpreting the results”¹³ (EUROFOUND, 2005, p.5).

Segundo a pesquisa do *Eurofound*, a análise do papel do capital social em seis regiões de seis diferentes países contemplados aponta que a aplicabilidade do capital social em nível local é muito importante ainda que não explícita. Também o trabalho aponta que mesmo não havendo geralmente ligação empírica causal direta entre capital social e desenvolvimento, o conceito é importante para discussão do desenvolvimento: “While the study is not conclusive in finding empirical links between social capital and patterns of development, especially regional development, it does not mean that social capital is not an important factor in development.”¹⁴ (EUROFOUND, 2005, p.87). A formulação de hipóteses a serem testadas em campo através de questionário não probabilístico é umas das ferramentas metodológicas desta dissertação. Sendo assim o trabalho do *Eurofound* (2005) apresentou ideias tais como o cuidado para além da simples percepção da pura existência de uma rede em um território, mas sua qualidade na promoção do desenvolvimento: “The existence of networks is not so much the issue, but rather the quality and the practice of utilising these networks to further goals or objectives of economic, employment and social development.”¹⁵ (EUROFOUND, 2005, p.89).

¹³ “Dada a dificuldade em definir e medir o capital social para pesquisas empíricas, é necessário algum cuidado na interpretação dos resultados.” (Tradução Nossa)

¹⁴ “Embora o estudo não seja conclusivo na busca de vínculos empíricos entre o capital social e os padrões de desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento regional, isso não significa que o capital social não seja um fator importante no desenvolvimento.” (Tradução Nossa)

¹⁵ “A existência de redes não é tanto a questão, mas sim a qualidade e a prática de utilizar essas redes para atingir metas ou objetivos de econômico, desenvolvimento social e empregos.” (Tradução Nossa)

A não produção de amostras estatísticas quantitativas nesta dissertação não compromete seus objetivos iniciais que se relacionam com as hipóteses previamente estabelecidas. Sendo também que “tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa apresentam diferenças com pontos fracos e fortes” (SILVEIRA; CÓRDOBA, 2009 p.33). A utilização de questionários e entrevistas contempla uma necessidade de ampliar o olhar sobre certos pontos-chave de maneira aguçada, pontos esses que são registrados, analisados, e sua justificativa levantada. Dessa maneira a pesquisa qualitativa tenta não generalizar através de um recorte específico como na quantitativa. Como observou Bachelard: “Com o conhecimento muito geral, a zona de desconhecimento não se resolve em problemas precisos. Em suma, mesmo seguindo um ciclo de *ideias exatas*, percebe-se que a generalidade imobiliza o pensamento [...]” (1996, p.72).

Também outra preocupação tão importante quanto o cuidado da generalização embasadas em coordenadas científicas, foi o do cuidado da neutralidade científica. Ter consciência de que os métodos selecionados tendem a ser científicos e desengajados não significa que existe uma neutralidade prévia embutida no método científico, Bourdieu destaca que a pesquisa é uma condição de relação social:

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. (2008, p.694)

Dessa maneira foi empreendida uma forma de pré-consciência na presente pesquisa, capaz de trata-lá como uma forma de relação social como destacado por Bourdieu (2008) anteriormente, isso no intuito de corrigir certas falhas do pressuposto da neutralidade da ciência. Não quer dizer que as hipóteses iniciais estão comprometidas com pressupostos ideológicos, mas sim que essas hipóteses formuladas *a priori* no projeto de pesquisa fazem parte do mundo real, assim como o objeto de pesquisa, e por isso está imbricado na rede de relações sociais.

Cuidados quanto à generalização das hipóteses dos resultados da pesquisa, bem como do entendimento do próprio papel da pesquisa na sociedade tem por objetivo colocar a atual dissertação como parte da construção do conhecimento científico no campo em que ela se coloca, assim se diferenciando do conhecimento acumulado pelo senso comum.

“A elaboração de hipóteses é fundamental para orientar o processo de pesquisa, para dar um foco à investigação” (ALMEIDA NETO, 2008, p.35). As hipóteses dessa pesquisa são em número três, sendo duas relacionadas ao que compreende o conceito de capital social e outra com relação à participação cívica.

- a) há relação de melhor desempenho socioeconômico entre os municípios com maior acumulado de cooperação e qualidade das redes sociais;
- b) a urbanização e o aumento da criminalidade como possíveis vetores para o decréscimo do estoque de capital social em alguns municípios do Corede;
- c) o baixo desempenho da política institucional do Corede dado o baixo espírito participativo dos cidadãos e do pequeno papel dos Comudes na agenda de desenvolvimento regional.

4.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

Optou-se por realizar entrevistas com as lideranças das cooperativas em razão dessas organizações terem várias naturezas e histórias distintas. As cooperativas são resultado da atividade da sociedade de maneira espontânea, ou norteada por políticas públicas, o que deixa suas características mais heterogêneas se comparada aos Comudes que são resultado de uma institucionalização legal.

Alguns cuidados prévios foram tomados ao se iniciar a pesquisa para não colocar o entrevistado em posição que se sinta prejudicado ou pressionado pelo entrevistador, o que pode prejudicar as repostas da entrevista. Um desses cuidados está na abordagem e explicação da pesquisa como algo desengajado politicamente e que tende a contribuir para o conhecimento científico: “É importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando-lhe caráter confidencial de suas informações. Criar um ambiente que estimule e que leve o entrevistado a ficar à vontade [...]” (LAKATOS; MARCONI, 1986, p.174).

De importante relevância para uma pesquisa bem realizada, é a estipulação do tempo de entrevista, local, circunstâncias e o ordenamento lógico do roteiro de entrevista. O tipo de pesquisa realizada nesta dissertação é o que Lakatos e Marconi (1986) denominaram de “padronizada” onde o entrevistador segue um cronograma pré-estabelecido sem a margem para aberturas de apartes nas perguntas como ocorre na entrevista “não estruturada”. Essa padronização permite uma maior objetividade na leitura dos dados e diminui os riscos de dispersão dos objetivos iniciais do roteiro de entrevista. Foram realizadas seis entrevistas em seis cooperativas nos municípios de Tapes, Sertão Santana, Camaquã e Dom Feliciano.

Também a pesquisa da presente dissertação realizou uma entrevista aberta tendo como pauta as políticas de diversificação da agricultura no Corede, tendo como foco a cooperativa agropecuária de Sertão Santana que está ligada ao projeto de diversificação do tabaco. Essa entrevista foi com um representante da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e teve características de uma conversa informal onde os pontos chave do diálogo foram anotados no diário de campo. Entrevistas abertas permitem aprofundar e elaborar questões a partir de repostas, e, portanto é rica para descobrir temas que acabam nascendo no próprio transcorrer da entrevista. Mas como destaca Duarte e Barros, sobre entrevistas abertas: “Uma das dificuldades é que o pesquisador deve ter afiada capacidade de manter o foco e garantir a fluência e a neutralidade” (2010, p.65). O foco da entrevista foi o PTDRS do Território Centro Sul (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável), esse plano foi um trabalho do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em parceria com a secretária estadual de agricultura e Emater, visava a estruturação do desenvolvimento rural do território e políticas públicas do gênero agrícola .

Como não se tinha muito conhecimento sobre a publicação do PTDRS da região Centro Sul bem como de seus resultados que chegou a gerar recursos para a construção de uma agroindústria cooperada, foi optado o modelo de entrevista aberta, que acaba não restringindo informações importantes que nascem no decorrer da entrevista e que servem para elencar informações e hipóteses não levantadas previamente.

4.2 QUESTIONÁRIO

Nos Comudes dos 17 municípios que compõe o Corede Centro Sul foi realizado o envio de um questionário para o presidente ou liderança dessa organização, o questionário inquiria sobre alguns dados básicos do entrevistado em uma primeira parte, em seguida o questionário apresentava uma série de questões sobre a percepção das características cívicas, de associativismo e confiança dos concidadãos dos entrevistados e também avaliava a participação da sociedade nos processos decisórios do Comude. Como os Comudes são uma instituição formalizada por lei, e fazem parte do funcionamento formal de um Corede, a padronização e objetividade contida em um questionário são ideais para colocar em perspectiva o Comude. Todas as perguntas do questionário foram fechadas, elas tiveram por objetivo avaliar o perfil dos presidentes dos Comudes e posteriormente examinar o estoque de capital social e sua qualidade, isso se buscando saber sobre o ambiente social que o entrevistado está inserido e sua visão de mundo, e mais importante, subjetivamente como o

entrevistado encara que seus pares se comportem com questões que envolvem confiança e civismo. Mas como destaca Laville e Dionne:

De fato, nem sempre é possível que esse pesquisador julgue conhecimentos do interrogado e o valor das respostas fornecidas: um interrogado pode escolher uma resposta sem realmente ter opinião, simplesmente porque ele sente-se compelido a fazê-lo [...] (1999, p.185).

Desse modo, conforme ponderado na citação anterior, o pesquisador não tem como saber se existe algum motivador que faça com o entrevistado responda a pergunta em desacordo com aquilo que ele considera real.

4.3 OBSERVAÇÕES

O funcionamento e dinâmica do Corede Centro Sul enquanto instituição política e administrativa e não só territorial foi foco da presente pesquisa, então para melhor compreender essa dimensão do Corede se optou por participar enquanto observador de reuniões do Conselho Regional de Desenvolvimento Centro Sul, essas reuniões tiveram assunto variado e aconteceram nos municípios de São Jerônimo, Butiá, Tapes, Camaquã, Sertão Santana e Barra do Ribeiro. Totalizaram-se sete observações em sete reuniões do Corede.

O tipo de observação empreendida foi o que Lakatos e Marconi (1986) nomeiam de observação assistemática, onde o observador não estrutura sua observação de maneira prévia, mas parte para captar os pontos importantes que vão surgindo do universo em observação.

As observações realizadas foram importantes no sentido de se avaliar o teor do debate em torno do desenvolvimento regional e perceber o papel da sociedade civil e dos Comudes nessas reuniões. Embora o foco da análise é o Corede enquanto divisão geográfica, política e administrativa não se deixou de observar a dimensão institucional do conselho que está ligada às outras esferas do território.

4.4 INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO NA ENCRUZILHADA?

A impossibilidade da realização de uma pesquisa quantitativa com cálculo amostral no intuito de coletar dados sobre o estoque de capital social do Corede Centro Sul acabou por limitar de certo modo os objetivos dessa dissertação de mestrado que poderia ter abrangido de maneira mais precisa os indicadores de capital social através de uma pesquisa de método

quantitativo. No entanto, a aplicação de pesquisa qualitativa através de questionários e entrevistas, bem como observações de campo agregadas a dados quantitativos secundários foi capaz de observar aspectos importantes que são adequados para dimensionar o papel do capital social, mas não sua intensidade em padrões numéricos em uma escala geo-espacial de maneira precisa, mas apenas relativa.

A pesquisa de campo contou com a aplicação de 17 questionários, um para cada presidente ou liderança dos Comudes de cada município do Corede, e 06 entrevistas com lideranças das cooperativas e uma entrevista com um técnico da Emater, e mais 07 observações realizadas em alguns encontros do Corede Centro Sul em diferentes municípios do território. O resultado dessa bateria de pesquisas qualitativas é uma espécie de termômetro setorial que avaliou a perspectiva das lideranças dos Comudes através de questionário, pois o Comude é o órgão que liga o município ao Corede, esses dois órgãos estão ligados por uma espécie de cordão umbilical que da vitalidade na interação local e regional do território. Já as entrevistas nas cooperativas tentam avaliar um recorte das características do associativismo do território Corede Centro Sul, e do papel do Corede enquanto instituição no funcionamento dessas organizações cooperadas. As entrevistas revelam o olhar do observador sobre seu campo, através de um jogo dialético entre ponto de vista objetivo e subjetivo. Já as observações atentam para o papel institucional do Corede, sem perder de vista o caráter territorial e a participação da sociedade civil nos mecanismos do Corede.

Fukuyama (2000, p.28) entende que o capital social pode ser “definido como um conjunto de valores e normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles.” Desse modo a participação em cooperativas e consultas populares, ou indicadores de quebras de confiança social como criminalidade e divórcio podem indicar o estado ou nível do capital social. Para Fukuyama (2000) existe uma relação inversa entre aumento de criminalidade e de divórcios e diminuição proporcional de capital social, na medida em que “o individualismo virtude básica das sociedades modernas, começa a mudar, passando da orgulhosa auto-suficiência de pessoas livres para uma espécie de egoísmo fechado.” (FUKUYAMA, 2000, p.58) Esse egoísmo fechado que constitui fundamentalmente um declínio de confiança e cooperação, vai minando as relações sociais fazendo desaparecer certos valores individuais que são substituídos por valores egoístas.

Embora a narrativa de Fukuyama em *A Grande Ruptura* (2000) pareça um tanto conservadora, ela é pontual ao analisar os rumos do capitalismo para além da esfera econômica, chegando às relações entre os indivíduos, principalmente relações de confiança. Fukuyama (2000) considera que o mesmo processo econômico da pós-industrialização e do

individualismo que cede lugar ao egoísmo tem diferentes resultados em lugares diferentes. O peso do endógeno e de características marcantes das sociedades nacionais pesa e pesa muito, nesse processo de mudança de valores globais trazidos por Fukuyama (2000). O Japão que passou por um intenso processo de desenvolvimento e modernização econômica após a segunda grande guerra está sofrendo quedas abruptas na criminalidade ao passo que países como o Brasil também de desenvolvimento tardio com uma intensificação industrial também a partir do pós-guerra, têm um aumento exponencial da criminalidade. Segundo matéria publicada pelo G1 em novembro de 2016, os índices de criminalidade no Japão estão em queda há 13 anos. “Em relação a 2014, o total de crimes caiu mais de 9%. Os homicídios ficaram abaixo de mil, uma redução de 11,5%. Isso significa que, enquanto o Brasil possui uma taxa de homicídios de 27 vítimas para cada 100 mil habitantes, no Japão a mesma taxa é de 0,73.” (POLICIAIS..., 2016).

O exemplo da queda de criminalidade no Japão contemporâneo mostra que as mudanças de costumes e valores geradas pela era pós-industrial e que se afirma na substituição do individualismo liberal pelo egoísmo, o que Fukuyama (2000) chama de “a grande ruptura” tem consequências diferentes, em distintas situações, porque velhas estruturas tendem a persistir, assim fazendo com que elementos endógenos, sejam capazes de influenciar no destino das sociedades.

O desrespeito pelas leis formais tanto pelos bandidos de “colarinho branco” que fazem parte do estamento político e que se locupletam nas sombras das empresas do Estado e privadas, ou tanto os criminosos comuns que desrespeitam diariamente os pactos sociais através da perpetuação da criminalidade e do medo, acabam revelando uma sociedade totalmente sustentada pela desconfiança interpessoal e nas instituições públicas.

Mesmo que as mudanças trazidas pela pós-industrialização e a entrada da era das comunicações sejam globais e podem uma causar uma “grande ruptura”, as consequências fazem se sentir de maneira diferente localmente. Nesse ínterim de mudança social, o capital social acaba se tornando mais complexo de se analisar.

Há uma outra abordagem alternativa. Em vez de medir o capital social como valor positivo, poderá ser mais fácil medir sua *ausência* por meio de medidas tradicionais de deficiência social como índices de criminalidade, famílias desfeitas, uso de drogas, litígios, suicídios e evasão fiscal. Supõe-se que o capital social reflete a existência de normas cooperativas, então o afastamento dos padrões sociais reflete a falta de capital social. (FUKUYAMA, 2000, p.34)

A citação anterior de Fukuyama (2000) revela os problemas metodológicos de se medir o capital social dado a dificuldade da realização de pesquisas amostrais que realmente

pautem o tema, e a complexidade do conceito de capital social em um mundo de modificações tão rápidas, geradas pelas tecnologias da informação. O capitalismo se encontra sem dúvidas em um novo estágio, onde aferir o capital social não é uma tarefa fácil.

O Corede Centro Sul passou por algumas modificações na estrutura econômica principalmente a partir do fortalecimento das agroindústrias de arroz e do complexo fumo e soja que cresceram consideravelmente a partir do início dos anos 1990 no caso do fumo e do arroz, e a soja a partir dos anos 2000. O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 é o período em que ocorre grande parte das emancipações políticas dos municípios com menor densidade demográfica do território.

Mas o ponto fundamental é o quanto basicamente o capital social é capaz de influenciar no processo de desenvolvimento no Corede Centro Sul, dado que o capital social não é o único vetor capaz de influenciar no processo de desenvolvimento, pois não há monocausalidade em fatos sociais como ensinou Max Weber. Se apropriar o quanto que as mudanças econômicas e culturais pela qual passa o mundo globalizado afetaram o Corede Centro Sul, ou seja, se está ocorrendo algo relacionado a uma tendência de desvio de padrão moral nomeada por Fukuyama (2000) como a grande ruptura? E o quanto as características marcantes da nossa sociedade que tem seu exemplo mais marcante no personalismo político brasileiro e na desconfiança de órgãos plurais como o congresso, apresentadas no tópico sobre capital social e democracia no Brasil, estão presentes no território em estudo. Embora essas perguntas não estejam dentre as questões norteadoras desta dissertação, e nem pretende ser respondida ao longo desse estudo, elas são de suma importância para elucidar certas características do papel do capital social ao longo do estudo, e abre janelas para pesquisas futuras.

4.4.1 Analisar o desenvolvimento e suas variáveis

Conforme se viu na parte inicial e no terceiro capítulo desse trabalho, o Corede Centro Sul se comparado com os outros Coredes gaúchos apresenta um histórico de desvantagens quanto aos indicadores de desenvolvimento. Em 2012 o Corede Centro Sul teve o menor Idese dos Coredes gaúchos, em 2013 o território melhora sua posição, mesmo assim ficando apenas na frente do Corede Sul, também situado na metade sul do estado.

Analisando individualmente a dinâmica social e econômica dos municípios que compõe o Corede Centro Sul, a primeira característica que se percebe é a persistência de baixos indicadores socioeconômicos de alguns municípios de baixa densidade demográfica e

pouco urbanizados. Conforme já foi apontado no terceiro capítulo deste trabalho através da tabela 5, os municípios de Sentinela do Sul, Chuvisca, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul e Dom Feliciano tem a pior média de Idese, entre os anos 2007 e 2013, dos municípios com população rural superior a 75% do total da população. Todos esses municípios citados possuem Idese inferior a 0,63. Os municípios com população rural inferior a 75% que possuem uma média de Idese (2007-2013) menor que 0,63 são: Butiá, Arroio dos Ratos, Cristal e Barra do Ribeiro. Mas os dois municípios com menor média são Cerro Grande do Sul (0,58) e Dom Feliciano (0,55) respectivamente, ambos com população rural superior a 75% do total de habitantes. Dos municípios de população rural superior a 75% com uma média de Idese maior que 0,63 para o mesmo período são apenas Mariana Pimentel e Sertão Santana. Dos municípios de população urbana superior a 75 % são Charqueadas, Camaquã, São Jerônimo, Arambaré, Tapes e Minas do Leão a atingirem uma média de Idese superior a 0,63. Os dois melhores municípios são Charqueados (0,73) e Sertão Santana (0,68). Esses dados estão de maneira crescente na tabela 5.

Mas se tratando do Idese para o mesmo período (2007-2013) considerando apenas o indicador saúde, os municípios com população rural superior a 75 % têm os melhores indicadores. Os oito últimos do ranking com Idese saúde inferior a 0,80 são todos municípios com população rural inferior a 75%. Nenhum dos sete municípios do Corede com população rural superior a 75 % obteve média de Idese saúde menor que 0,80. No entanto os únicos municípios com população urbana maior que a rural a ter Idese saúde maior que 0,80 são Charqueadas e Barra do Ribeiro.

No Idese em sua modalidade educação, se pode perceber que a média para o período 2007-2013 (tabela 5) coloca a maioria dos municípios com população rural superior a 75% em desvantagem com relação aos municípios mais urbanos do Corede. Com Idese inferior a 0,50 estão os municípios de Chuvisca, Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo, Cristal e Dom Feliciano. Dos municípios do Corede com população rural inferior a 75% com Idese educação menor que 0,50 temos apenas Cristal. Os dois melhores colocados nessa modalidade são Charqueadas (0,70) e Sertão Santana (0,63), os dois piores são Cristal (0,44) e Dom Feliciano (0,42).

Também no que diz respeito a média do Idese renda entre os anos 2007 e 2014 há uma preponderância nas melhores colocações dos municípios com população rural inferior a 75%, com exceção de Sertão Santana que obteve uma média de 0,63 perdendo apenas para o Charqueadas com 0,70. Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo e Dom Feliciano ficaram ocupando os últimos lugares do ranking, mesmo assim o quesito renda é muito baixo para

todos os municípios do Corede, se comparado ao estado que tem uma média de Idese de 0,712 para o mesmo período (2007-2013).

A única modalidade de Idese em que a maioria dos municípios com predominância de moradores no campo se saiu melhor foi no bloco saúde. A maioria desses municípios possui pouca população o que explica a melhor qualidade dos serviços de atendimento de saúde público, como também a hipótese da melhor qualidade de vida no campo. Mas os indicadores de educação rebaixam os municípios com população rural mais preponderante, uma das variáveis desse acontecimento é a longevidade das pessoas que vivem campo, mas que não tiveram acesso à alfabetização e assim acabam contando negativamente no bloco educação do Idese e positivamente no bloco saúde.

Já o indicador médio de renda (2007-2013) do Idese revela uma pulverização maior ao longo do ranking entre os municípios rurais e urbanos do Corede. A baixa industrialização de municípios com população rural inferior a 75% como Barra do Ribeiro, Butiá e Arroio dos Ratos acaba colocando esses municípios com uma média inferior a 0,53. Mas o que chama atenção analisando o Idese de 2012 e 2013 separadamente, e sua média entre os anos 2007 e 2013 dos municípios do Corede Centro Sul é o aparecimento dos municípios de Charqueadas e Sertão Santana sempre nos primeiros lugares do ranking, tendo assim os melhores indicadores dentre os dezessete municípios, e o aparecimento sempre em último lugar em todos os indicadores exceto na média do Idese saúde.

A maioria dos municípios que possuem uma média baixa de Idese nos blocos renda e educação são os maiores produtores de fumo do Corede. O trabalho no fumo exige mão de obra braçal e de maneira sazonal, o que desfavorece a criação de uma força de trabalho vinculada de maneira formal ao produtor de tabaco. A não exigência de níveis de escolaridade e a informalidade do trabalho nas lavouras de fumo concorrem para os baixos indicadores de Idese nos municípios produtores de fumo. O município de Camaquã é o maior produtor de fumo do Corede, no entanto não está entre os piores municípios do Corede no que diz respeito ao Idese saúde e educação, mas Camaquã, é o maior produtor e beneficiador de arroz do Corede e, possui um amplo parque industrial e setor de serviços, sendo assim a importância da economia do fumo não impacta Camaquã tanto como Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo e Dom Feliciano. Mas comparando Camaquã com os maiores produtores de fumo do Corede que são respectivamente Dom Feliciano, Chuvisca, Cerro Grande do Sul e Barão do Triunfo possuem economias altamente dependentes da produção de fumo, o que não acontece com Camaquã.

A taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos em Dom Feliciano é bastante expressiva, em 2000 representava mais de 15,5 % do total da população e em 2010 caiu apenas para 12,2 % ficando assim o município com maior taxa de analfabetismo do Corede. O melhor indicador possui Charqueadas com 4,7 % em 2010.

A mortalidade infantil também é um fator de análise importante para o desenvolvimento, nos municípios do Corede, sua dinâmica revela peculiaridades locais. Embora em 2012 Dom Feliciano apareça com um pouco mais de 6 mortes a cada mil nascidos vivos, se realizarmos uma média de 1994 a 2012 da taxa de mortalidade infantil, esse número fica o mais alto dos municípios do Corede com relação ao mesmo período, ou seja mais de 21 mortes a cada mil nascidos vivos. A menor média de mortalidade infantil fica com Sertão Santana com um pouco mais de 8 para cada mil nascidos vivos. Ressaltando que esse último município erradicou completamente a mortalidade em 2012, mas em 1994 era o município com maior taxa de mortalidade infantil do Corede mais de 46 mortes a cada mil nascidos vivos (ver gráfico 6, p.68).

Levando em conta a análise dos dados do Idese (usados neste trabalho) com relação aos municípios do Corede Centro Sul se pode levantar a suposição que o município de Charqueadas é o mais desenvolvido juntamente com Camaquã e São Jerônimo, entre os municípios mais urbanizados do Corede. Dos municípios com preponderância de população rural se destacam pelo alto nível de Idese Sertão Santana e Mariana Pimentel. Ressalta-se que os municípios com pior indicador de Idese são municípios com predominância de população rural: Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo e Sentinela do Sul.

A análise dos dados do Idese não tem o objetivo de tipificar os municípios do Corede como desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois o escopo dessa dissertação não dá conta de tal complexidade, por se considerar o desenvolvimento como um processo mais amplo, que não pode ser detectado completamente por dados quantitativos. O objetivo da utilização do Idese e de outros indicadores de desenvolvimento tem a finalidade de apenas responder a questão de pesquisa; Da relação entre capital social e desenvolvimento, e assim contribuir cientificamente para a agenda de pesquisa sobre o tema sem estabelecer simplificações. O Idese é um indicador que vai ao encontro com o que Sen (2000) considera desenvolvimento por avaliar fatores para além do econômico, no entanto esse indicador não dá conta de analisar especificamente todas as variáveis que compõem o processo de desenvolvimento.

4.4.2 Possíveis Indicadores de Capital Social

Como se viu no segundo capítulo desta dissertação, o capital social é reconhecido como uma forma de capital não econômico capaz de ser um dos vetores responsáveis pelos níveis de desenvolvimento das sociedades.

Realizou-se um levantamento dos indicadores que podem auferir o capital social nos municípios do Corede Centro Sul. Por conseguinte esse tópico se aterá a análise comparativa dos municípios que compõe o Corede Centro Sul, e assim se analisar o papel do capital social no território através de dados qualitativos primários e quantitativos secundários.

Os baixos níveis de Idese e de outros indicadores de desenvolvimento do Corede Centro Sul e da metade sul do RS, levaram a especulações que concebem a região sul do estado como pobre e carente de confiança e civismo. Mas a pesquisa de César e Bandeira (2001) realizada em meados dos anos 2000, por encomenda do legislativo estadual acabou por mostrar que as diferenças quanto ao capital social e até mesmo o dinamismo econômico não segue um padrão duplamente dividido entre sul pobre e carente de sociabilidade, e norte rico e com densas redes de sociabilidade, mas que existem diferenças internas nas macrorregiões.

Mesmo considerando que existam diferenças internas nas macrorregiões gaúchas e que a divisão sul e norte do estado é incompleta, para fins explicativos os autores tiram a seguinte conclusão de seu estudo quantitativo macrorregional:

Os dados relativos às variáveis relacionadas com o capital social mostraram que o Norte tem na cultura associativa uma de suas principais “vantagens competitivas”. O Sul, por outro lado, precisará superar as dificuldades derivadas de sua debilidade quanto a esse tipo de característica, para que possa encontrar com maior facilidade os rumos do desenvolvimento. (CÉSAR; BANDEIRA, 2001, p.60)

A visão da cultura associativa como uma vantagem competitiva no norte gaúcho ao passo que o sul é caracterizado como débil nesse quesito, não é uma análise regional, mas macrorregional, seguindo essa lógica do baixo associativismo do sul gaúcho, se tentará ver as diferenças quanto a relação entre capital social e desenvolvimento no Corede Centro Sul, um pedaço territorial do sul ou metade sul do estado. Mas diferente de uma análise macrorregional quantitativa como foi aplicado no estudo de César e Bandeira (2001), o presente trabalho avalia qualitativamente o capital social em uma dada região.

Como se viu no segundo capítulo desta dissertação, que na falta de indicadores primários de capital social, Fukuyama (2000) sugere a utilização de indicadores secundários que são capazes de revelar a falta de capital social. Dentre esses indicadores estão a criminalidade e os índices de divórcios e separações judiciais. Mesmo que essa análise

sugerida por Fukuyama (2000) possa ser encarada como dúbia ou muito genérica, acredita-se que esses indicadores podem revelar ao menos tendências locais sobre capital social se for avaliado o contexto desses indicadores.

Em um levantamento feito por Mariani (2010), acerca dos anos 2000 a 2008 sobre o padrão espacial da criminalidade dos municípios gaúchos, se filtrou algumas informações sobre os municípios do Corede Centro Sul. Tapes ocupou o décimo nono lugar dos cinquenta municípios gaúchos com maiores taxas de furto e roubo, Camaquã o trigésimo terceiro lugar e Barra do Ribeiro trigésimo quarto, e São Jerônimo o quadragésimo primeiro lugar. Mas nenhum dos municípios do Corede Centro Sul fulgura entre os cinquenta municípios com as mais altas taxas de homicídio. Camaquã também foi destaque na ocorrência e roubo de veículos ficando em vigésimo nono lugar no ranking estadual. (Dados correspondentes à média entre os anos 2000 - 2008).

QUADRO 3 - Total de ocorrências policiais entre os anos de 2005 e 2009 nos municípios do Corede Centro Sul

Segurança					
Municípios	Total de Ocorrências				
	2005	2006	2007	2008	2009
Arambaré	199	258	265	106	75
Arroio dos Ratos	895	903	825	375	318
Barão do Triunfo	311	242	260	95	107
Barra do Ribeiro	748	907	851	239	228
Butiá	1.106	1.221	1.123	437	559
Camaquã	4.769	4.619	4.202	2.153	1.919
Cerro Grande do Sul	501	520	421	148	155
Charqueadas	1.977	2.119	2.132	698	757
Chuívisca	198	193	187	62	68
Cristal	285	264	250	65	72
Dom Feliciano	664	717	664	202	232
Mariana Pimentel	202	195	183	73	62
Minas do Leão	327	347	311	81	75
São Jerônimo	1.612	1.645	1.825	895	634
Sentinela do Sul	189	238	195	83	118
Sertão Santana	204	165	181	69	63
Tapes	1.380	1.601	1.634	807	604

Fonte: MARIANI, 2010. Elaborado pelo autor (2017).

Também segundo o mesmo autor (MARIANI, 2010), entre os anos 2000 e 2008 a taxa de furto e roubo de veículos colocou o Corede Centro Sul no décimo primeiro lugar do ranking entre os 28 Coredes. Sendo que no ano de 2000 o Centro Sul teve sua pior taxa para o período em questão, ficando em sétimo lugar no ranking naquele ano. Já no índice de furto e roubo o Corede Nordeste teve o menor índice e o Litoral o pior. A pesquisa também aponta que o homicídio é um problema para o Corede Centro Sul o colocando em décimo sétimo lugar entre os 28 Coredes.

Analisando o total de ocorrências policiais dos anos 2002 até 2015 nos municípios do Corede Centro Sul nas seguintes modalidades, se acaba por ter uma ideia da dinâmica da violência no território:

- a) delitos relacionados com armas e munições;
- b) delitos relacionados a corrupção;
- c) entorpecentes (posse);
- d) entorpecentes tráfico;
- e) estelionato;
- f) extorsão;
- g) extorsão mediante sequestro;
- h) furto de veículo;
- i) homicídio doloso;
- j) furtos;
- k) latrocínio;
- l) roubo de veículo;
- m) roubos.

Camaquã concentra cerca de 25 % do total da população do Corede segundo o censo de 2010, e concentrou cerca de 33 % do total de ocorrências entre os anos 2002 e 2015. Também é destaque que Camaquã é o município maior em extensão territorial e concentra a maior população dentre os dezessete municípios do Corede com mais de sessenta e cinco mil habitantes. Já Charqueadas o segundo maior município do Corede concentrado praticamente 14 % da população do Corede em termos populacionais e apresenta 12 % das ocorrências policiais para o mesmo período (2002-2015). São Jerônimo e Tapes ambos concentraram praticamente 10 % do total de ocorrências ao longo desses 13 anos. O primeiro possui cerca de 9% da população do território e o segundo 7%.

Camaquã no que diz respeito a roubo de veículo respondeu por mais de praticamente 57% do total desse tipo de total de ocorrência em todo o Corede no período 2002-2015.

De acordo com as 13 modalidades de crime enunciadas nesse tópico que vão de A à M, somou-se o total de ocorrências presentes nessas modalidades para o ano de 2010, e se dividiu pelo número de habitantes de cada município tendo em vista o censo de 2010, para assim se obter um número per capita de crimes por município, para aquele ano censitário.

TABELA 8- Número total de ocorrências per capita nas 17 modalidades em 2010

Municípios	Índice
Camaquã	0,0321454
São Jerônimo	0,0315803
Tapes	0,0315112
Arambaré	0,024165
Butiá	0,236205
Mariana Pimentel	0,0236199
Sentinela do sul	0,0194305
Charqueadas	0,0192242
Arroio dos Ratos	0,0168308
Cerro Grande do Sul	0,0166536
Barra do Ribeiro	0,0147947
Chувиска	0,0147653
Dom Feliciano	0,0143949
Barão do Triunfo	0,0131091
Sertão Santana	0,0123076
Minas do Leão	0,012056
Cristal	0,0116758

Fonte: FEE. Elaborado pelo autor (2017).

Percebe-se que os municípios com população rural inferior a 75 % do total de habitantes á liderar o ranking per capita de criminalidade são Camaquã, São Jerônimo, Tapes e Arambaré, este último apareceu como o quarto município com índice de criminalidade maior por habitante para o ano 2010, muito embora seja o município com menor população do Corede, com menos de quatro mil habitantes.

O estado do RS apresentou um índice de criminalidade per capita de 0,0275802. Os municípios de Camaquã, São Jerônimo e Tapes são os únicos municípios do Corede a ultrapassar a média estadual. O Corede Centro Sul obteve o índice per capita de 0,03220276 um número elevado se comparado ao RS.

Considerando o estudo estatístico de Monteiro (2009) sobre a criminalidade no RS temos uma subdivisão dos municípios gaúchos em três *clusters*; de baixa criminalidade, média criminalidade e alta criminalidade. O autor também considera os 13 indicadores (A-M) como os indicadores de criminalidade, porém do período de 2005 a 2008. Sob essa lógica filtrou-se os municípios do corede Centro Sul segundo a classificação dos *clusters* de Monteiro.

No cluster de alta criminalidade enquadrou-se Camaquã, São Jerônimo e Tapes. No grupo de média criminalidade se tem Arambaré, Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Butiá, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Mariana Pimentel e Minas do Leão. No *cluster* de baixa criminalidade; Barão do Triunfo, Sertão Santana, Chувиска e Cristal.

Não foi realizado nenhum trabalho estático de maneira primária sobre criminalidade nesta dissertação apenas uma análise percentual ao longo do período 2002 -2015 e um cálculo da criminalidade total per capita para o ano do censo de 2010. Mesmo assim os dois trabalhos estáticos sobre o tema de Mariani (2010) e Monteiro (2009) corroboram que o nível de criminalidade não é um fator que tem como único vetor densidade demográfica e urbanização. Municípios como Arambaré, Sentinela do Sul e Cerro Grande do Sul acabam mostrando, que mesmo com populações pequenas e baixa densidade demográfica, o nível de criminalidade pode ser elevado, esses três municípios são mais violentos que o segundo município mais populoso do corede, Charqueadas.

Não existem números de divórcio e separações judiciais por município, mas apenas em comarcas regionais do Corede e que abrangem municípios fora do Corede Centro Sul, deste modo fica difícil e dispendioso levantar esse tipo de dado, por isso optou-se por não fazer um levantamento do número de divórcios e separações judiciais dos municípios do Corede Centro Sul, conforme sugerido na análise de Fukuyama (2000).

Na ausência de uma pesquisa estatística sobre os níveis de participação e civismo se resolveu avaliar a participação da população na consulta popular nos municípios do Corede. A consulta popular é um mecanismo de participação da população sobre a aplicação de recursos estaduais. Esse mecanismo de participação é realizado e organizado pelos Coredes em parceria com os municípios.

TABELA 9 – Número de eleitores nas consultas populares nos municípios do Corede Centro Sul

MUNICÍPIO	2011	2012	2013	2014	2015
Arambaré	229	265	417	294	320
Arroio dos Ratos	3.238	2.958	2.189	2.187	1.092
Barão do Triunfo	683	348	905	914	343
Barra do Ribeiro	589	78	751	1.077	344
Butiá	4.635	3.710	4.016	3.681	1.996
Camaquã	3.058	2.377	4.138	3.345	2.643
Cerro Grande do Sul	729	548	650	973	609
Charqueadas	1.225	1.385	1.153	1.729	972
Chувиска	380	615	369	274	111
Cristal	682	943	1.082	1.808	697
Dom Feliciano	639	674	762	1.370	612
Mariana Pimentel	661	674	548	614	452
Minas do Leão	449	518	926	1.530	294
São Jerônimo	2.954	2.453	3.645	4.309	3.329
Sentinela do Sul	174	447	446	588	178
Sertão Santana	968	712	783	834	531
Tapes	1.355	1.231	747	673	344
Total	22.652	19.936	23.527	26.200	14.867

Fonte: Corede Centro Sul. Elaborado pelo autor (2017).

A média de crescimento no orçamento participativo da consulta popular revelam oscilações negativas na maioria dos municípios do Corede, mas não se conseguiu enxergar uma relação positiva entre nível de participação nesse tipo de consultas popular e nível de desenvolvimento sócio- econômico. A tabela anterior (tabela 9) mostra o número de eleitores nas consultas populares nos municípios do Corede para o período 2011/2015. A próxima tabela apresenta a variação percentual para o mesmo período.

TABELA 10 - Variação percentual dos eleitores nas consultas populares dos municípios do Corede Centro Sul

Município	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Média
Arambaré	15,72	57,32	-29,5	8,84	13,095
Arroio dos Ratos	-8,65	-26	-0,09	-50,07	-21,2025
Barão do Triunfo	-49,05	160,06	0,99	-62,47	12,3825
Barra do Ribeiro	-86,76	862,82	43,31	-68,06	187,8275
Butiá	-19,96	8,25	-8,34	-45,78	-16,4575
Camaquã	-22,27	74,08	-19,16	-20,99	2,915
Cerro Grande do Sul	-24,83	18,61	49,69	-37,41	1,515
Charqueadas	13,06	-16,75	49,96	-43,78	0,6225
Chувisca	61,84	-40	-25,75	-59,49	-15,85
Cristal	38,27	14,74	67,1	-61,45	14,665
Dom Feliciano	5,48	13,06	79,79	-55,33	10,75
Mariana Pimentel	1,97	-18,69	12,04	-26,38	-7,765
Minas do Leão	15,37	78,76	65,23	-80,78	19,645
São Jerônimo	-16,96	48,59	18,22	-22,74	6,7775
Sentinela do sul	156,9	-0,22	31,84	-69,73	29,6975
Sertão Santana	-26,45	9,97	6,51	-36,33	-11,575
Tapes	-9,15	-39,32	-9,91	-48,89	-26,8175
TOTAL	-11,99	18,01	11,36	-43,26	-6,47

Fonte: Corede Centro Sul. Elaborado pelo autor (2017).

Não se percebe tendência direta de crescimento ou decréscimo linear da participação na consulta popular da maioria dos municípios do Corede. Mas há municípios que oscilaram muito o nível de participação como Barra do Ribeiro que chega a passar de 589 votantes para 78 na relação 2011/2012. O município de Tapes foi o único a decrescer o número de votantes gradualmente no período de 2011 á 2015.

A próxima tabela mostra a votação na consulta popular em 2015 correlacionada com o número de eleitores em cada município do Corede Centro Sul. O primeiro lugar do ranking ocupado por São Jerônimo onde mais de 20% do total de eleitores compareceu a consulta popular. O último lugar esta ocupado por Tapes onde apenas 2,58 % do total de eleitores compareceu nas urnas da consulta.

TABELA 11 - Consulta Popular 2015 – Orçamento – 2016 (número de eleitores/ comparecimento no OP)

Município	V.Presencial	V. Inte.	Total	Nº Eleitores	% Vot	Rank
ARAMBARÉ	319	1	320	2.844	11,25	6º
ARROIO DOS RATOS	1.079	12	1.092	10.794	10,12	7º
BARÃO DO TRIUNFO	319	24	343	5.038	6,81	9º
BARRA DO RIBEIRO	333	11	344	10.850	3,17	15º
BUTIA	1983	13	1.996	16.637	12	4º
CAMAQUÃ	2.541	102	2.643	49.997	5,29	11º
CERRO G. DO SUL	598	11	609	7.150	8,52	8º
CHARQUEADAS	723	249	972	24.213	4,01	14º
CHUVISCA	109	2	111	3.791	2,93	16º
CRISTAL	686	11	697	5.685	12,26	3º
DOM FELICIANO	610	2	612	10.685	5,73	10º
MARIANA PIMENTEL	414	38	452	3.127	14,45	2º
MINAS DO LEÃO	290	4	294	6.368	4,62	12º
SÃO JERÔNIMO	2.969	360	3.329	16.151	20,61	1º
SENTINELA DO SUL	157	21	178	4.311	4,13	13º
SERTÃO SANTANA	529	2	531	4.591	11,57	5º
TAPES	280	64	344	13.332	2,58	17º
TOTAL	13.939	928	14.867	195.564	100	
% sobre total votação	93,76	6,24	100			

Fonte: Corede Centro Sul. Elaborado pelo autor (2017).

Em 2014, votaram 1.315.93 pessoas na consulta popular, desses apenas 225.751 foram votações através da internet, mais de um milhão de pessoas votaram no sistema presencial. Em 2015 apenas 565.558 pessoas participaram da consulta dos quais apenas 121.797 foram votações online. Deste modo se percebe uma baixa geral na participação no estado para o período de 2014/2015 para a consulta popular.

A Consulta Popular pode ser encarada como uma forma de participação democrática direta da população sobre uma parcela dos investimentos públicos, muito embora o valor destinado à consulta popular seja uma fatia pequena do total do orçamento dos recursos públicos do estado.

A pouca divulgação dos municípios e dos Comudes sobre a importância da votação na consulta popular bem como as datas e locais de votação, são fatores que contribuem para a baixa participação da população nesse mecanismo democrático e sua oscilação abrupta de comparecimento entre um ano e outro. O pouco interesse dos municípios na divulgação da CP (Consulta Popular) é motivado de certo modo pela demora da liberação dos recursos escolhidos por área de aplicação nesse mecanismo. Na consulta popular de 2014, com vistas para aplicação de recursos em 2015, o Corede Centro Sul teve uma dotação inicial na votação do orçamento participativo de 6.042.210,69, mas desse total apenas 915.329,83 foi liquidado. (Consulta Popular, 2017).

A área de recurso que mais os municípios do Corede Centro Sul elegeram como prioridade na CP de 2015 foi segurança, entre valor de recurso em votação e liquidado,

somente para o orçamento da CP de 2015, o valor passou um milhão e duzentos mil reais os recursos para segurança pública. Então é perceptível que a sensação de insegurança está presente nesse “Corede interiorano” de baixíssima densidade demográfica.

Ademais se percebeu que municípios como Charqueadas que tem o melhor Idese para o período aqui estudado tem um péssimo índice de participação na CP com apenas um pouco mais de 4 % do total de eleitores comparecendo na consulta. Já Dom Feliciano que tem o pior indicador de Idese dos municípios do Corede ficou em décimo lugar no ranking de participação da consulta 2015 com quase 6% do total de eleitores participando da CP

De maneira geral os municípios com população urbana maior do que a rural obteve um melhor lugar no ranking de participação na consulta popular 2015 como demonstra a última tabela (tabela 11). Entre os dez primeiros municípios com maior participação na consulta popular 2015 ficaram apenas três municípios com população rural maior do que a urbana: Mariana Pimentel , Sertão Santana e Dom Feliciano.

De modo nenhum se podem considerar esses indicadores de participação na consulta popular como um indicador final da qualidade do civismo e de capital social. Campanhas de divulgação e fatores como distância do local de votação (que geralmente é no centro do município) ou a falta de acesso a internet no meio rural, são variantes importantes para o comparecimento dos eleitores na consulta e, portanto não se pode estabelecer uma generalização, mas apenas uma tendência tendo em vista esses resultados.

4.5 COMUDES E COOPERATIVAS: UM RECORTE DA SOCIEDADE CIVIL

Os Comudes assim como as cooperativas podem ser considerados um recorte da sociedade civil, do Corede Centro Sul. A vitalidade do civismo e do associativismo do território aqui estudo está inserido nesses dois tipos de organizações, uma de cunho democrático, participativo, e criada de “cima para baixo” através de legislação (Comudes) e a outra fruto de políticas públicas, ou iniciativa privada de agentes predispostos a cooperar (cooperativas).

Os próximos dois subtópicos estão longe de ser um diagnostico sobre o funcionamento dos Comudes e das cooperativas do território, mas apenas um esboço do que foi encontrado na pesquisa de campo qualitativa citada no início deste capítulo referente à metodologia.

Sobre os resultados da pesquisa de campo, bem como a interpretação das perguntas por parte dos entrevistados, e também a elaboração dessas e interpretação das repostas por parte do entrevistador e/ou questionador, vale a pena ponderar sobre a seguinte consideração

de Laville e Dionne (1999), que trata da imprevisibilidade da reação de um estudo onde o “laboratório” são pessoas dotadas de subjetividade:

Sem esquecer que o ser humano é ativo e livre, com suas próprias ideias, opiniões, preferências, valores, ambições visões das coisas, conhecimento..., que é capaz de agir e reagir. Dois corpos químicos submetidos á experimentação reagirão conforme sua natureza, que é previsível. Os seres humanos também reagiram conforme sua natureza, que, esta, não é previsível, pelo menos não tanto e nem da mesma maneira. (1999, p.33).

Se tratando de um Corede com municípios com baixa densidade populacional e presença marcante da economia agrícola, tanto a organização Comude como as cooperativas podem ter um papel de destaque ao se pressupor que sociedades menores estão mais abertas a tentativas de participação política e cívica, dado o tamanho do território e das comunidades locais, facilitando um esforço e engajamento dentro de condições adversas de cultura.

4.5.1 Os Comudes

Os Comudes estão intimamente ligados ao funcionamento da instituição Corede. Os membros dos Comudes são responsáveis pela maior parte da interação do município com o conselho regional (Corede). Os membros do Comude são participantes natos do Corede. Cada Comude teve um momento de criação distinto, dependendo do município e de sua respectiva lei orgânica que instituiu o conselho.

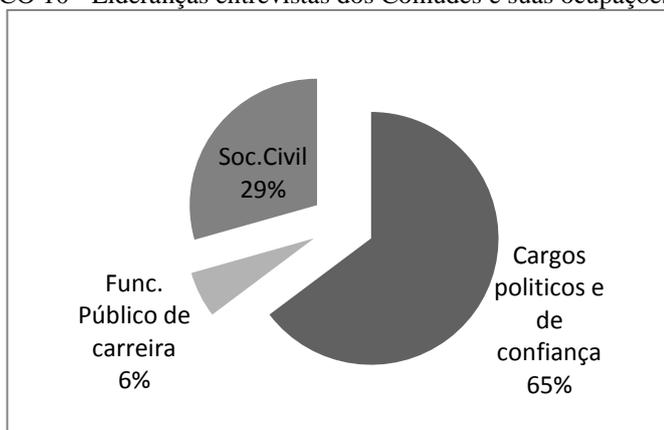
Teoricamente os Comudes devem representar a amplitude da população municipal independente da gestão política que está acontecendo no município, mas o que se percebeu na maioria dos municípios do Corede Centro Sul é que os cargos de chefia dos Comudes estão ligados à administração pública em sua maioria. Geralmente quando troca o partido político, ou a gestão municipal, ocorre um vácuo na direção do Comude. A sociedade civil desvinculada da política tem dificuldade em participar desses mecanismos de discussão da agenda de desenvolvimento. Essa preponderância de agentes públicos ou atores políticos partidários, na liderança dos Comudes acaba revelando certas características da vitalidade da sociedade civil (“não política e não pública”) que pouco participa desses canais de fortalecimento da democracia e do civismo. Acaba que os agentes políticos ligados a administração pública assumem a presidência do Comude, por “obrigação” em muitas vezes, porque a sociedade se mobiliza de maneira muito retraída na participação do Comude e Corede.

Conforme foi descrito na parte inicial deste capítulo (parte metodológica), um dos estudos de campo da dissertação foi a entrega de um questionário aos presidentes ou

lideranças dos Comudes dos municípios do Corede. Deste modo, foram entrevistados dezessete membros dos Comudes, um de cada município. Todas as lideranças dos Comudes entrevistados foram homens exceto do Comude de Minas do Leão que tem uma mulher em sua presidência. A idade dos entrevistados variou entre os 44 e 67 anos. Todos exceto o presidente do Comude de Chuvisca são moradores da área urbana dos municípios. O nível de escolaridade dos entrevistados foi encaixado em quatro tipos: Ensino fundamental (in) completo, apenas um (1) dos entrevistados, ensino médio (in) completo três (03) dos entrevistados e superior incompleto cinco (5) dos entrevistados e superior completo oito (08) dos entrevistados.

Das 17 lideranças dos Comudes entrevistadas na pesquisa de campo, 11 possuem mandato político ou cargo de confiança, 5 não possuem nenhum cargo de confiança ou político, e apenas 01 é funcionário de carreira do serviço público municipal. O gráfico 10 mostra em percentual essa divisão em três categorias. Apenas cinco dos entrevistados não são afiliados a partidos políticos e doze são afiliados a siglas partidárias.

GRÁFICO 10 - Lideranças entrevistadas dos Comudes e suas ocupações públicas

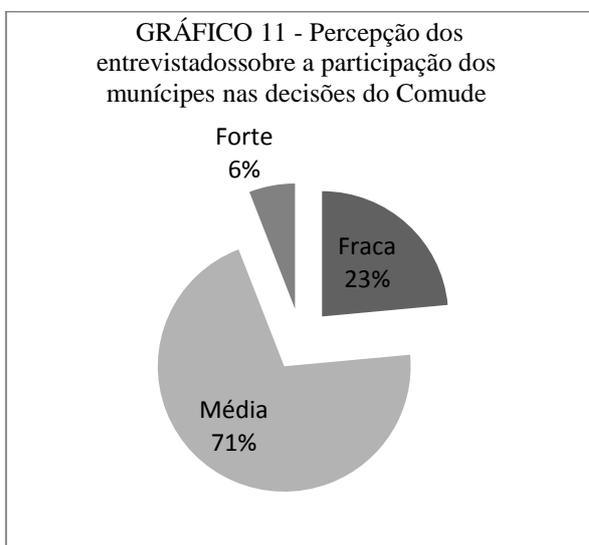


Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor

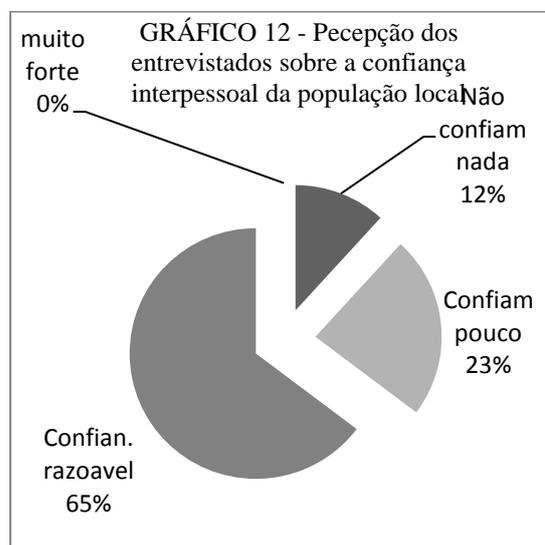
No que diz respeito à participação dos entrevistados em cooperativas, associações e sindicatos, apenas 4 dos entrevistados (24%) fazem parte de alguma cooperativa, já em associações e sindicatos o número sobe para 11 dos entrevistados (65%) que fazem parte desse tipo de organização.

Também se avaliou a percepção dos questionados sobre a participação dos munícipes nas decisões do Comude, em três intensidades: fraca, média e forte. Quatro entrevistados responderam existir fraca participação da população nas decisões do Comude: Arroio dos Ratos, Camaquã, Sentinela do Sul e Marina Pimentel. Apenas Minas do Leão revelou forte

participação da população. Os outros 12 municípios responderam média participação. No gráfico 11 se pode ver essa colocação em níveis percentual.



Fonte: Autor, pesquisa de campo.



Fonte: Autor, pesquisa de campo.

Já o gráfico 12 é uma síntese percentual da resposta de outra pergunta de caráter subjetivo feito para as lideranças do Comude: Ela diz respeito à percepção de confiança dos moradores dos municípios uns nos outros. Apenas Arambaré e Mariana Pimentel apontaram a percepção de que não existe confiança alguma entre as pessoas do seu município. Butiá, Chuvisca e Sentinela do Sul revelaram pouca confiança. Os demais municípios ficaram no índice de confiança razoável, nenhum entrevistado teve a percepção de seus concidadãos confiarem muito uns nos outros.

A percepção dos entrevistados sobre o espírito participativo e de cooperação da população do município nas seguintes classificações: muito fraco, fraco, médio, forte e muito forte. Mariana Pimentel e Butiá responderam muito fraco, Arroio dos Ratos, Arambaré, Chuvisca, Camaquã, Barão do Triunfo e Sentinela do Sul revelaram fraco espírito participativo e de cooperação. Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul, Tapes, Cristal, Barra do Ribeiro, Sertão Santana e São Jerônimo médio espírito participativo e de associação segundo a percepção dos entrevistados. Apenas Minas do Leão percebeu forte espírito participativo. Nenhum dos entrevistados revelou perceber espírito de participação e cooperação muito fortes em suas comunidades.

A décima pergunta do questionário pedia para os questionados graduar de 0 á 10 a intensidade que no seu ponto de vista os seguintes problemas atingiam seu município:

Insegurança, déficit habitacional, pobreza urbana, pobreza rural, falta de empregos. Essa questão do questionário está condensada na tabela 12.

TABELA 12 - Percepção das lideranças dos comúdes sobre os principais problemas dos municípios em uma escala de 0 á 10

Município	Insegurança	Déficit habitacional	Pobreza urbana	Pobrez a rural	Falta de empregos	Oportunismo por parte das pessoas	Concentração de renda	Concentração de poder
Arambaré	10	5	7	6	10	7	8	5
Arroio dos Ratos	9	5	5	5	9	5	5	5
Barão do Triunfo	6	3	4	4	6	5	4	3
Barra do Ribeiro	7	5	4	5	8	3	8	8
Butiá	10	8	8	6	8	8	8	8
Camaquã	10	7	8	5	5	5	6	7
Cerro Grande do sul	7	2	2	3	6	4	6	4
Charqueadas	10	0	0	0	0	0	0	0
Chувиска	10	10	10	10	10	10	10	0
Cristal	5	5	7	3	8	5	5	5
Don Feliciano	5	7	8	8	7	4	6	8
Mariana pimentel	5	2	1	3	4	7	6	8
Minas do Leão	10	9	9	0	10	9	6	7
São Jerônimo	7	2	2	2	3	3	2	3
Sentinela do sul	10	5	5	4	10	8	9	9
Sertão Santana	6	2	2	3	4	6	6	6
Tapes						10	10	
Média	7,9	4,8	5,1	4,2	6,7	5,8	6,1	5,4

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).¹⁶

Essa pergunta sobre os principais problemas do município, embora também de cunho subjetivo, mostra que na percepção dos entrevistados o maior problema dos municípios é a insegurança, seguida pela falta de empregos e concentração de renda nas mãos de poucos. A percepção de criminalidade como o principal problema vai ao encontro com a classificação dos municípios gaúchos em três clusters feitos por Monteiro (2009). O único município que apareceu como de baixa criminalidade no estudo de Monteiro que foi percebido como de alta criminalidade (10) pelo entrevistado foi Chувиска. A maioria dos municípios mais urbanizados relatam altos níveis de criminalidade, o que está de acordo com os indicadores de

¹⁶ Elaborado pelo autor à partir de dados internos obtidos através da instituição Corede Centro Sul.

alta e média criminalidade apontados por Monteiro (2009). Arambaré tem a menor população do Corede, muito embora a maioria da população more na cidade, relata a insegurança como o principal problema (10). Sentinela do Sul foi o único município com poluição rural superior a 75 % da população a relatar a insegurança como principal problema (10), Sentinela do Sul aparece no estudo de Monteiro (2009) como município de média criminalidade e está de acordo com a média per capita de ocorrências de para o ano de 2010.

Mas a percepção da insegurança como problema não está fundamentada apenas na criminalidade enquanto fato real e estatístico em ocorrências policiais, mas vai além. A sensação de insegurança está associada aos laços sociais de confiança e desconfiança das sociedades. A insegurança não necessariamente é um fato, mas pode ser um sentimento como apontou a pesquisa qualitativa de cunho subjetivo. Já o segundo item identificado como principal problema pelos entrevistados é a falta de empregos, com exceção de Sentinela do Sul, Cristal, Dom Feliciano e Chuvisca a maioria dos municípios de baixa concentração fundiária e com presença marcante de agricultura familiar como, Barão do triunfo, Camaquã, Sertão Santana, e Cerro Grande do Sul não elegeram a falta de emprego como problema marcante. Isso, considerando que a agricultura familiar é responsável pela maioria da ocupação dos empregos no campo, muito embora essa modalidade de agricultura esteja marcada pela informalidade do trabalho.

A pobreza rural foi o elemento menos marcante dos itens pontuados pelos entrevistados, Pois apenas os municípios de Dom Feliciano, Arambaré, Butiá e Chuvisca relataram esse item acima do nível seis (6) de gravidade. Já a pobreza urbana foi uma característica marcante dos municípios mais urbanizados. O item sobre o oportunismo por parte das pessoas como problema marcante do município teve resposta acima de seis (06) em muitos municípios entre eles: Tapes, Sertão Santana, Sentinela do Sul, Minas do Leão, Mariana Pimentel, Dom Feliciano, Chuvisca, Butiá e Arambaré.

Uma das perguntas pré-estabelecidas na dissertação e apresentadas no primeiro capítulo é: “os Comudes contam com o apoio da população nas discussões dos problemas locais, expandindo o debate para o nível do Corede?” Não se percebeu participação marcante da sociedade civil nos Comudes, através dos questionários se entendeu que a população não participa das pautas tratadas pelos Comude, ainda se notou que as reuniões dos Comudes ocorrem sem um padrão de frequência, geralmente uma ou duas vezes ao ano, a diretoria do Conselho se reúne apenas para organizar o orçamento participativo. As observações nas reuniões dos Coredes, não percebiam presença expressiva dos membros dos Comudes e da comunidade dos próprios municípios que sediavam as reuniões do conselho.

4.5.2 As Cooperativas

O estado do Rio Grande do Sul é conhecido como a região do Brasil berço do cooperativismo. O estado é o segundo do país com maior número de adesão da população à empreendimentos cooperados. Segundo dados do Ocergs (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) mais de 23 % da população do estado faz parte de alguma cooperativa. Os ramos; agropecuário, crédito e saúde concentram 65% das cooperativas do RS. Sendo o ramo agropecuário responsável por mais de 22 bilhões do total dos 36,1 bilhões faturados pelas cooperativas gaúchas em 2015. Mas a maioria das cooperativas se concentram na região norte e nordeste do estado. (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Cadastradas no sistema Ocergs/Sescoop existem apenas quatro cooperativas no Corede Centro Sul, uma cooperativa agropecuária em Camaquã (apenas compra e beneficiamento de fumo), outra também do ramo agropecuário em Tapes (apenas secagem e armazenamento de arroz), mais uma de crédito em Charqueadas e outra do ramo da saúde em Minas do Leão. Mas segundo o PTDRS, havia mais oito cooperativas no território, sendo que o levantamento feito na presente pesquisa constatou que dessas oito citadas existe apenas uma cooperativa agropecuária em Dom Feliciano, as outras fecharam. Nenhuma dessas esteve cadastrada no sistema Ocergs/Sescoop.

Em pesquisa de campo se descobriu o funcionarem em 2016 de mais uma cooperativa agropecuária em Sertão Santana, e mais duas cooperativas em Tapes, uma agropecuária e outra de catadores de lixo. Nenhuma delas cadastrados no sistema Ocergs/Sescoop.

QUADRO 4 - Cooperativas cadastradas no sistema OCERGS/SESCOOP 2016

Município	Ramo	Cooperativa
Camaquã	Agropecuário	COOPLANTAR
Charqueadas	Crédito	COCRAF
Minas do Leão	Saúde	COPEME
Tapes	Agropecuário	CACDL

Fonte: SESCOOP. Elaborado pelo autor (2017).

QUADRO 5 - Cooperativa citada pelo PTDRS

Município	Ramo	Cooperativa
Camaquã	Agropecuário	COOPERAD
Camaquã	Agropecuário	COOPLANTIO
Camaquã	Agropecuário	COOPLANTAR
Sentinela do Sul	Agropecuário	COOPAGRISUL
Tapes	Pescadores	COOMPPT
Tapes	Agropecuário	COMAT
Tapes	Agropecuário	COOPAT
Charqueadas	Agropecuário	COOPAC
Dom Feliciano	Agropecuário	COOPACS
Arroio dos Ratos	Agropecuário	COOPISUL

Fonte: PTDRS. Elaborado pelo autor (2017).

QUADRO 6 - Cooperativas entrevistadas na pesquisa de campo

Município	Ramo	Cooperativa
Camaquã	Agropecuário	COOPLANTAR
Tapes	Pescadores	COOMPPT
Tapes	Agropecuário	COMAT
Tapes	Agropecuário	COOPAT
Dom Feliciano	Agropecuário	COOPACS
Sertão Santana	Agropecuário	Coop. Agro. de S. Santana

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor. (2017).

O cooperativismo possui uma história de sucesso no Rio Grande do Sul, várias das marcas mais lembradas pelos gaúchos fazem parte dos produtos ofertados pelas cooperativas do estado. Mas a construção de cooperativas de sucesso não é uma tarefa fácil e exige recursos de território como capital humano e financeiro.

A realidade da cooperação no Corede Centro Sul está muito amarrada ao papel do Estado no fomento e criação dessas organizações, principalmente as do setor agropecuário. Políticas públicas de criação de cooperativas e compras de alimentos através de programas governamentais são essenciais para a maioria das cooperativas agrícolas do Corede, que acabam comercializando produtos muito restritos ao mercado institucional, não criando uma marca de confiança no mercado.

As duas cooperativas entrevistadas no território que se dedicam ao beneficiamento de alimentos possuem características em comum no que diz respeito a falta de penetração de seus produtos no mercado. Assim, a venda a programas institucionais através de canais governamentais acaba absorvendo quase que a totalidade da produção das cooperativas beneficiadoras de alimentos pesquisadas.

As entrevistas realizadas tentaram contemplar um entendimento primário da trajetória das cooperativas, sua saúde enquanto organização e as características de sociabilidade dos seus associados segundo a percepção dos dirigentes das cooperativas.

A Coopat (cooperativa de produção agropecuária dos assentados de Tapes) é uma cooperativa formada por 15 famílias do assentamento Lagoa do Junco no município de Tapes. A cooperativa produz um pouco mais 100 ha de arroz orgânico, e possui equipamentos para secagem, armazenagem e beneficiamento do cereal que vai muito além de sua capacidade produtiva. A cooperativa também presta serviço para outros assentamentos que produzem arroz orgânico dado sua grande infraestrutura e pouca produção interna. Esta cooperativa está agregada a outras cooperativas de assentadas que formam juntos uma “grande” cooperativa com diversos produtos alimentícios voltados principalmente para a venda em programas de compras institucionais. Deve ser reiterado que o papel do Estado está amarrado a criação e funcionamento dessa cooperativa, suas infraestruturas provem de recursos públicos e a comercialização dos produtos se dá através de canais institucionais.

Outro caso de cooperativa do território observada na pesquisa é a Cooperativa agropecuária de Sertão Santana (Coop. S. Santana) que assim como a Coopat foi criada através de recursos públicos e tem grande parte de sua produção voltada para o mercado institucional. A Coop. S. Santana produz sucos naturais de uva e laranja e terceiriza o beneficiamento do arroz dos associados em indústrias do município. Quando o presidente dessa cooperativa foi entrevistado sobre qual seria a maior dificuldade da cooperativa ele relatou que é a dependência das compras institucionais para o funcionamento da cooperativa, e a dificuldade de entrar no mercado.

A CADL (Cooperativa Agropecuária Costa Doce) no município de Tapes não beneficia nenhum alimento, mas trabalha com secagem e armazenagem de arroz em casca (não beneficiado), sua estrutura foi construída com recursos públicos. Embora não há nenhum canal de compra entre cooperativa e entidades públicas, o papel do Estado foi essencial para criação dessa cooperativa que teve toda sua infraestrutura construída com recursos públicos. Também no município de Tapes a Coopercare (Cooperativa dos Carroceiros e Recicladores de Tapes) está conveniada a prefeitura do município, e sua criação teve o papel essencial da prefeitura, a coleta do lixo do município é feita pelos cooperados. A única cooperativa que não obteve ajuda do Estado para sua criação, e que não mantém relação “comercial” com entidades públicas é a Coopplantar de Camaquã que se dedica a compra de fumo e venda de insumos e produtos agrícolas.

Mesmo que o Estado em suas diferentes esferas de poder tenha tido papel fundamental na criação e também sustentação da maioria das cooperativas entrevistadas, como no caso das compras por programas de compras de alimento da agricultura familiar, a mobilização da sociedade para se associar e buscar esses recursos é algo interessante a ser analisado nas considerações da pesquisa.

4.5.3 Cooperativismo estatal e (des)confiança

Uma das três perguntas norteadoras dessa dissertação e que está elencada no primeiro capítulo, é “se existe confiança e cooperação nas poucas cooperativas do território? Ou elas existem apenas em função de políticas públicas vindas de cima para baixo.”

De todas as cooperativas entrevistadas a única que não recebeu nenhuma forma de subsídio é a Cooplar de Camaquã, em função de trabalhar com compra de fumo, e existir uma campanha contra a produção desse importante produto para a economia gaúcha, e não existir nenhum programa governamental de apoio, mas apenas de desmobilização dessa atividade produtiva.

A captação de recursos governamentais exige um adequado, ou ao menos razoável nível de mobilização por parte dos agentes interessados, no caso das cooperativas estudadas não foi diferente. A conquista de recursos escassos em um ambiente de disputa por esses recursos exigiu mobilização de agentes públicos e comunidade. No caso da cooperativa agropecuária de Sertão Santana, da cooperativa dos arroseiros da Costa Doce em Tapes, e da Coopacs de Dom Feliciano, essa mobilização foi essencial, pois recursos para agrocooperativas são geralmente alvo de intensa disputa no RS. Já no caso da Cooperare de Tapes a mobilização foi mais organizacional do que de alocação de recursos, por se tratar de uma organização local que exigiu o apoio da prefeitura para a normatização da coleta do lixo pelos recicladores cooperados. A Coopar por se tratar de uma cooperativa de assentados detém uma organização prévia ligada ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), ou seja, há uma institucionalização o que acaba facilitando a trajetória da cooperativa e a busca de recursos e outros trâmites que envolvem canais institucionais.

Não há como voltar no tempo para se tentar analisar o processo de interação entre agentes públicos e sociedade que levou a criação de cada cooperativa aqui estudada, no entanto se pode contar com algumas ideias que foram percebidos na pesquisa de campo. Em uma das reuniões do Corede no município de Sertão Santana o vice-presidente do Corede que presidia a reunião comentou: “Há um contraste entre nós (Corede Centro Sul) e os do norte

quando se fala em recurso para cooperação, aqui ficamos no ‘não vai dar certo’, enquanto eles fazem fila para receber o recurso”.

Quando entrevistado o representante da Emater que acompanhou a formulação do PTDRS do território Centro Sul ele relatou que: “O que permitiu a captação de recursos para uma agroindústria de processamento de suco no município de Sertão Santana foi a mobilização da comunidade em parceria com agentes públicos, isso foi essencial para a única agroindústria de suco no território que efetivamente saiu do papel e que deu certo.” Embora Sertão Santana tivesse pouca tradição na produção de uva e outras frutas, esse município foi capaz de disputar esses recursos e construir a agroindústria. Barão do Triunfo tradicionalmente conhecido como produtor de uva “nato” do território não mobilizou força o suficiente para captar esse recurso para construção de uma indústria de suco de uva.

Como se pode ver no capítulo três deste trabalho, com o funcionamento da cooperativa agropecuária Sertão Santana, esse município acaba se tornando em pouco tempo o maior produtor de uva do Corede, esse é um exemplo de programa de diversificação do tabaco enquanto monocultura que acabou gerando resultados visíveis, em uma cooperativa que só sobe o número de associados.

A pouca ou quase inexistente iniciativa totalmente privada para a criação de cooperativas revelam que a sociedade não está pronta para investir recursos financeiros próprios em investimentos coletivos no Corede Centro Sul. Mas a mobilização dos recursos públicos também diz algo sobre a sociedade civil, pois vários municípios do Corede em questão não conseguiram a “façanha” da mobilização coletiva de agentes públicos e privados para a criação de cooperativas, mesmo tendo a disponibilidade de recursos públicos. Por mais que os recursos sejam livres, frutos de políticas públicas de incentivo, o engajamento e mobilização de atores dispostos a produzir e trabalhar tem um preço e exige pessoas dedicadas à causa coletiva. Então por mais que se perceba a fraca iniciativa de cooperação com recursos econômicos próprios (recursos privados) para a implantação de cooperativas, a própria disputa na arena por recursos públicos é algo que exige mobilização política e certa dose de capital social, pois sem uma confiança prévia ninguém se colocaria de porta voz ou liderança de um grupo disposto a se associar e cooperar. Nesse sentido, certos grupos mobilizados de Sertão Santana, Dom Feliciano e Tapes demonstraram estoque de capital social, através de suas mobilizações para a criação e funcionamento das cooperativas, mesmo que ligadas desde sua criação até comercialização ao setor público. Mas isso não significa manutenção e reprodução de capital social ao longo do funcionamento do empreendimento cooperado, sendo que não há cooperativismo sem sentimento de confiança.

As entrevistas não foram capazes de identificar a intensidade do engajamento que existiu na fase de formação da cooperativa, mas acabaram por apontar certos traços que estão presentes no funcionamento da cooperativa, principalmente no que diz respeito à sociabilidade.

Quando as lideranças das cooperativas foram questionadas se os Cooperados confiam uns nos outros e se confiam na comunidade local, se tem a maioria das respostas rumando para a desconfiança.

Cadl: “A diretoria confia bastante (entre os membros) só que os cooperados pela falta de contato, proximidade entre elês, acho que não confiam uns nos outros. Mas na comunidade confiam sim.”

Cooplantar: “Sinceramente (?). Não confiam absolutamente nada uns nos outros. Mas acho que na comunidade confiam sim.”

Coopat: “A maioria confia sim uns nos outros. Há um pouco de desconfiança, só. Na comunidade acho que também existe um pouco de confiança.”

Coopacs: “Não, mais ou menos, esse é um grande problema que trava o crescimento das cooperativas.”

Coop. Agrop. Sertão Santana: “ Não há tanta confiança entre os cooperados, eles confiam mais na cooperativa. Na comunidade confiam um pouco também, mas há bastante desconfiança.”

Coopercare: “ Eles tem bastante confiança.”

Em outra questão sobre qual o maior “defeito” enfrentado pela cooperativa e qual a maior “virtude” existente na cooperativa se tem as seguintes respostas sintetizadas:

Cadl: “O maior problema é a falta de proximidade entre os cooperados. A maior virtude está no trabalho da atual gestão que estão criando credibilidade, em razão da cooperativa estar se recuperando, pois estava falida.”

Cooplantar: “O grande problema que as gestões passadas deixaram dívidas. E a virtude é o bom nome da cooperativa na ‘praça’”.

Coopat: “Individualismo mesmo depois de 21 anos juntos é um grande defeito. Mas o que anima é a viabilidade do trabalho do assentado e a possibilidade de gerar renda, tudo coletivo, sem iniciativa privada.”

Coopacs: “O problema é o conhecimento e o associado entender o verdadeiro espírito cooperativista. O ponto positivo é que aqueles que entendem o que é o cooperativismo estão sempre juntos apoiando e ajudando a cooperativa crescer.”

Coop. Agrop. Sertão Santana: “O maior ‘defeito’ do modelo de hoje é o mercado institucional, ficamos refém dele, o mercado é muito difícil de entrar. Não há compra institucional, não há cooperativa.” “O ponto positivo é que apesar disso está dando certo até agora.”

Coopercare: “o maior problema é a falta de ajuda do governo. O bom é que a cooperativa ocupa várias pessoas com trabalho.”

Analisando de maneira genérica partes dos relatos presentes na entrevista se percebe que confiança em empreendimentos coletivos ainda tem muito que crescer para se atingir um ponto que permita o bom funcionamento do sistema cooperado. Outro ponto em questão é a falta de políticas públicas capaz de empoderar as cooperativas a participarem do mercado e

não ficarem reféns dos mercados institucionais. Mercado é o termo sensível para a maioria das cooperativas ligadas ao mercado institucional, entrevistadas na pesquisa.

Fazendo uma análise do papel do Estado em suas subdivisões em uma escala de 0 a 10 se tem as seguintes percepções (sintetizadas no quadro 7) sobre o papel dessas entidades para consolidação e funcionamento das cooperativas.

QUADRO 7 - Percepção dos entrevistados sobre o papel dos governos municipais, estaduais e federais na consolidação e funcionamento das cooperativas

Cooperativa	Gov. municipal	Gov. estadual	Gov. federal
CADL:	5	1	8
COOPLANTAR	0	0	0
COOPAT ¹⁷	8	0	0
COOPACS	8	7	9
COOP. AGRO.S.SANTANA	8	3	8
COOPERCARE	8	0	0

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2017).

O quadro anterior acaba apontando o papel dos governos municipais e federal em detrimento do estadual no apoio as cooperativas. As únicas que não revelaram apoio algum do governo federal foram as duas únicas cooperativas entrevistadas que não se dedicam a produção de gêneros alimentícios. Quando os entrevistados foram questionados sobre o papel do Comude e do Corede no apoio as cooperativas, apenas a Coopat e a Coopacs falaram que tiveram um pequeno papel, as demais cooperativas entrevistas registraram nenhum tipo de papel dessas instituições.

Quando os entrevistados foram questionados se o Comude e o Corede tiveram algum tipo de atuação nas cooperativas, seja tentando estender o diálogo sobre o desenvolvimento regional para o a pauta das cooperativas, apenas a Coopat e a Coopacs reponderam que tiveram algum tipo de diálogo com essas instituições, os entrevistados das outras cooperativas mostraram até desconhecimento desses órgãos com exceção da Coop. agropecuária de Sertão Santana que conseguiu até recursos para sua agroindústria com apoio de projetos efetuados pelo Comude do município, através do OP.

Através da análise dos resultados das 06 entrevistas realizadas nas cooperativas se percebe que a falta confiança entre os cooperados, que acabam não acreditando no empreendimento baseado na cooperação e em relações horizontais é uma realidade presente

¹⁷ A Coopat se referiu ao papel do governo estadual e federal como totalmente nulo apenas a partir das gestões do PMDB em ambas instancias. Nos governos do PT eles consideravam altamente eficientes.

nas cooperativas. Não se pode entrevistar todos os cooperados de maneira à tornar preciso o nível da (des)confiança, mas apenas a sensação de sua presença nas cooperativas. Percebeu-se que existe uma dificuldade das cooperativas em mobilizar o espírito cooperativo de seus associados, que acabam não tendo uma participação assídua nos assuntos da cooperativa.

O papel do Estado é marcante na maioria das cooperativas entrevistadas, todas elas receberam de algum modo apoio do poder público, sendo que três dessas receberam de maneira integral toda a sua infraestrutura do poder público. Se pode perceber que mesmo com o apoio do Estado, existe uma dificuldade dos agentes do território buscarem formas cooperadas de empreendimento.

Ao longo desse capítulo foram trabalhados os principais resultados obtidos com os indicadores de capital social e realizada uma análise de cada indicador nos respectivos municípios do Corede. Nos dois últimos tópicos se tentou responder duas das três perguntas presentes na dissertação, uma sobre os Comudes e outra sobre as cooperativas. A partir do próximo capítulo (capítulo final) se levantará hipóteses e suposições de acordo com os dados e a resposta de uma terceira pergunta da dissertação, “há confiança e cooperação entre a população do território?”

5 DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO COREDE CENTRO SUL: UM ENFOQUE NO CAPITAL SOCIAL

Os determinantes do desenvolvimento são variados e estão ligados a elementos materiais e também culturais. A análise que privilegia os elementos culturais como vetores do desenvolvimento são em sua maioria visões endógenas, referenciadas no capital social trabalhado por Putnam (2006). O resultado das mudanças institucionais italianas está para esse autor relacionado ao padrão histórico do território italiano, ou seja, com os costumes e cultura desenvolvidos ao longo do tempo: “As regiões cívicas não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, mas, tanto quanto podemos afirmar, permaneceram invariavelmente mais cívicas desde o século XI” (p.162). Essa lógica acaba contradizendo a noção de que a participação cívica é fruto natural da riqueza, e supõe que as regiões mais cívicas se mantêm como tal ao longo do tempo em razão de elementos não econômicos.

A mudança institucional trazida com a criação dos Coredes, a partir de 1994, acaba redefinindo a dinâmica política e organizacional do território gaúcho permitindo um debate mais aguçado sobre o desenvolvimento do estado, colocando em contraste as diferenças regionais e não apenas macrorregionais que geralmente fazem uma leitura genérica da metade sul do estado como pobre, por conseguinte carente de capital social e humano. A região considerada como metade sul do RS, foi no século XIX a região responsável por representar o tipo ideal de riqueza do período, com grandes propriedades rurais dedicadas ao gado, produção de cereais, como também a mineração do carvão como artefato do progresso. A metade sul do RS representou o modelo de desenvolvimento do século XIX. Então, considerando a região como importante economicamente por um longo período, pode se constatar que esse “sucesso” de organizações econômicas não foi capaz de gerar redes de civismo nem mesmo capital humano ou técnico que evitasse a fuga populacional em direção aos eixos produtivos e urbanos do estado no decorrer do século XX. Elementos materiais e produtivos não são capazes de gerar uma sociabilidade cívica e qualidade de redes sociais apenas por gerarem riqueza. O Corede Centro Sul aprece contemporaneamente no “contexto da metade sul” como um território com dificuldades de promover o desenvolvimento

A análise de elementos que caracterizam o capital social empreendida nessa dissertação mostra que os elementos endógenos são fatores de suma importância para o processo de desenvolvimento, sendo que a cultura e a visão de mundo das pessoas dizem muito sobre seu destino. Fukuyama (1996) trata da sociabilidade, cultura e dos costumes como responsáveis por 20 % dos resultados do desenvolvimento, ficando 80 % com aquilo

que a teoria econômica neoclássica sistematizou de um modo ou de outro através do comportamento auto-interessado. Alguns traços característicos da sociabilidade no Corede Centro Sul foi avaliado nessa pesquisa através da análise dos Comudes dos municípios, das cooperativas e do próprio Corede enquanto instituição. Mas a discussão do capital social e dos elementos endógenos leva também até a discussão sobre as características marcantes da sociedade brasileira que estão no segundo capítulo dessa dissertação no tópico *capital social e algumas considerações sobre a democracia brasileira*, nesta parte sobre a democracia brasileira e o capital social se podem perceber algumas características do civismo brasileiro, principalmente através da pesquisa de Almeida (2007) acerca das características patrimonialista da sociedade brasileira, e dos dados do Latinobarômetro apresentados por O'donnell (2001) sobre a confiança dos brasileiros nos cargos públicos e na sociedade civil. Essas pesquisas são genéricas e não apresentam dados microrregionalizados, mesmo assim servem para interpretar as características tidas como marcantes da sociedade brasileira e que em menor ou maior intensidade podem estar presente na sociabilidade dos brasileiros e da cultura política do Corede Centro Sul. Também os elementos institucionais que são importantes para a perspectiva do capital social, recebem diretamente influência dos elementos endógenos das sociedades:

Para o estoque de capital social seja ativado, é preciso que exista um conjunto de instituições comprometidas. Essa análise institucional pode ser feita a partir de dois eixos: um está centrado na importância das burocracias em sentido weberiano, isto é corporativamente coerentes de tal forma que assegurem a não-proliferação do clientelismo; outro está centrado na importância da descentralização e na abertura das hierarquias burocráticas às iniciativas que partem de baixo. (HIGGINS, 2005, P.199)

As características marcantes da cultura política brasileira podem ser sintetizadas no familismo, forma de confiança onde o núcleo familiar representa o escopo de confiança, engessando a perspectiva de confiança para além da família, o patrimonialismo e sua parca diferenciação entre público e privado, o personalismo político onde a imagem do líder forte é preferível em relação à diversidade de representações no espaço político e no clientelismo onde se perpetuam vícios que corroem o desenvolvimento democrático. Essas quatro características marcantes tratadas no segundo capítulo desta dissertação e anteriormente elencadas acabam colocando em perspectiva o capital social.

Como se pode perceber através das entrevistas e dos questionários realizados nesta dissertação a confiança para a cooperação e a participação em mecanismos democráticos é

deficitária em todo o Corede Centro Sul, mesmo que se perceberam diferenças entre os municípios.

5.1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

A utilização do capital social como ponto de partida teórico para analisar a dinâmica do desenvolvimento no Corede Centro Sul, como toda escolha de fundamentação teórica fez um recorte da realidade. Ou seja, escolheu abrir “certa janela” para observar a realidade em detrimento de outras janelas que apontariam outros pontos de vista da realidade em questão.

Deste modo, foram captadas certas características da sociabilidade do Corede tendo em vista as três principais hipóteses em questão no presente trabalho e que genericamente carregam a relação entre estoque de capital social e desenvolvimento. Fukuyama (1996) encara o capital social como uma forma de confiança, já Putnam (2006) encara o capital social como um facilitador de confiança espontânea. As manifestações do capital social pode se dar de maneira informal em atos cotidianos, como emprestar algo a alguém ou formalmente através de instituições e organizações. Nesse sentido, um dos objetivos foi buscar analisar a percepção que as lideranças dos Comudes e das cooperativas têm da confiança e do espírito participativo de seus concidadãos, através de pesquisa de cunho subjetivo não apoiada em um lastro amostral. A hipótese “C” da dissertação trata do baixo desempenho da política institucional do Corede, dado o baixo espírito participativo dos cidadãos e do pequeno papel dos Comudes na agenda de desenvolvimento regional.

O questionário de cunho subjetivo apontou que o município de Dom Feliciano que possui o menor indicador de Idese dos 17 municípios do Corede tem médio espírito participativo, e que as pessoas possuem uma confiança interpessoal razoável, sendo que o oportunismo por parte das pessoas é um problema de nível quatro (em uma escala de zero a dez). A Cooperativa situada no mesmo município relatou que existe mais desconfiança do que confiança entre os cooperados, essa cooperativa também recebeu apoio governamental para sua criação. Dom Feliciano não possui um alto indicador de criminalidade como apontou o índice de crimes per capita (2010), ocupando assim o décimo terceiro lugar do ranking dos dezessete municípios. Segundo o modelo de Monteiro (2009) esse município é considerado de média criminalidade. Já na consulta popular de 2015 Dom Feliciano ocupou o décimo lugar de participação no OP em comparação com o número total de eleitores. Através dos dados então se pode supor que embora exista a presença de uma cooperativa neste município, que pode ser considerada uma importante rede social, a qualidade dessa rede fica em xeque dado

os elementos obtidos na entrevista e no questionário. A pesquisa do Eurofound (2005), já citada no arcabouço teórico desta pesquisa pondera que, mais do que a presença das redes sociais na análise do capital social é a qualidade dessas redes que se deve levar em conta. Na entrevista com a Coopacs de Dom Feliciano, ficou explícito quando perguntado do maior problema da cooperativa foi respondido da “ dificuldade dos associados compreender o espírito do cooperativismo” a mesma entrevista mostra que na visão da liderança da cooperativa é que “ os associados não confiam uns nos outros e isso trava o crescimento das cooperativas”. Sobre qual a maior dificuldade enfrentada pela cooperativa o entrevistado respondeu que, “é a comunidade acreditar no potencial do cooperativismo”.

Já a criminalidade, um fenômeno tido como capaz de medir o capital social (um indicador de quebra das regras formais) por Fukuyama (2000), é apresentado pelo autor como um problema geralmente prevalecente em sociedades mais urbanizadas, Dom Feliciano é um município com mais de 75 % da população residente no campo e apresenta um baixo indicador de criminalidade se usarmos de referência o Corede, e médio indicador se usado como referência o estado. Deste modo, a relação entre urbanização e aumento de criminalidade não pode ser um elemento capaz de medir o capital social para o caso desse município, mas a relação entre baixo desempenho do Corede e do Comude na mobilização da população fica visível na baixa participação da população no OP e nas reuniões do Corede. Assim se pode visualizar uma relação entre baixos indicadores de desenvolvimento e fraco desempenho dos elementos que compõe o capital social.

O município de Cerro Grande do Sul ficou em penúltimo lugar na média de Idese (2007-2013), em décimo quarto lugar no bloco educação e renda, ficando apenas em quinto lugar no bloco saúde desse indicador. Deste modo se considera Cerro Grande do Sul o segundo município com o pior indicador de desenvolvimento do Corede. Não se localizou a presença de cooperativas em Cerro Grande do Sul, deste modo não se realizou entrevista, apenas questionário neste município. O questionário com o Comude apontou Cerro Grande do Sul como um município de média confiança e média participação nos assuntos do Comude. Insegurança falta de empregos e concentrações de renda foram relatadas como os maiores problemas desse município, muito embora o oportunismo tenha sido considerado um problema de nível quatro em uma escala de zero a dez, não se localizou nenhuma cooperativa neste município para se avaliar a qualidade das redes sociais. Na consulta popular 2015, Cerro Grande do Sul ocupou o oitavo lugar dos municípios do Corede em participação na votação do O.P com menos de 9% do total de eleitores. Já no fator segurança esse município ocupou o

décimo lugar do ranking de ocorrências per capita dos dezessete municípios do Corede, também é considerado pelo estudo de Monteiro (2009) um município de média criminalidade.

Cerro Grande do Sul é um município de matriz econômica agrícola que concentra mais de 75 % de sua população no meio rural, apresenta redes sociais com pouca mobilização, sendo que o problema da concentração de renda e da falta de empregos é percebido como um problema marcante junto à sensação de insegurança, segundo a visão do questionado do Comude. Cerro Grande do Sul é o quarto maior produtor de fumo do Corede, a presença do fumo está marcada pelo trabalho informal e sazonal, não se constatou programas de diversificação produtiva através de implantação de outras culturas na agricultura, a diversificação produtiva no meio rural exige mobilização de capital social para a formação de associações, cooperativas e agroindústrias. Deste modo, pode se levantar suposição que os péssimos indicadores de desenvolvimento deste município estão atrelados a baixa mobilização de capital social através de redes sociais.

Cristal e Barão do Triunfo podem ser considerados os municípios que estariam então, em uma espécie de terceiro lugar no ranking dos municípios menos desenvolvidos do Corede. Cristal obteve o décimo quinto lugar na média de Idese e décimo sexto lugar no Idese educação e renda, ficando apenas na frente de Dom Feliciano nesses dois blocos do Idese, o município melhora sua colocação apenas no Idese saúde, onde fica em décimo primeiro lugar. Mesmo com predominância da população morando na zona urbana, Cristal é um município com forte presença da agricultura, principalmente de uma agricultura não enquadrada como familiar, sendo que, dos mais de vinte e oito milhões de reais contratados para o custeio a agrícolas apenas um pouco mais de dois milhões de reais foram através do Pronaf¹⁸.

Cristal tem a menor taxa per capita de ocorrências criminais dos municípios do Corede, e segundo o estudo de Monteiro (2009) esse município se encaixa como de baixa criminalidade. A percepção da liderança do Comude do município que respondeu o questionário sobre capital social revelou que os níveis de participação da população nos assuntos do Comude é médio e que a falta de confiança e oportunismo da população é um fator de peso razoável. A falta de empregos e a pobreza urbana foram apontadas como os principais problemas do município. Ainda Cristal é o município que no OP de 2015 ficou em terceiro lugar no ranking de participação no orçamento com mais de 12% do total de eleitores comparecendo na consulta popular. Mesmo com bons indicadores cívicos de participação no OP e de baixa ruptura das regras formais através de ocorrências policiais, não se verificou

¹⁸ Ver tabela 6 deste trabalho sobre o custeio agrícola em 2016

presença forte de cooperativismo e associações do gênero, deste modo não se pode avaliar a qualidade das redes sociais existentes no território através de pesquisa qualitativa.

Já Barão do Triunfo é um município onde mais de 90 % da população é residente no campo, esse município aparece em décimo quarto lugar no ranking da média de Idese e décimo quinto lugar no Idese renda e educação, ficando apenas com o melhor desempenho de todos os municípios do território no bloco saúde do Idese. A agricultura nesse município é predominantemente familiar, é considerado a nível estadual um município de baixa criminalidade. Na consulta popular 2015 menos de 7 % do total de eleitores compareceu na votação do OP, isso coloca o município em nono lugar do ranking. O questionário com o representante do Comude coloca a participação da população nos assuntos do Comude como média, e o espírito participativo da sociedade como fraco. Barão do Triunfo é o município do Corede mais tradicional na produção de uva, no entanto esse município não conseguiu mobilizar forças o suficiente para receber os recursos públicos para a criação de uma agroindústria para a produção de suco de uva, sendo que o município de Sertão Santana que não tinha tradição comercial na produção de uva recebeu os recursos para a criação da agroindústria e passou Barão do Triunfo na quantidade produzida de uva. Não se constatou presença de nenhuma cooperativa em Barão do Triunfo, deste modo não se aplicou nenhuma entrevista nesse município.

Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul, Cristal e Barão do Triunfo são os que ficaram respectivamente nos últimos lugares na média de Idese para os anos 2007-2013 (ver tabela 5). Todos estes quatro municípios foram os únicos a ficarem com média de Idese inferior a 0,60 (2007-2013). Mas se for analisado apenas a média Idese educação para o mesmo período se percebe que apenas os municípios de Camaquã, Arroio dos Ratos, Butiá, Sertão Santana e Charqueadas obtiveram média superior a 0,60. Já no Idese saúde nenhum dos dezessete municípios teve média inferior a 0,75, no entanto o Idese renda mostra que apenas os municípios de Camaquã, Arroio dos Ratos, Butiá, Sertão Santana e Charqueadas obtiveram média superior a 0,60.

Optou-se por não analisar individualmente todos os municípios do Corede para não tornar esse capítulo desgastante e monótono, mas apenas os que se encontram em ambos os extremos de indicador de Idese, ou municípios com particularidades que merecem serem avaliadas neste capítulo de finalização.

Os municípios de Charqueadas e Sertão Santana aparecem sempre entre os três primeiros colocados na média do Idese (2007-2013) apresentando assim o melhor desempenho em questão de desenvolvimento dentre os municípios do Corede. Charqueadas

fica no primeiro lugar na média de Idede bloco renda e educação ficando apenas em segundo lugar no bloco saúde. O questionário com a liderança do Comude revelou a visão que este município apresenta fraco espírito participativo e que as pessoas tem pouca confiança interpessoal e ainda que a sensação insegurança é o maior problema do município. Dos dezessete municípios do Corede, Charqueadas se coloca no oitavo lugar do ranking de total de ocorrências per capita do Corede para o ano de 2010, o município é considerado de médio índice de criminalidade comparado aos municípios gaúchos. Sendo que o município de Charqueadas concentra a segunda maior população em número de habitantes do Corede, perdendo apenas para Camaquã e tem assim a maior taxa de urbanização do Corede, mais de 97% do total da população mora na zona urbana. Charqueadas ficou em décimo quarto lugar no ranking de participação da população no OP apenas um pouco mais de 4 % do total de eleitores compareceu no orçamento participativo. A cooperativa de crédito existente em Charqueadas não foi contemplada pelas entrevistas realizadas na dissertação.

O questionário de cunho subjetivo com o representante do Comude de Sertão Santana coloca este município como de médio espírito participativo, confiança interpessoal razoável e insegurança como um problema de nível seis, no entanto os dados de ocorrência policial colocam o município em décimo quinto lugar entre os dezessete municípios do Corede, este é um dos quatro municípios do Corede a se enquadrar no cluster de baixa criminalidade no estudo de MONTEIRO (2009). O nível de participação na consulta popular 2015 colocou esse município no quinto lugar do ranking de maior participação entre os municípios do Corede, que significa quase 12 % do total de eleitores comparecendo no orçamento participativo.

A liderança da cooperativa entrevistada em Sertão Santana relatou existir confiança regular entre os associados, e o próprio processo de mobilização da sociedade e órgãos públicos para criação dessa cooperativa demonstrou presença marcante de níveis de confiança conforme relatado na entrevista com o representante da Emater. Sertão Santana ficou no segundo lugar do ranking na média Idese, e nos blocos renda e educação desse indicador ficou apenas atrás de Charqueadas. Já no Idese saúde Sertão Santana ficou em terceiro lugar, vale salientar que no início dos anos 1990 este município tinha a maior taxa de mortalidade infantil entre os municípios do Corede, mas consegue erradicar esse problema gradativamente.

Entre os municípios com população rural superior a 75 % Sertão Santana é que melhor apresentou indicadores de desenvolvimento socioeconômico, pois este município apresenta uma economia dinâmica com presença de agroindústrias de beneficiamento de arroz e uma produção agrícola diversificada. No caso desse município se percebe bons níveis de

indicadores de capital social (baixíssimo nível de ocorrências policiais, e forte participação no OP) e também de mobilização de estoque de capital social na criação da cooperativa agropecuária. Deste modo se percebe uma nítida relação entre capital social e desenvolvimento, no caso desse município. Não se está aqui dizendo que o capital social é o único vetor responsável pelos bons índices de desenvolvimento deste município, mas que sua presença é importante, principalmente no caso do desenvolvimento rural. A diversificação da agricultura envolve diretamente a questão da renda e de uma economia da qualidade vida, o debate da diversificação tem sido travado principalmente para a diminuição da dependência econômica do cultivo do fumo, Sertão Santana é o sexto maior produtor de fumo do Corede, e como se viu a cooperativa agropecuária criada no território está diversificando a economia agrícola e abrindo novos mercados para os agricultores.

Sobre o caso das novas cooperativas territoriais da Europa Van Der Ploeg (2008) faz a seguinte ponderação: “Essa nova instituição se baseia essencialmente no capital social disponível no território e, ao mesmo tempo, o fortalece. Igualmente importante é a rede de inter-relações com outras instituições regionais, nacionais”. (p.209). Do mesmo em que o autor considera que as cooperativas territoriais são capazes de aumentar o capital social do território ao mesmo tempo em que são frutos deste, e que essa dinâmica favorece inter-relações com instituições regionais, se pode dizer o mesmo no caso da cooperativa agropecuária de Sertão Santana, que foi fruto da mobilização de capital social e que seu funcionamento está criando mais estoque de capital social no território na medida em que aumenta seu número de sócios e sua penetração na sociedade. Através do OP a cooperativa agropecuária de Sertão Santana conseguiu recursos da área de agricultura na edição de 2015 do OP para a aplicação em sua unidade de processamento de suco. O caso dessa cooperativa agropecuária em Sertão Santana é um exemplo típico de mobilização de capital social através da qualidade e densidade das redes sociais.

Mesmo que de maneira geral a maioria das cooperativas entrevistadas tenham mostrado baixa confiança e pouca cooperação, a simples criação e funcionamento dessas cooperativas exigiu mobilização de capital social, muito embora seja impossível medir a intensidade dessa mobilização. Vários municípios do Corede tentaram criar cooperativas entre eles Barão do Triunfo e Mariana Pimentel, mas as tentativas falharam. Então se tem o problema da mobilização do capital social para a criação de redes sociais formais, como nesse caso das cooperativas, a manutenção e (re)produção dos estoques de capital social para o funcionamento das cooperativas também é outro fator que compõe essa problemática. O município de Tapes embora possuindo um número elevado de cooperativas não foi capaz de

mobilizar capital social o suficiente para aperfeiçoar o funcionamento dessas cooperativas como mostra as entrevistas, além do mais, problemas como oportunismo e a concentração de renda que foram fatores tidos como os principais problemas no questionário com o Comude de Tapes corroboram com os baixos indicadores de Idese do município e com a baixa participação da população no OP. O município ficou em último no ranking dos dezessete municípios com apenas 2,58% do total de eleitores participando do orçamento participativo 2015. Também como mostram as tabelas 9 e 10 o município de Tapes é o único município do Corede que decresceu a participação no OP em todos os anos de 2011 a 2015.

A predominância de grandes propriedades para o cultivo do arroz e da soja, agregada a uma agricultura familiar nada diversificada fazem de Tapes um município onde a área rural ao redor da cidade esteja carregada por bolsões de pobreza. As indústrias arroseiras do município que na metade do século XX eram responsáveis por grande parte do beneficiamento de arroz da região e que tinham parcela de sua produção escoada pelo porto de água doce da Lagoa dos Patos fecharam devido a desativação do porto e a crise de desvalorização do arroz no final dos anos 1980. Contemporaneamente se percebe um município parado economicamente na metade do século XX. Antes das emancipações políticas dos municípios de Cerro Grande do Sul, Mariana Pimentel, Sentinela do Sul e Sertão Santana entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 Tapes funcionava como uma espécie de centro regional para esses pequenos distritos. No mesmo período da emancipação política dos municípios que eram distritos de Tapes ou que o tinham como centro comercial, aconteceu criação dos pequenos centros urbanos desses municípios, que acabaram adquirindo um setor de serviços antes inexistente como correios e bancos.

O fortalecimento das economias dos pequenos municípios através da implantação da economia do fumo é outro detalhe importante para o fomento econômico e a criação dos novos municípios economicamente ativos, não mais dependentes do distrito de referência. Os dados apontam que Tapes enfrenta problemas sociais consideráveis principalmente no que diz respeito ao baixo Idese Saúde e altíssimos níveis de desemprego. Não só o modelo econômico de Tapes que parece ter ficado estagnado na metade do século XX, mas o tipo de sociabilidade pode explicar os problemas sociais enfrentados por esse município que é considerado de alta criminalidade, ocupando o décimo nono lugar dos municípios do estado com maior taxa de furto e roubo segundo o estudo de Mariani (2010).

A história de Tapes está marcada pela presença de população indígena¹⁹ intensa nos séculos XVII, e colonização Africana e Portuguesa nos séculos XVIII e XIX, suas origens modernas remontam o século XIX através das charqueadas e do uso do trabalho escravo, e mais tarde no início do século XX a mecanização agrícola através da lavoura arrozeira. Diferente da colonização de tipo alemã, polonesa, italiana e até francesa que desenvolveu pequenas comunidades no interior dos distritos de Tapes (Sertão Santana, Mariana Pimentel, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul) a colonização indígena, portuguesa e Africana baseada no trabalho escravo não conseguiu desenvolver pequenas comunidades interioranas baseadas na diversificação agrícola e no trabalho rural livre. Essa diferença histórica marca a sociabilidade dessas sociedades até hoje, principalmente nos momentos de crise econômica, em que os antigos distritos roubaram a cena do centro de referência. Não que as pequenas comunidades construídas por imigrantes europeus foram modelos perfeitos de sociabilidade, no entanto demonstrou melhor desempenho ao longo da jornada histórica, o caso de Tapes por ter ficado para trás em comparação com os outros municípios do Corede que antes eram seus distritos não tem apenas sua explicação no modelo econômico, mas nas relações sociais, enquanto em Tapes se perpetuou o modelo de sociabilidade baseado no trabalho escravo na grande propriedade com pequenas propriedades rurais à margem das grandes produzindo apenas para a subsistência e fornecendo mão de obra para as lavouras arrozeiras, as pequenas comunidades de imigrantes europeus criaram identidade própria através da ajuda mútua e da criação de centros comunitários, escolas comunitárias e uma economia rural voltada para a produção de excedente para o incipiente mercado.

Sentinela do Sul é um exemplo de município com população rural predominante e que teve duas cooperativas, mas ambas acabaram não dando certo e encerraram suas atividades. O município apresenta sérios problemas de desenvolvimento, ficando em décimo lugar na média de Idese do corede (2007-2013). Sentinela do Sul é considerado um município de média criminalidade e ficou em sétimo lugar no ranking de criminalidade per capita para o período de 2010, o que não é uma colocação razoável para um município de baixa densidade demográfica e com pouca urbanização. No questionário o representante do Comude indicou que o papel da população nas decisões do Comude é fraco e que o espírito participativo e a confiança interpessoal também são considerados fracos pelo questionado. A insegurança é considerada pelo questionado como um problema de nível 10, e o oportunismo por parte das pessoas nível 08. A participação do total de eleitores no OP 2015 foi apenas um pouco maior

¹⁹ O próprio nome “*Tapes* deriva de uma suposta tribo indígena chamada os *Tapes*”

que 4 % do total de eleitores, colocando o município em décimo terceiro lugar no ranking do Corede na participação na consulta popular. Esse é um caso em que os indicadores de baixo capital social corroboram com o baixo desenvolvimento, importante salientar que assim como Tapes, Sentinela do Sul tem em sua colonização de origem Espanhola e que remonta a século XIX, o território do município fazia parte do município de Tapes. Sentinela do Sul embora tenha mais presença de comunidades rurais e diversificação agrícola do que Tapes e apresente mais centros comunitários no seu interior do que Tapes, teve mobilização insuficiente para manter o funcionamento de suas cooperativas.

Analisando o caso das cooperativas que fecharam em Sentinela do Sul e as cooperativas que foram criadas através de auxílio estatal em Tapes se pode concluir que as simples presenças de redes sociais dizem algo sobre o volume de capital social, mas não sua intensidade, que só pode ser medida através da qualidade dessas redes sociais. O olhar estendido sobre as organizações e instituições como as cooperativas e os Comudes feitos na presente dissertação teve por objetivo avaliar essa qualidade das redes sociais.

Em matéria veiculada no Jornal *Regional de Notícias*, periódico de circulação regional no dia 26 de abril de 2017, uma das matérias de capa desse periódico era a *Guerra do Tráfico*, com o seguinte texto: “Os constantes casos de violência extrema com execuções estão amedrontando moradores de Sentinela do Sul e Tapes. Para a polícia, acertos de conta envolvendo o tráfico de drogas são os principais motivos para os casos de homicídios.” (GUERRA..., 2017) Essa matéria jornalística representa o quanto a violência se caracteriza como um problema de aumento gradual até mesmo em municípios fora do eixo metropolitano.

O trabalho de análise individual e descritiva feito no caso particular de Tapes e Sentinela do Sul e dos municípios nas extremidades do ranking do Idese (Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul, Barão do Triunfo Sertão Santana e Charqueadas) não foi estendido para todos os municípios contemplados na pesquisa para não tornar o capítulo exaustivo e desgastante. Grande parte das informações que poderiam ser utilizadas para o estudo individual de cada município está disposta ao longo desta pesquisa com principal ênfase nos capítulos três e quatro desta dissertação.

A conclusão que se pode levantar é que o capital social é um importante vetor para o desenvolvimento, mas não o único. Sobre a criminalidade como um indicador de capital social conforme sugerido por Fukuyama (2000), se percebeu que para o caso do Corede Centro Sul esse indicador é relativo, e interage com outras variáveis além da coesão social e respeito às regras formais. Camaquã é um dos municípios mais desenvolvidos do Corede,

mesmo assim está entre um dos municípios mais problemáticos no que diz respeito à segurança em um contexto estadual. Tapes também tem sérios problemas de segurança aparecendo em algumas modalidades de crime no ranking dos municípios mais problemáticos do estado. Camaquã é o maior município em extensão territorial e população do Corede, no entanto não é o mais urbanizado sendo que mais de 20% do total de sua população reside no campo. Charqueadas tem quase 98% do total de sua população residindo na zona urbana, tendo a segunda maior população do Corede, mesmo assim Camaquã apresenta índices mais altos de criminalidade do que Charqueadas, sendo este município o que possui a maior taxa per capita de ocorrências policiais do Corede.

A hipótese “B” levantada nesta dissertação sobre a relação entre urbanização e aumento da criminalidade como possíveis vetores para decréscimo de capital social em alguns municípios do Corede, parecem se confirmar para o caso de Camaquã e Tapes. Mas representa que a urbanização não é o fenômeno em si para a diminuição do capital social, mas alguns de seus resultados como diferenças econômicas, como bolsões de pobreza que permeiam os centros urbanos como no caso de Camaquã e Tapes. Também as rupturas morais ocasionadas pelo tráfico de drogas e o aumento de criminalidade permeia não só os municípios mais urbanizados do Corede, mas também os com mais de 75% da população residindo no meio rural.

As diferenças sociais que acontecem nos municípios mais urbanizados acabam criando certas rupturas dentro da sociedade onde a separação por padrão de vida se torna evidente, mudando com ela o ritmo das relações sociais, deste modo o capital social que é produzido no seio das relações sociais acaba recebendo influências em sua qualidade e seu estoque. Deste modo uma das hipóteses levantadas na análise dos dados levantados nessa pesquisa parece se confirmar parcialmente: da relação entre urbanização, aumento de criminalidade e recuo do estoque de capital social. Os quatro municípios com mais criminalidade per capita são todos de população predominante no meio urbano, mesmo assim como se viu Sentinela do Sul e Cerro Grande do Sul não se enquadram como municípios de predominância urbana, mas se percebe a criminalidade como um problema, no caso de Sentinela do sul se tem o exemplo da matéria jornalística do *Regional de Notícias* citado anteriormente, e que corrobora com o índice per capita elevado de ocorrências policiais, neste município. Camaquã embora possua um bom índice de desenvolvimento apresenta problemas no que refere aos altos índices de ocorrências policiais, em matéria publicada no *Regional de Notícias* do dia 22 de março de 2017 se têm a seguinte matéria como destaque do jornal: “*Aumento da criminalidade em*

Camaquã e região foi assunto no comando da BM". Essa matéria ilustra o quanto a segurança está se tornando um problema para o Corede Centro Sul.

Através da análise dos municípios nos extremos do ranking de Idese e alguns municípios particulares sem dar ênfase para a dinâmica história de cada município não se percebe uma relação de linearidade entre presença de alguns elementos que compõe o que se entende por capital social, como confiança, cooperativismo formalizado, participação, engajamento cívico e respeito as regras formais da sociedade e sua relação com os níveis de desenvolvimento, mas se percebeu uma relação causal indireta entre os elementos que compõe o capital social e sua relação positiva com o desenvolvimento em alguns municípios do Corede. Como se viu ao longo desse capítulo, em grau de intensidade diferenciado, variando do município e seu contexto econômico se percebe uma relação positiva entre capital social e desenvolvimento: Os dois casos mais nítidos são Sertão Santana e Charqueadas, o primeiro com predomínio de moradores no campo e o segundo com população urbana. A hipótese da relação entre melhor desempenho socioeconômico e capital social parecer ser válida de maneira generalizada para os municípios do Corede Centro Sul, embora existam elementos principalmente de natureza social que não permitam uma análise geral, mas particular de cada caso.

5.2 O COREDE CENTRO SUL ENQUANTO INSTITUIÇÃO

Nem sempre a racionalidade política anda lado a lado com a racionalidade técnica, o primeiro tipo de racionalidade envolve o jogo de interesses presentes na opinião pública e as limitações econômicas de um orçamento escasso, e até mais gravemente e não menos recorrente jogo de interesses momentâneos apoiados no pragmatismo do agora. Já o corpo técnico atua a partir de uma visão estritamente técnica, pensada para dar certo em situações teóricas, mas muitas vezes sem as preocupações e precauções que envolvem a gestão da “coisa pública.”

O caso dos Coredes gaúchos apresenta em alguns momentos esse descompasso entre a racionalidade técnica e científica e as atitudes políticas. O corpo técnico – científico, em várias situações cria um caminho a ser seguido, mas a gestão política é incapaz de acompanhar essas deliberações:

Ora, malgrado a importância crescente dos Coredes, eles ainda não adquiriram a feição de órgãos rigorosamente públicos não contam com recursos orçamentários capazes de alterar e codeterminar uma região. Há prefeitos e municipalidades que,

simplesmente, ignoram essa instituição em função do pequeno poder efetivo de seus planos e projeto. (PAIVA; ALONSO; TARTARUGA, 2010, p.129).

As reuniões dos Coredes envolvem dispêndio de tempo por parte dos participantes, é nessas reuniões que se discute toda a lógica do desenvolvimento regional e um planejamento para longo prazo, envolvendo principalmente as prefeituras e a sociedade civil. Na citação anterior se percebe que o baixo orçamento dos Coredes acaba não atraindo os governantes locais que acabam gastando seu tempo atrás de emendas parlamentares. Deste modo em certa medida todo o esforço técnico escondido por trás dos agentes técnicos dos Coredes sejam eles dos órgãos de planejamento estadual ou de organizações da sociedade civil, acabam recebendo pouca atenção de governos locais em razão do baixo respaldo político momentâneo que as decisões “Coredianas” acabam legando, devido a seu escasso orçamento e seu planejamento regional e não municipal para longo prazo.

Uma das críticas mais importantes feitas sobre a organização e funcionamento dos Coredes foi realizada por Veiga (2006). O autor parte sua análise dessas novas territorialidades através do enfoque do desenvolvimento rural e da visão de um interior ligado por redes de cidades para além das regiões metropolitanas, e para além de um Brasil oficial delineado pelas diretrizes do IBGE. O autor dá importância às territorialidades não urbanas carregadas pelo rural, e considera a importância de desenvolvimento desses territórios fora do eixo metropolitano.

Para Veiga (2006), a experiência dos Coredes gaúchos é a mais avançada política de regionalização democrática do Brasil. Mas embora tenha virtudes que venham desde sua formação no governo Collares, há uma série de fatores que travam o bom funcionamento dos Coredes. Dentre os problemas apontados pelo autor se acha necessário destacar aqui: os rachas ideológicos que acontecem nas universidades devido a fatores políticos sendo que essas são as principais organizadoras dos coredes; o empenho de 95% dos esforços dos Coredes na consulta popular e no orçamento participativo, o que atende as demandas municipais e não regionais; a falta de participação de atores privados e públicos nas reuniões dos conselhos, que possam contemplar a diversidade da região e não apenas de segmentos afinados ideologicamente com certas propostas, como em alguns casos acontece. “Infelizmente, a principal resultante desses rituais tem sido desviar os coredes da principal missão que eles deveriam ter assumido: elaborar projetos consistentes [...] para a implantação de estratégias de desenvolvimento regional.” (VEIGA, 2006, p.13).

Impossível a partir de uma análise superficial enumerar um grande número de desafios organizacionais dos Coredes gaúchos. Mas é necessário ter em mente que embora

operem características gerais em todos os Coredes, dado seu modelo jurídico de funcionamento, existem também características inerentes ao próprio tipo de sociedade e economia onde se encontram os Coredes. Existem Coredes onde desde sua criação nunca se elegeu novo presidente, em outros casos essa troca é periódica demonstrando grande interesse na tomada de decisões por parte dos agentes. As dinâmicas internas de participação da sociedade, respaldo da instituição Corede para com a região, participação das prefeituras e entidades públicas nos encontros, vão dar tons diferenciados independentemente do estatuto jurídico e organizacional que rege a criação e funcionamento dos Coredes.

Deste modo, mesmo com uma natureza formal igual, cada Corede vai ter qualidades diferenciadas no seu funcionamento, principalmente de acordo com o interesse público e o nível de civismo de cada região.

A pesquisa qualitativa com os Comudes dos municípios do Corede Centro Sul mostrou que existe pouca qualidade na participação da população nos assuntos relacionados com o Comude e o Corede, a maioria dos integrantes dos Comudes que são desvinculados da máquina pública se reúnem com o conselho de maneira muito breve apenas uma vez ao ano, e 71 % dos presidentes dos Comudes do Corede Centro Sul são ligados ao poder público. Nas diversas reuniões do Corede, onde foram realizadas as observações dessa pesquisa, se percebeu uma ausência muito grande da sociedade civil e até mesmo dos representantes dos Comudes nas reuniões do Corede, que contavam com um número muito pequeno de participantes. O presidente do Corede Centro Sul também é o mesmo desde a fundação dos Coredes, por falatr interessados para substituírem sua função de presidente. A hipótese “C” enunciada nesta dissertação sobre o baixo desempenho da política institucional do Corede Centro Sul dado o baixo espírito participativo dos cidadãos e do pequeno papel dos Comudes na agenda de desenvolvimento dos municípios, mostra ter alguma relevância segundo a análise empreendida na dissertação. Das lideranças dos Comudes que responderam o questionário da pesquisa de campo os que ocupam cargo político e de carreira pública somam 71% dos entrevistados, isso revela que o papel de agentes “públicos” vinculados à política é muito mais predominante do que o papel dos representantes da sociedade civil. A articulação entre município e Comude representa acontecer, na maioria dos municípios estudados nessa dissertação apenas através de uma relação formal para se cumprir obrigações do que o estabelecimento de um debate sobre a agenda de desenvolvimento local.

Uma das reclamações das lideranças do Corede Centro Sul percebida nas observações era sobre a falta de articulação entre os Comudes das microrregiões, que não se articulam entre si para pensar políticas para além do âmbito municipal.

Embora a pesquisa primária desenvolvida na dissertação não foi quantitativa e capaz de apontar os níveis estáticos do estoque de capital social no Corede Centro Sul, as pesquisas qualitativas primárias e os dados estáticos secundários acabaram por fornecer uma ideia da quantidade e da qualidade das mais importantes redes sociais desse território e assim uma ideia da situação do capital social. Deste modo, o baixo capital social da região, embora mobilizado através de algumas medidas pontuais, como a criação de cooperativas em alguns municípios do território é um desafio organizacional para o Corede enquanto instituição capaz de mobilizar a participação da sociedade nos assuntos de interesse regional.

5.3 O COREDE CENTRO SUL ENQUANTO TERRITÓRIO

A escolha de organizações formais (cooperativas) como foco das entrevistas realizadas na dissertação revela uma preocupação em avaliar o papel e qualidade das redes sociais presentes no território. Com a avaliação das cooperativas se percebeu que existem diferenças quanto à sociabilidade no território do Corede, e que não se pode encará-lo de maneira genérica. O município de Tapes é um exemplo de mobilização e cooperação por seu histórico de presença de cooperativas, muito embora, muitas finalizaram suas atividades, existem atualmente três cooperativas em funcionamento, se percebeu através das entrevistas que as duas cooperativas agropecuárias funcionam através de parceria com o Estado, e suas criações tiveram papel essencial dos órgãos públicos. O papel do Estado na fundação e funcionamento dessas cooperativas agropecuárias não tira o mérito da mobilização para sua criação e funcionamento, porém se percebeu através das entrevistas realizadas que não existe forte mobilização de capital social através das redes sociais que compõe essas cooperativa, ao ponto gerar um bom sentimento de confiança. Quando há mobilização prévia de capital social como destaca Van Der Ploeg (2008) cria-se um ciclo nas organizações territoriais, principalmente as cooperativas onde o capital social vai gerando mais capital social. Esse ciclo virtuoso de geração de capital social acima destacado não é marcante na maioria das cooperativas entrevistadas dado a presença da desconfiança entre os cooperados.

O tipo de colonização e matriz econômica diz muito sobre o futuro das sociedades, se percebeu que pequenos municípios baseados na produção agrícola com pequenas propriedades roubaram a cena econômica de municípios de que eram distritos, como no exemplo de Tapes que deixou de ser centro de referencia regional com o fortalecimento dos novos municípios ao seu redor. Nesse sentido o território é redimensionado do ponto de vista social e econômico. Os “territórios existentes e são construídos (desconstruídos) nas mais

diversas escalas, podendo ter um caráter permanente, mas também podendo ter uma existência periódica cíclica – séculos, décadas, anos meses ou dias”. (MAIA; FILIPPI; RIEDL; 2013, p.20).

A criminalidade é um dos elementos mais marcantes ao se analisar o Corede Centro Sul em seu recorte territorial. O anexo “E” mostra matéria de capa do jornal *Regional de Notícias* onde a apreensão de drogas e armas em Santo Antonio da Patrulha teria como destino a cidade de Tapes. A presença de quebras de regras formais pode contribuir para os abixos níveis de civismo do território.

Na verdade, para Jane Jacobs a criminalidade é inversamente proporcional ao número de “olhos na rua”; as condições urbanas que dizem favorecê-la, inclusive calçadas repletas e bairros de uso misto, são exatamente as razões pelas quais a criminalidade é baixa em áreas com bastante capital social. Isto sugere que o ambiente social humano é muito mais importante que o físico na determinação dos níveis de criminalidade [...] Em outras palavras estamos de volta ao argumento do capital social: a criminalidade aumenta porque o capital social de um bairro ou uma sociedade decresce, e vice-versa. (FUKUYAMA, 2000, p.90)

As mudanças que estão ocorrendo no território Corede Centro Sul, sejam em termos de economia e sociedade com a criação dos novos municípios com características marcantes da agricultura familiar em sua estrutura agrária entre o final dos anos 1980 e início de 1990; Ou com o fomento das cooperativas através do papel do Estado, bem como presença do tráfico de drogas atualmente e com ele o aumento da criminalidade como se viu nas matérias jornalísticas estão afetando a qualidade das redes sociais do território.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de um município possuir baixa densidade demográfica com predominância de população residente no campo não indica que esse município possui redes sociais capazes de compartilhar altos níveis de confiança e gerar capital social, comunidades pequenas baseadas em relações de pessoalidade não significam civismo e nem qualidade das redes sociais. Percebeu-se que muitos municípios do Corede como Barão do Triunfo, Sentinela do Sul, Cerro Grande do Sul que são municípios socialmente rurais, não possuem cooperativas em seu território e nem indícios de presença de qualidade nas redes sociais e de civismo. Desses três municípios apenas Barão do Triunfo se enquadra como município de baixa criminalidade, os outros dois são de média criminalidade, sendo que Sentinela do Sul está registrando ondas de violência homicídios gerado pelo trafico de droga no início deste ano, como mostra a

matéria do *Regional de Notícias* (Anexo C). Além desses três municípios não possuírem uma trajetória na cultura do associativismo e do cooperativismo, a pesquisa com o Comude, mostrou a visão das lideranças dessa instituição sobre a desmobilização de suas comunidades no debate de assuntos ligados ao interesse coletivo.

Se pode concluir que o capital social se colocou como um elemento de importante influência no desenvolvimento local da região estudada. As cooperativas do território são um exemplo que mostram a mobilização do capital social na sua criação, mas também sua baixa qualidade e desmobilização tendo em vista a dificuldade de manutenção das redes de sociabilidade para o seu funcionamento. Também a falta de espontaneidade e confiança para investimentos privados no modelo cooperativista é outra característica que perpassa todos os municípios do Corede, pois o papel do Estado foi essencial para a criação da maioria das cooperativas agropecuárias e sua manutenção, não se percebendo investimento econômico privado através de grupos de pessoas em investimentos cooperativos.

Não só a presença de redes sociais dispostas a se associar e cooperar, ou mesmo a presença do engajamento cívico nos assuntos da esfera pública, mas a qualidade e intensidade são importantes quando se leva em conta o capital social. Como se viu na literatura especializada aqui exposta, o capital social não é uma forma de capital material nem tão pouco estático, ele se coloca na sociedade como algo no campo simbólico, que está em constante mudança, longe de determinismos de quaisquer circunstâncias. Nesse sentido se percebeu no caso das cooperativas entrevistadas que a mobilização do capital social em algumas circunstância foi mobilizada e produziu mais capital social, mas em outras o capital social foi desmobilizado no meio do caminho através processo de funcionamento dessas organizações. Sentinela do sul e Tapes perderam cooperativas ao longo dos anos, já quase metade dos municípios de matriz econômica agrícola do Corede jamais tiveram uma cooperativa.

Apesar das diferenças regionais quanto aos indicadores de capital social e também de desenvolvimento existente no interior do território, colocando assim certos municípios em desvantagem frente a outros, podemos considerar o Corede Centro Sul como um território com bastante necessidade de criação e (re)produção de capital social. Os meios para se criar lastros de civismo e confiança, elementos básicos do arcabouço de fatores que constituem o capital social deve de levar em consideração o fomento do modelo cooperativista enquanto organização formal de manutenção de boas práticas de associativismo e o papel dos Comudes para efetivarem sua função de vetor de civismo.

A região Corede Centro Sul possui potencial estratégico para o desenvolvimento econômico de várias áreas, mas com principal ênfase nos arranjos produtivos locais (APL) embasados em agroindústrias, a região possui potencial para a criação de um porto de água doce na Lagoa dos Patos o que incrementaria a logística da região, também a necessidade de construção de acesso asfáltico em grande parte dos municípios com indústrias consideráveis como Sertão Santana. Mas essa agenda de inumeráveis desafios para o desenvolvimento da região que vão desde o aumento dos índices educacionais básicos até obras na infraestrutura local perpassam o debate do engajamento coletivo, fiscalização e pressão da sociedade através de associações e grupos organizados, mas isso exige mobilização de capital social. Então o desafio do desenvolvimento da região está intimamente ligado ao incentivo de boas praticas de virtude cívica capazes de quebrar certos ciclos viciosos de sociabilidade.

Acredita-se que para as pesquisas futuras sobre capital social e desenvolvimento, que tenham sob o ponto de ótica o capital social no Corede Centro Sul deva-se atentar para: pesquisas de cunho quantitativo nas micro regiões do território; um estudo aguçado sobre a história econômica e cultural (colonização) dessas microrregiões; pesquisas qualitativas em grupos de comunidades selecionados e nas novas organizações econômicas cooperadas, afim de se captar elementos que fogem o escopo da pesquisa quantitativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoria de los estudios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario (Org.) **Desarrollo Rural: Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 51-70.
- ABU-EL-HAJ, Jawdah. **A Mobilização do Capital Social No Brasil: O caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Annablume, 1999.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMEIDA NETO, Honor de. **Pesquisa Científica na Prática**. Canoas: ULBRA, 2008.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- AUMENTO da criminalidade em Camaquã e região foi assunto no comando da BM. **Regional**, Cerro Grande do Sul, n. 598, 22 mar. 2017.
- BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quantidade e valor dos contratos por município**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- BANDEIRA, Pedro S. Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p.93-124, jan/abr. 2007.
- BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social. In: _____. (Org.) **Reinventando a Sociedade na América Latina: Cultura, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.19-49.
- _____. Qualidade democrática e potencial de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Desenvolvimento Regional, Democracia Local e Capital Social**. Ijuí: UNIJUI, 2008. p.17-39.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. (Org.) **A Miséria do Mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.p.693-732.
- _____. Le Capital Social. **Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, Paris, v. 31, p. 2-3, janiv. 1980. Disponível em:< http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CESAR, Benedito Tadeu; BANDEIRA, Pedro S. (Org.) **Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social: Pesquisa empírica como subsidio à atividade parlamentar**

no Rio Grande do Sul, Resultado de Análise dos resultados. Porto Alegre, LABORS/IFCH/UFRGS, 2001.

COELHO, João Gilberto Lucas. Coredes, Regionalização e participação popular. In: COELHO, João Gilberto Lucas; AFONSO, Paulo; MARCONDES, Valéria. (Org.) **Pró-RS IV**. Passo Fundo: Passografic, 2010.p.20-35.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CONSULTA POPULAR. Consulta de demandas. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.consultapopular.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DE TONI, Jackson; KLARMANN, Herbert. Regionalização e Planejamento: Reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, p.517-538, 2002.

DESAFIOS das cidades. **Agenda 2020**, [Porto Alegre], 2017. Disponível em: <<http://agenda2020.com.br/sinaleira/desafios-das-cidades/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

EUROFOUND. **Regional Social Capital In Europe**. Loughlinstown: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político Brasileiro**, vol.1.Porto Alegre: Globo, 1979.

_____. Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político Brasileiro**, vol.2. São Paulo: Globo, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - FEE. **Dados**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <www.feedados.fee.tche.br/feedados/#!Pesquisa=1>. Acesso em 10 mar. 2017.

_____. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **RS em números – 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/20160919livro-rs-em-numeros2016_site_p.pdf> Acesso em: 24 mar.2016.

FERRAZ, Francisco. **Brasil: A cultura política de uma democracia mal resolvida**. Porto Alegre: Ad2000, 2014.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Rio Grande do Sul 2000 -2010**. São Paulo: Perseu Abramo, 2014

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem.In: SHULER, Fernando Luiz. **A experiência do século**. Porto Alegre: Palmarica, 1992. p.9-17.

_____. **A Grande Ruptura: A natureza humana e a reconstrução da ordem social.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GUERRA do tráfico. **Regional**, Cerro Grande do Sul, n.601, 26 abr. 2017.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó: Argos, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Companhia das letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA - IBOPE. **Índice de confiança social, 2015.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <file:///D:/2016-1%20DISSERTA%C3%87AO/brasil-confian%C3%A7a%20social.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

INGLEHHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequencia do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2009.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ -IRGA **Ranking das cinquenta maiores indústrias de beneficiamento de arroz em 2015.** Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/upload/20160413090550ranking_benf_2015.pdf> acesso em 13 maio 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1986.

LANDES, David. **Riqueza e a Pobreza das Nações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

LATINOBARÔMETRO. **Surveys**, Santiago, 2016. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 15 set. 2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEÃO, Ricardo de Souza. **Caracterização da Pobreza na Região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, no Período de 1991 a 2000, Sob o Enfoque das Capacitações.** 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLATE René. **Local Institutions, Social Capital and Capabilities Challenges for Development and Social Intervention in Latin America.** Washington University: St. Louis, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994.** Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre, 1994. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666>. Acesso em: 15 fev. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. **Cooperativas gaúchas faturam R\$ 36,1 bilhões em 2015**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=6478&cod_menu=2>. Acesso em: 10 dez. 2016.

LOPES, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para Céticos: Como melhorar o desenvolvimento de capacidades**. São Paulo: UNESP, 2006.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: XAVIER YWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.) **Dinâmica dos municípios**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. P.13-52. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

MAIA, Cláudio; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mário. O conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento territorial. In: GUERRA, Gutemberg; Waquil, Paulo. (Org.) **Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e Sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013. p.17-29.

MARIANI, Chantós Guilherme Antunes. **Padrões Espaciais da Criminalidade no Rio Grande do Sul**. 2010. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MONTEIRO, Jaimar de Barros. **Indicador de Criminalidade Geral Baseado em Métodos Multivariados e Estatística Espacial para Controle na Segurança Pública do Estado**. 185 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e território: O conceito de Capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**. Brasília (DF) v.9 n.1, p.1-21, jan/abr. 2008.

NORTH, Douglass. Institutions. **The Journal of Economic Perspective**, [S.l.], v. 5, n.1 p.97-112, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/action/showPublisher?publisherCode>>. Acessado em: 15 jul.2016.

NOVAS apreensões e prisões. **Regional**, Cerro Grande do Sul, n. 602, 03 maio 2017.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, Agência e Estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PAIVA, Carlos (Org). **Evolução das Desigualdades Territoriais no Rio Grande Do Sul**. Santa Cruz: UNISC, 2008.

PAIVA, Carlos; ALONSO, José Antônio; TARTARUGA, Iván Peyré. Em busca de uma divisão regional mais compatível com as múltiplas necessidades da pesquisa e do planejamento. **O Ambiente Regional**, Porto Alegre, v.1, 2010.

PLANEJAMENTO estratégico regional 2010/2020. São Jerônimo, 2009. Disponível em: <goo.gl/SxW1Bh>. Acesso em: 5 mar. 2017.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, [2010].

POLICIAIS japoneses enfrentam um problema: falta do que fazer. **G1 Jornal Nacional**, São Paulo, 17 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/policiais-japoneses-enfrentam-um-problema-falta-do-que-fazer.html>>. Acesso em 25 nov. 2016.

PORTAL DO TABACO. **Onde mais se produz tabaco no sul do Brasil?** Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/onde-mais-se-produz-tabaco-no-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PRÓ-RS V. **Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)**. Lajeado: Univates, 2015.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Democracia e Desenvolvimento: Desafios da Sociedade Gaúcha**: Ijuí: Unijuí, 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP. **Cooperativismo**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.sescoopr.scoop.br/cooperativismo/2014-01-17-17-25-12>>. Acesso em 12 maio 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanada Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.p.31-43.

SORENSEN, Casper. **Social Capital and Rural Development: A discussion of issues**. The World Bank, Washington, (DC), 2000. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-10.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2016.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Instituições e desenvolvimento econômico – Uma análise das ideias de Douglas North. **Est.Econ.**, São Paulo, v.29, n.1 ,p.94-112, jan./mar. 1999.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**.Porto Alegre: UFRGS,2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Vicissitudes da governança cidadã: Os conselhos regionais gaúchos**. [Belém], [2006?]. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper19.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Destinado às lideranças das cooperativas do território Corede Centro Sul)

- Perfil do entrevistado: Idade, Estado civil, nível educacional e profissão.
- Perfil da Cooperativa: (Agropecuária, saúde educação, etc.) Há quanto tempo a cooperativa existe? Os órgãos públicos tiveram papel na sua criação?
- Além dessa cooperativa você faz parte de alguma outra cooperativa, associação ou sindicato?
- Você fez parte da fundação da cooperativa na qual o Sr.(a) é liderança? Há quanto tempo o Sr.(a) faz parte da cooperativa?
- Qual o papel do Corede e do Comude nos assuntos ligados à cooperativa?
- Com qual frequência os cooperados se reúnem? Em sua opinião existe união e bom acordo entre a maioria dos Cooperados?
- Qual o maior defeito no seu ponto de vista, que a cooperativa apresenta hoje? Qual a maior virtude da cooperativa?
- Você acha que os cooperados confiam uns nos outros? Eles confiam na comunidade local?
- Qual a maior dificuldade enfrentada pela cooperativa?
- De 0 à 10 qual foi ou qual é, o papel dos órgãos públicos para a consolidação e funcionamento da cooperativa? Governo,

Municipal:

Estadual:

Federal:

- No seu ponto de vista existe mais confiança ou desconfiança entre os Cooperados?
- Quantos Cooperados existem hoje, dede a fundação o número de cooperados subiu ou desceu?

9. o Sr.(a) Acha que as pessoas do seu município confiam umas nas outras?

não confiam nada confiam pouco tem uma confiança razoável confiam muito

10. Enumerando de 0 a 10 cada item abaixo onde 0 significa que não há problemas e 10 indica incidência do problema com gravidade, qualifique se esses itens representam problemas em seu município .

Insegurança déficit habitacional pobreza urbana pobreza rural falta de empregos

oportunismo por parte das pessoas concentração de renda nas mãos de poucos concentração de poder nas mãos de poucos.

11. Se você não morasse no seu município, em qual outro dos 17 municípios do corede você moraria ?

Arambaré Arroio dos Ratos Barão do Triunfo Barra do Ribeiro Butiá Camaquã Cerro Grande do Sul Charqueadas Chuvisca Cristal Dom Feliciano Mariana Pimentel Minas do Leão São Jerônimo Sentinela do Sul Sertão Santana Tapes

ANEXO A – DIGITALIZAÇÃO DA CAPA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO DIA
25 DE ABRIL DE 2017

ANO XX - Nº 601

REGIONAL

Cerro G. do Sul,
Sentinela do Sul,
Tapes, Arambaré,
Camaquã, Chuvisca,
Sertão Santana,
Barão do Triunfo e
Mariana Pimentel

Fones: (51) 3675-1077 / (51) 999-568-966 Bancas R\$ 2,50 www.clicr.com.br Assinatura R\$ 3,00 Quarta-feira, 26 de Abril de 2017

26ª COPA SANTA AUTA/AFUBRA



Agricultura
Produtores rurais se mobilizam contra o Funrural
Página 06

Acidente na BR-116
Morte de jovem causa revolta e indignação em Camaquã
Página 07

Geral
Fundado o CTG Tapera Grande em Chuvisca
Página 10

Polícia
Foragido da justiça é preso em Barão do Triunfo
Página 14

GUERRA DO TRÁFICO

Os constantes casos de violência extrema com execuções estão amedrontando moradores de Sentinela do Sul e Tapes. Para a polícia, acertos de contas envolvendo o tráfico de drogas são os principais motivos para os casos de homicídios.
Página 14



Geral
Museu particular vira atração na zona rural de Barão do Triunfo
Página 04

Fonte: Guerra... (2017).

ANEXO B – DIGITALIZAÇÃO DA MATÉRIA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO DIA 22 DE MARÇO DE 2017

REGIONAL 02/ Quarta-feira, 22 de Março de 2017

Aumento da criminalidade em Camaquã e região foi assunto no Comando da BM



Uma comitiva do Município de Camaquã, foi recebida na tarde dessa segunda-feira (20) pelo comandante-geral da Brigada Militar, Cel. Andreis Silvio Dal'Lago, em Porto Alegre. O encontro foi mediado pelo deputado Pedro Pereira (PSDB), que falou da sensação de insegurança que todos os gaúchos estão sentindo, devido ao baixo efetivo de policiais militares nos municípios do interior do Estado. “Em Camaquã temos mais de 65 mil habitantes, a criminalidade está aumentando e os casos de abigeatos também” desabafou o parlamentar.

O vice-prefeito e secretário da Agricultura e Abastecimento, Jair Martins, reforçou o pedido, e disse que “a população não pode mais esperar, onde os comerciantes se sentem inseguros e na zona rural, todos os dias, tem abigeatos” explicou. De acordo com o Cel Andreis, “em maio devem se formar cerca de 1.200 brigadianos, que serão designados para atuar em diversos municípios, inclusive em Camaquã” garantiu.

O comandante prometeu que serão realizadas mais ações no município, para amenizar o problema da criminalidade, como por exemplo, fiscalização e blitz em locais estratégicos. “Através dos dados da segurança pública, imediatamente será feito um mapeamento para que possamos fazer mais ações de combate à criminalidade. É muito importante também, que a população faça a ocorrência policial” explicou.

Outros assuntos, como câmeras de segurança, policiais aposentados, transferência, também foram pautados na audiência com o comandante, onde estavam presentes também: o secretário da Administração e Planejamento Gilberto Viatroski; o diretor da Divisão de Trânsito, Gilberto Funke; o presidente do Sindilojas Costa Doce, Luciano Stasiak Barbosa; o vice-presidente do Sindicato Rural, Arilei Mendes e o chefe de divisão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do governo do Estado, Érbio Andretto.

*Texto e foto: Rafael Ribeiro
Jornalista MTE 17665*

Fonte: Aumento... (2017).

ANEXO C – DIGITALIZAÇÃO DA MATÉRIA DO REGIONAL DE NOTÍCIAS DO
DIA 03 DE MAIO DE 2017

ANO XX - N° 602

REGIONAL

Cerro G. do Sul,
Sentinela do Sul,
Tapes, Arambari,
Camaquã, Chuvíaca,
Sertão Santana,
Barão do Triunfo e
Mariana Pimentel

Fones: (51) 3675-1077 / (51) 999.568.966 Bancas R\$ 2,50 www.clicr.com.br Assinatura R\$ 3,00 Quarta-feira, 03 de Maio de 2017

NOVAS APREENSÕES E PRISÕES



Investigação conduzida pelo Departamento de Polícia Civil de Tapes colocou atrás das grades quatro criminosos, além de apreender drogas, dinheiro, dois veículos e uma arma. Segundo a Polícia Civil, parte da droga apreendida em Santo Antônio da Patrulha tinha destino à cidade de Tapes. Um dos presos era investigado por tráfico de drogas em Tapes.

Polícia
Dois são baleados em danceteria
Página 21

Geral
Sertanense irá participar do concurso Miss Rio Grande do Sul
Página 10

Geral
Barão do Triunfo sedia Seminário Técnico sobre Ácacia e Carvão
Página 07

Polícia
Mais de 50 celulares são apreendidos em operação no Presídio de Camaquã
Página 21

Agroecologia e produção orgânica



Fonte: Novas... (2017).